



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Maceió, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e Portaria TCU nº 59/2017.

Maceió, 2017.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituto Federal de Alagoas

Quadro 2 - Áreas ou Subunidades Estratégicas

Quadro 3: Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 4: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Quadro 5: Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC

Quadro 6: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Quadro 7: Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC

Quadro 8: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Quadro 9 -Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 10 -Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 12: Informações sobre a realização das receitas

Quadro 13: Despesas por modalidade de contratação

Quadro 14: Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 15: Concessão de suprimento de fundos

Quadro 16: Utilização de suprimento de fundos

Quadro 17: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Quadro 18: Indicadores Geplanes

Quadro 19: Indicadores Acórdão TCU nº 2.267/2005

Quadro 20: Integrantes da Auditoria

Quadro 21: Tabela modelo TCU

Quadro 22: Sindicâncias

Quadro 23: Processos Administrativos Disciplinares

Quadro 24: Força de Trabalho da UPC

Quadro 25: Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 26: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 27: Despesas do pessoal

Quadro 28: Contratos de pessoal de apoio

Quadro 29: Frota

Quadro 30: Média de quilometragem

Quadro 31: Idade média da frota

Quadro 32: Resumo das despesas com frota

Quadro 33: Imóveis do IFAL

Quadro 34: Imóveis locados

Quadro 35- Sistemas de Informações

Quadro 36- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 37- Deliberações do TCU pendentes de cumprimento

Quadro 38 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 39 – Relação de cursos de graduação com disciplinas de Libras

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1- Presença do IFAL em Alagoas

Figura 1- Presença do IFAL em Alagoas

Figura 2-Organograma do IFAL

Figura 3 – Representação Gráfica da Cadeia de Valor do IFAL

Figura 4– Macroprocesso de Gestão Administrativa

Figura 5 – Macroprocesso de Extensão

Figura 6 – Macroprocesso de Pesquisa e Inovação

Figura 7 – Macroprocesso de Ensino

Figura 8 – Macroprocesso de Gestão Acadêmica

Figura 9 – Imóveis do IFAL

Sumário

1-ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

2-APRESENTAÇÃO

3-VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

4-PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

5-GOVERNANÇA

6-RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7-DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8-ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

9-CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL) apresenta o Relatório Anual de Gestão 2016 em atendimento às determinações expressas na IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e Portaria TCU nº 59/2017

Mesmo diante dos desafios para a administração de uma instituição educacional pública, outros mais oriundos da situação econômica do país, o IFAL, aliado à busca de práticas de gestão comprometidas com a qualidade, vem avançando na concretização dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, demonstram o quanto é possível fazer, quando se possui servidores profissionais determinados a fazer a diferença!

Além da Reitoria, o Instituto é composto pelos Campi em: Maceió, Benedito Bentes, Satuba, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Murici, Maragogi, Coruripe, Penedo, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Santana do Ipanema, Piranhas, Batalha; e pelos polos de Educação a Distância em: Maceió, Maragogi, Arapiraca, Cajueiro, Paripueira, São José da Lage, Mata de São João-BA, Ilhéus-BA e Vitória da Conquista-BA.

Entre as realizações conquistadas pelo IFAL, em 2016, podemos citar: o início do curso superior em Engenharia Agrônoma, no Campus Piranhas; consolidação do Sistema de Remoção que contempla a mobilidade de servidores para mais perto de casa, trazendo qualidade de vida e fortalecendo a política de gestão de pessoas da instituição; oferta de cursos para servidores, promovendo a formação continuada com foco na visão institucional; a inauguração dos Campi Murici e Benedito Bentes, atendendo às expectativas daquelas regiões; conquista do conceito 4 do curso de Engenharia Civil, do Campus Palmeira dos Índios, pelo MEC; projeto de pesquisa “Um pé”, do Campus Marechal Deodoro, conquista o primeiro lugar no Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (Connepi); realização de concursos para vagas para efetivos, sendo 03 para docentes e 01 para técnico-administrativos; premiação de três ideias empreendedoras no projeto "Em Ação 2016", realizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR); aprovação, pela Capes, do primeiro mestrado profissional do Ifal, com conceito 3; aluno do Campus Maceió é selecionado para o Programa Jovem Embaixador 2017; formação da primeira turma de mulheres trans através do Programa Mulheres Mil; implementação do Plano de Gestão Logística Sustentável do Ifal; entre outras ações que ratificam a promoção da educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Logo, o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão articulou ações com base na diretriz de integração das atividades de cada área, visando a formação de cidadãos críticos para o mundo do trabalho. Dessa forma, cada evento, independentemente de ser centrado em uma das áreas, teve a participação dos outros porque o IFAL entende que a integração dessas áreas é um ato pedagógico.

Sérgio Teixeira Costa
Reitor

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Identificação da Unidade

Quadro 1 – Instituto Federal de Alagoas

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas			
Denominação abreviada: IFAL			
Código SIORG: 100900	Código LOA: 26402	Código SIAFI: 158147	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Técnica, Tecnológica e Profissional			Código CNAE: 8541-4/8542-2
Telefones/Fax de contato:	(082) 3194-1150	(082) 3194-1168	(082) 3194-1172
E-mail: secgab@ifal.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifal.edu.br			
Endereço Postal: Rua Odilon Vasconcelos, nº 103. Jatiúca. 57035-660, Maceió-AL.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei n.º 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Resolução n.º 11, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 de outubro de 2009, que autoriza a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.			
- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.			
- No Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2009 foi publicada a Resolução n.º 11, de 22 de setembro de 2009 que aprova o Estatuto do IFAL. O mesmo traz em seus títulos a natureza e as finalidades do IFAL, quais os órgãos colegiados e técnicos, o seu regime acadêmico, a comunidade acadêmica, dos diplomas, certificados e títulos e as disposições gerais e transitórias, onde consta a indicação para a construção e aprovação do regimento geral do IFAL.			
- Resolução n.º 51/CS, de 09 de dezembro de 2013, que aprova o Regimento Interno do IFAL.			
- Acordo de Metas e Compromissos que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Alagoas, para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018. Demais dados reportar ao site institucional.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
158147	Reitoria		

158380	<i>Campus</i> Marechal Deodoro
158381	<i>Campus</i> Maceió
158382	<i>Campus</i> Satuba
158383	<i>Campus</i> Palmeira dos Índios
152800	<i>Campus</i> Penedo
152801	<i>Campus</i> Santana do Ipanema
152802	<i>Campus</i> Piranhas
152803	<i>Campus</i> Murici
152804	<i>Campus</i> São Miguel dos Campos
152805	<i>Campus</i> Arapiraca
152815	<i>Campus</i> Maragogi
Não tem ainda	<i>Campus</i> Batalha
Não tem ainda	<i>Campus</i> Avançado Benedito Bentes
Não tem ainda	<i>Campus</i> Coruripe
Não tem ainda	<i>Campus</i> Rio Largo
Não tem ainda	<i>Campus</i> Viçosa
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26402	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158147	26402
158380	26402
158381	26402
158382	26402
158383	26402
152800	26402
152801	26402
152802	26402
152803	26402
152804	26402
152805	26402
152815	26402

3.2. Finalidade e Competências

De acordo com a Lei 11.892/2008, no seu Art. 6º consta como finalidades e características:

- I - ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas Instituições Públicas de Ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes Públicas de Ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar Educação Profissional Técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar

o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

O Instituto Federal de Alagoas é vinculado a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das Políticas Públicas, o IFAL executou suas ações dentro dos Programas de Governo de seu Orçamento, sempre balizado na sua Função Social (Missão) e Finalidades Institucionais. De modo geral fica como sendo:

Função Social (Missão):

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Finalidades Institucionais:

Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

É importante ressaltar as principais características da Instituição como forma de demonstrar a abrangência de sua área de atuação e as diversas possibilidades de atender às políticas públicas, programas e ações de governo, que tratam da inclusão social através da educação profissional e tecnológica. Com base na Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, são finalidades e características do IFAL:

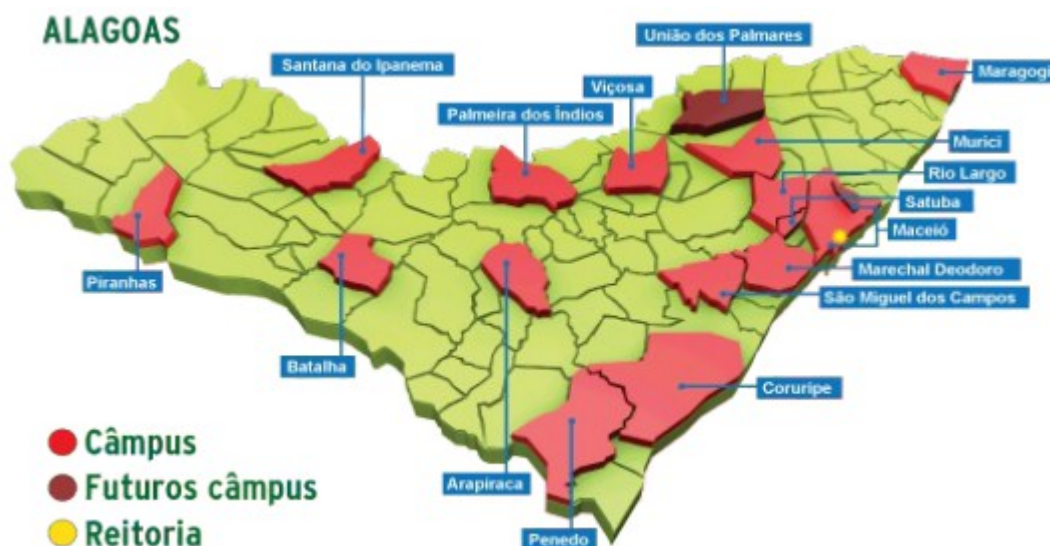
- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*
- VI. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
- VII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*
- VII. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

Os programas e ações de Governo executados pelo IFAL buscam ampliar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica para os diversos níveis e modalidades de ensino e promover a inclusão social a amplas camadas da população, contribuindo para reduzir as desigualdades. Visam, ainda, suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho. Além disso, dotar a Instituição de acervo bibliográfico e equipamentos atualizados e promover a qualificação de seu pessoal, com vistas à melhoria continuada do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, o IFAL reforça o seu papel na sociedade como o maior centro de referência em educação profissional em Alagoas. Tal reconhecimento decorre da excelência e qualidade dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino, sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo e o cenário regional. Num processo de inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, disseminando a inovação constante das ciências e das novas tecnologias.

A presença do IFAL no Estado de Alagoas pode ser observada através do mapa abaixo:

Figura 1: Presença do IFAL em Alagoas



Fonte:IFAL

3.3. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Órgão ou da Entidade

Em dezembro de 2008 é criada uma nova Instituição, denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, formado a partir da fusão das duas autarquias anteriormente referenciadas (Escola Agrotécnica Federal de Satuba – EAFS e Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET-AL) que, inicialmente com históricos distintos, passam a construir uma nova realidade educacional em Alagoas. Sua precípua finalidade é a de ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

A criação do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) se deu por meio de uma particular integração entre duas autarquias, hoje extintas: o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba.

Essas instituições já haviam passado por muitas outras mudanças: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas recebeu esse nome em 1994, tendo sido, inicialmente, Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas (1909), Liceu Industrial de Maceió (1937), Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1961), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967). A Escola Agrotécnica Federal de Satuba, por sua vez, ao ser criada recebeu o nome de Patronato Agrícola de Alagoas (1911), e a seguir, passou a denominar-se Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939), Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947), Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957), Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964) e, por fim, Escola Agrotécnica Federal de Satuba (1979).

Com esses históricos distintos, buscamos a construção de uma nova realidade educacional em nosso Estado. A partir de 29 de dezembro de 2008, por meio de *Decreto 5.224*, o IFAL passou a ser a Instituição Federal, com todas as prerrogativas de uma Instituição de Ensino Superior, na qual está centralizada a oferta de ensino técnico e tecnológico no Estado de Alagoas.

A Reitoria do IFAL funcionou, até início de 2012, nas instalações do Campus Maceió, quando foi transferida, acompanhada das Pró-reitorias e os setores administrativos, para sua sede própria, no bairro Jatiúca em Maceió.

3.4. BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Para melhor compreender a construção histórico política do ensino técnico em terras alagoanas, particularmente a se compreender que o Instituto Federal de Alagoas nasce de duas autarquias com personalidades, até então, absolutamente distintas, mister se faz separar as narrativas, pelo menos, até 28 de dezembro de 2008 nas alusivas aos extintos CEFET e Agrotécnica Federal, iniciando por aquele.

Através do Decreto N° 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas profissionalizantes no País, denominadas *Escola de Aprendizizes Artífices*.

A maioria delas foi criada onde ainda não existiam indústrias o que comprova que seu objetivo inicial era o de qualificar artesãos e não para a formação de mão de obra para a indústria. Da mesma forma, sua localização, sempre nas capitais, obedecia mais a critérios políticos do que a critérios de desenvolvimento urbano e socioeconômico. O aumento considerável de pessoas “deserdadas” ou “desvalidas” que afluíam para as cidades fez com que essas escolas fossem criadas com o propósito de neutralizar esses efeitos, considerados nocivos ao Governo.

A Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas, que surgiu em cumprimento de disposto em diploma legal do Governo Federal, já nasceu envolta em estigma, preconceito e discriminação. O tempo, entretanto, se encarregou de apagar essa imagem. Instalou-se, inicialmente, na Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Centro, no dia 21 de janeiro de 1910. Para o início das aulas, foram montadas oficinas de serralharia, marcenaria, fundição e sapataria. Além desses ofícios, ensinava-se o curso primário e o curso de desenho. Foram matriculados 93 alunos.

A falta de condições de funcionamento, devido às instalações precárias, fez com que a Escola passasse a funcionar na Praça Sinimbu (atual prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Alagoas – UFAL). Após alguns meses, foi instalada a oficina de alfaiataria, perfazendo o total de cinco, número limite exigido pelo Governo Federal.

Ao longo dos anos de existência, a Escola passou por vários processos de reforma, recebendo diferentes denominações: Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas (1909 a 1937), Liceu Industrial de Maceió (1937 a 1961), Escola Industrial Deodoro da Fonseca e Escola Industrial Federal de Alagoas (1961 a 1967), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967 a 1999), Centro Federal de Educação, Tecnológica de Alagoas, de acordo com os termos da Lei n° 8.948, de 8 de dezembro de

1994, depois regulamentado nos termos do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997 e implementado nos termos do Decreto de 22 de março de 1999, tornou-se instituição dotada de todas as prerrogativas de uma Instituição de Ensino Superior, nos termos do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. E, finalmente, a partir da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e com ela a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

Em 1987, o Ministério da Educação resolveu criar um programa de expansão e melhoria do ensino técnico de 2º grau. Com sua execução nasceram os campus avançados das Escolas Técnicas Federais, denominados de Unidades de Ensino Descentralizadas. Ainda como Escola Técnica Federal de Alagoas, foi atribuída a essa instituição a tarefa de implantar duas unidades de ensino: a Unidade Descentralizada de Palmeira dos Índios, localizada no município de Palmeira dos Índios, distante 130 km de Maceió, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.530 do DOU, datada de 19 de outubro de 1992; e a Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro, localizada no Município de Marechal Deodoro, distante 25 Km da capital, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.699 do DOU, datada de 6 de dezembro de 1994.

No ano de 1999, a Escola Técnica Federal Alagoas é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – o que permitiu a criação dos primeiros cursos Superiores de Tecnologia.

No período de 2000 a 2008, foram sendo implantados diversos cursos de nível superior, destinados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, e também convênios e programas para a qualificação em nível de pós-graduação dos servidores efetivos do CEFET-AL.

Como dissemos, a história do Instituto Federal de Alagoas, por força de sua formação inicial, desdobra-se em duas: a primeira, do CEFET-AL e a segunda da Escola Agrotécnica Federal de Satuba que, de modo resumido, apresentamos agora.

O Município de Satuba está localizado na Região Metropolitana de Maceió, Estado de Alagoas. No início, o povoado era conhecido como "Carrapato". Existiam apenas 11 casas de taipa e palha. Em 1893, houve a construção de uma pequena capela que, mais tarde, foi reformada para ser a matriz de Nossa Senhora da Guia. Dois sítios e dois engenhos garantiam o desenvolvimento de "Carrapato", principalmente onde hoje funciona o Campus Satuba do Instituto Federal de Alagoas. A povoação crescia, mas o comércio não acompanhou o progresso. Entretanto, quando a estrada de ferro começou a ser construída, "Carrapato" conseguiu ter um bom movimento. O antigo nome foi alterado para Satuba, que vem de "saúva", uma formiga característica das terras da região. A primeira escola pública também surgiu nessa época. Uma agência postal funcionou como o primeiro serviço público de Satuba.

Até 1950, era povoado de Rio Largo, mas, depois do censo, alguns moradores resolveram lutar pela emancipação, Walter Figueiredo e Aristeu Lopes de Oliveira, por exemplo, praticamente asseguraram que, em 1960, a lei 2.265 garantisse a autonomia administrativa e política. Desde a sua fundação, até os dias atuais, o Campus Satuba teve várias denominações. No entanto, sempre permaneceu destinado a formar mão de obra qualificada, para atender à demanda do setor agropecuário do Estado de Alagoas, não só às indústrias do ramo, mas, sobretudo, buscando melhorar a vida do homem do campo, através da disseminação de tecnologias que significassem aumento da produtividade e dos lucros, para as explorações agrícolas e zootécnicas das comunidades rurais.

O Decreto-Lei Nº 8.940, de 30 de agosto de 1911 cria o Patronato Agrícola de Alagoas, destinado a ensinar, inicialmente, aos jovens, ofícios como os de selaria, carpintaria, sapataria, entre outros. Apenas a partir de 1931, o Patronato inicia o ensino profissional agrícola.

Em 1934, o Patronato foi transformado no aprendizado agrícola de alagoas, recebendo a denominação de Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto no ano de 1939.

Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto, denominação que permaneceu até o ano de 1957, quando passou a se denominar Escola Agrotécnica

Floriano Peixoto. A partir desta data, a Escola passou a oferecer o Curso Técnico de Agricultura, com sua primeira turma formada em 1960.

Nova denominação surge em 1964, quando a escola foi denominada Colégio Agrícola Floriano Peixoto. A esta época, o colégio oferecia os cursos de Iniciação e Mestria Agrícola, além do Técnico em Agricultura.

A partir de 1969, deixam de existir os cursos de iniciação e de mestria, permanecendo, apenas o de Técnico em Agricultura.

Com as mudanças ocorridas após a criação da antiga Coordenação do Ensino Agropecuário – COAGRI houve a unificação nacional do título novo do curso, que passou a se chamar curso Técnico em Agropecuária.

Desde 4 de setembro de 1979, por força do Decreto nº 83.937, a instituição recebeu a denominação, corrente em todo o território nacional, para esse tipo de ensino, de Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Em novembro de 1993 passou a ser uma Autarquia Federal.

3.5. Ambiente de Atuação

a) caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

Do ponto de vista socioeconômico podemos afirmar corroborando com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) que nos últimos 20 anos, o Estado teve um acréscimo populacional de 24%. Na primeira década, de 1992 a 2001, este acréscimo foi de 308.537 pessoas. Nos dez anos seguintes, de 2002 a 2012, o aumento da população do Estado correspondeu a 277.937 pessoas. Pela última estimativa populacional do IBGE, em 2016, o Estado chegou a uma população de 3.358.963 habitantes, o que corresponde a 5,9% do total da população da Região Nordeste, estimada em 56.915.936 de habitantes.

Analisando a distribuição populacional do Estado entre as três mesorregiões – Agreste Alagoano, Leste Alagoano e Sertão Alagoano –, percebe-se que a região Leste Alagoana possui 66% da população total do Estado. Nela está localizada a capital Maceió, com 953.393 habitantes, o que equivale a 31% da população total do Estado, e a 46% da mesorregião. O Agreste Alagoano corresponde a 14% da população de Alagoas, estando em seu território o município de Arapiraca, com população de 218.140 habitantes. A mesorregião do Sertão Alagoano tem 14% da população total do Estado, sendo o município de Delmiro Gouveia o mais populoso, com 48.876 habitantes, estes números revelam a responsabilidade social desta Instituição para o atendimento formativo de centenas de pessoas das comunidades em que estão inseridos os diversos Campi do IFAL.

Este mercado de atuação é caracterizado por possuir o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que de acordo com dados divulgados em 2012 pelo PNUD é o pior do Brasil (0,631), caracterizando as enormes necessidades sociais que todo o Estado de Alagoas possui, mais especificamente as três Mesorregiões do Estado onde estão inseridos seus 16 Campi: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano e que o IFAL tem por obrigação em ajudar a mitigar dentro de suas responsabilidades institucionais.

Mesorregião Leste Alagoano

Na Mesorregião Leste Alagoano, a mais populosa do Estado e a que mais recebe investimentos, se concentram 72% da força do IFAL. Essa região abriga a produção canavieira, sendo formada, majoritariamente, por grandes propriedades. O surgimento dos assentamentos da reforma agrária tem promovido uma pequena mudança no perfil fundiário da região.

Mesorregião Agreste Alagoano

Na Mesorregião Agreste Alagoano encontram-se os campi de Arapiraca e de Palmeira dos Índios. Por estar localizada na área central, entre o Sertão e a Mata Atlântica, esta região apresenta características dessas duas regiões do Estado.

Dentre as culturas de feijão, fumo, amendoim, mandioca, milho, caju, algodão e cana-de-açúcar, a que mais se destaca é a do fumo, concentrada na cidade polo de Arapiraca. Nessa mesorregião, são encontrados minerais como amianto, argila, calcário e ferro. No Agreste, estão concentradas as pequenas propriedades de tipo familiar que, com uma qualidade de vida superior à do sertão, em função da melhor precipitação e da qualidade dos solos, permite uma produção mais diversificada.

Mesorregião Sertão Alagoano

Dentro da Mesorregião Sertão Alagoano encontram-se 19% da força do IFAL, com os campi Santana do Ipanema e Piranhas. A economia dessa mesorregião está baseada no comércio e na agricultura, com o desenvolvimento da criação de caprinos e bovinos. Nos últimos anos, vem recebendo investimentos para pequenas represas, de modo a conter a água da chuva, ajudando no consumo e nas plantações familiares.

Os principais produtos dessa mesorregião são o feijão e a mandioca. A região do Sertão abriga a principal bacia leiteira do Estado, envolvendo um contingente de 2.500 propriedades, irradiando-se a partir do município de Batalha. Há uma preocupação com os custos de produção, que são mais altos que os da zona litorânea.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;

Podemos destacar a Faculdade Integrada Tiradentes (FITS), Faculdade Estácio de Alagoas (FAL), Centro Universitário CESMAC, o Sistema S, Faculdade Alagoana de Tecnologia (FAT), Faculdade Maurício de Nassau e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que oferecem alguns produtos (cursos) similares e disputam conosco a mesma fatia do mercado consumidor.

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal que tem o papel de formular em consonância com sua comunidade acadêmica e aprovação do seu Conselho Superior as políticas institucionais, através de suas resoluções (disponibilizadas no sítio do IFAL).

Agindo no sentido de garantir o compartilhamento das melhores práticas de gestão desenvolvidas para os Campi/Pró-reitorias/Diretorias/ Departamentos e Coordenações, atuando de forma contextualizada com as finalidades definidas em seu Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2014/2018).

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

No ambiente externo, é importante apontar as recentes mudanças governamentais ocorridas no governo federal, haja vista o impeachment do presidente cujos reflexos impactaram numa diminuição drástica dos recursos federais destinados à educação e outras pastas ministeriais. Esta ameaça, no contexto político-econômico porque vem passando o País, refletem negativamente e seus resultados já puderam ser notados, a exemplo da expectativa de crescimento da economia ter permanecido estagnada até o presente momento, fato que pode ser observado no aperto do orçamento governamental e nos repasses orçamentários diminuídos que devem exigir da

administração uma nova postura e um reordenamento financeiro com objetivo de fazer com que a instituição continue funcionando e atendendo suas prerrogativas sociais como já dito.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

Considerando que o objetivo educacional do Instituto gira em torno dos pilares ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, entendemos por segmentar os nossos clientes em diretos, representados pelo quantitativo de 22.535 (vinte e dois mil quinhentos e trinta e cinco) alunos, e indiretos quais sejam os pais dos discentes e a comunidade em geral.

Buscando melhor atender aos seus clientes e compactuando com a gênese de sua criação, o IFAL desenvolve atualmente ainda diversos projetos de pesquisa e extensão, dentro de suas políticas institucionais, integrando o público externo, na busca de soluções para os problemas da região e ajudando para o desenvolvimento regional.

Nos 107 (cento e sete) anos de atuação, o Instituto Federal de Alagoas contribuiu significativamente na formação de cidadãos para o mercado de trabalho nos seus mais diversos cursos de nível médio, superior e pós-graduação, além de participar ativamente da criação de novos conhecimentos através da pesquisa e extensão desenvolvidas com a preocupação de estarem sempre afinadas com as demandas do Estado de Alagoas, tentando proporcionar com sua contribuição uma mudança positiva nos índices de desenvolvimento Humano, apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), que coloca Alagoas em nível de Brasil como possuidor do pior IDH do País.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

1. Superação das desigualdades educacionais: Para a superação das desigualdades educacionais, é preciso o compromisso com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. Nesse sentido, o IFAL conta com projetos, programas e ações afirmativas, atendendo às necessidades e características dos alunos de diversos contextos sociais e culturais, e com diferentes capacidades e interesses.
2. Formação para o trabalho: A articulação entre trabalho, educação e desenvolvimento sustentável implica avançar nas concepções e nas políticas setoriais e intersetoriais, visando formar profissionais capazes de atuar, crítica e autonomamente, no enfrentamento das desigualdades sociais, das diferentes formas de exclusão, do trabalho precário, da destruição do meio ambiente e da baixa qualidade de vida da população.
3. Promoção da sustentabilidade socioambiental: Visando à promoção da sustentabilidade socioambiental, o IFAL incentiva a participação individual e coletiva, permanente e responsável, em ações ambientalmente corretas, comprometidas com o uso racional dos recursos naturais, com a melhoria da qualidade de vida, com a destinação adequada de resíduos e com o emprego de materiais recicláveis. Tais ações são desenvolvidas, no Instituto, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, perpassando transversalmente o currículo.
4. Formação humanística, científica e tecnológica: Em um contexto de rotatividade de empregos e ameaça de desemprego, a formação integral – humanística, científica e tecnológica -- deve permitir que o trabalhador se apodere de diferentes tecnologias e de possibilidades variadas de trabalho, alargando seus horizontes sobre o mundo do trabalho e preparando-se para a totalidade da vida social.
5. Autonomia: Para realizar a tarefa de educar, é imperativa a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial do IFAL, visando à

garantia da liberdade de pensamento, da livre manifestação de ideias, no sentido de promover condições de igualdade, do respeito à diversidade, proporcionando espaços democráticos de deliberação coletiva, considerados os níveis de ensino, as etapas e as modalidades educativas.

6. Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão: A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve estar alicerçada nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no IFAL, de modo a deflagrar um processo de formação emancipatória, com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social da Instituição.
7. Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios: A resposta a essa questão, tem inicialmente, como alicerce, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e dá a base para a criação dos Institutos Federais e a partir da qual se define a identidade do Instituto Federal de Alagoas. Em segundo lugar, destaca-se a expansão do Instituto Federal de Alagoas, que hoje conta com 16 (dezesesseis) campi, proporcionando algumas mudanças secundárias como a implantação da autonomia administrativa destes campus e acarretando também em um aumento significativo de servidores e alunos.

O Instituto Federal de Alagoas - IFAL tem realizado concursos públicos e renovado seu quadro de servidores técnicos-administrativos e docentes, investindo sistematicamente em capacitações e qualificações, para atender satisfatoriamente a sua clientela, a instituição de acordo com a Procuradoria Educacional-Institucional do Instituto Federal de Alagoas (PEI/REIT/IFAL, 2017) conta atualmente com 650 (seiscentos e cinquenta) técnicos administrativos e 980 (novecentos e oitenta) docentes, os quais buscam excelência no desenvolvimento de suas atividades, somando à qualidade, o bom atendimento e o respeito à comunidade acadêmica.

Na gestão de qualquer instituição, o planejamento é uma poderosa ferramenta, pois oportuniza um momento de reflexão sobre o que vem sendo feito e sobre o que ainda deve ser realizado. Na gestão de uma Instituição de educação pública, estruturada em quinze campus – como o IFAL – essa ferramenta é indispensável. Desta consciência nasceu o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI).

Não se trata, pois, do cumprimento de uma formalidade demandada pelo Ministério da Educação, o PDI representa um intenso movimento de reflexão e de auto avaliação de toda a comunidade do IFAL, em busca de respostas a duas questões essenciais: o que desejamos para a nossa Instituição nos próximos cinco anos? De que maneira podemos alcançar este futuro pretendido?

8. Portanto como expressão do planejamento institucional, qualquer possível mudança de cenário deverá estar alinhado com os objetivos, metas e ações, apresentados no PDI do IFAL para o período de 2014 a 2018.

Hoje, os campi do IFAL encontram-se assim distribuídos no Estado de Alagoas:

- Campus Arapiraca

Localizado no Agreste, o campus Arapiraca iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Informática e Eletroeletrônica, além de pós-graduação em Linguagem e Práticas Sociais, com foco na área de serviços e tecnologia. Na modalidade a distância, a unidade oferta

cursos de ensino médio subsequente de Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar, além de licenciatura em Ciências Biológicas e Letras/Português, e do curso superior de tecnologia em Hotelaria.

- Campus Maceió

Localizado na capital, o campus Maceió iniciou suas atividades em 1968, na Escola Técnica Federal de Alagoas, e hoje está instalado em sua sede definitiva. Atualmente, oferece cursos médios integrados de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estradas, Informática, Mecânica e Química. Os cursos técnicos subsequentes oferecidos são Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química e Segurança do Trabalho. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é oferecido o curso de Artesanato. Esse campus também oferece cursos superiores de tecnologia (Alimentos, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Gestão de Turismo e Hotelaria); bacharelado (Sistema de Informação); e licenciaturas (Ciências Biológicas, Letras, Matemática e Química). A distância, o campus oferece os cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, os cursos superiores de Ciências Biológicas, Letras/Português e Administração Pública. Em nível de pós-graduação, são oferecidos os cursos *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos, e em Química Tecnológica.

- Campus Maragogi

Localizado no litoral norte, o campus Maragogi iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Hospedagem e Agroecologia e o técnico concomitante em Eventos, com foco na área de Turismo. Na modalidade a distância, a unidade oferta curso de ensino médio subsequente de Secretaria Escolar, além de licenciaturas em Ciências Biológicas e Letras/Português, e do curso superior tecnológico em Hotelaria. O IFAL Maragogi ainda disponibiliza para a comunidade um bacharelado em Administração Pública e uma pós-graduação em Gestão Municipal.

- Campus Marechal Deodoro

Localizado no litoral, o campus Marechal Deodoro iniciou suas atividades no segundo semestre de 1995, com sede própria. Atualmente, oferta para o PROEJA os cursos médios integrados de Cozinha, Guia de Turismo e Hospedagem, assim como o de Meio Ambiente. O campus também oferece o curso superior de tecnologia em Gestão Ambiental e a pós-graduação *lato sensu* em Educação e Meio Ambiente, com foco nas áreas de Turismo e Meio Ambiente.

- Campus Murici

Localizado na Zona da Mata, o campus Murici iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Agroecologia e Agroindústria, com foco nas áreas de Meio Ambiente e Indústria.

- Campus Palmeira dos Índios

Localizado na Região do Agreste, o campus Palmeira dos Índios iniciou suas atividades em 1993, com sede própria. Atualmente, oferta os cursos técnicos de nível médio, na forma integrada, em Edificações, Eletrotécnica e Informática. Na forma subsequente, o campus oferece os cursos de Eletrotécnica, Redes de Computadores e Segurança do Trabalho. Como técnicos concomitantes são ofertados os cursos de Eletrotécnica, Redes de Computadores e Segurança do Trabalho. No âmbito do PROEJA, é oferecido o curso de Eletrotécnica. O campus oferta, ainda, cursos superiores de tecnologia em Sistemas Elétricos e em Construção de Edifícios, além de um bacharelado em Engenharia Civil. A distância, oferta o curso técnico subsequente em Infraestrutura Escolar, as licenciaturas em Ciências Biológicas e em Letras/Português, bem como o bacharelado em Administração Pública. O campus Palmeira dos Índios oferta também curso de pós-graduação em Gestão Municipal.

- Campus Penedo

Localizado na Região do Baixo São Francisco, o campus Penedo iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando em sede própria. Atualmente, oferta os cursos médios integrados de Açúcar e Álcool, e de Meio Ambiente, com foco nas áreas de Meio Ambiente e Indústrias. A distância, oferece cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, bem como licenciaturas, em Ciências Biológicas e Letras/Português; um bacharelado, em Administração Pública; e uma pós-graduação *lato sensu*, em Gestão Municipal, com foco nas áreas de Indústria e de Educação.

- Campus Piranhas

Localizado no alto Sertão, o campus Piranhas iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando em sede própria. Atualmente, oferta os cursos técnicos integrados de Agrotecnologia e Agroecologia, com foco nas áreas de Meio Ambiente e Indústria.

- Campus Santana do Ipanema

Localizado no sertão de Alagoas, o campus Santana do Ipanema iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente na Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Atualmente, oferta o curso técnico, integrado e subsequente, em Agropecuária. Na modalidade a distância, oferta os cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, além de bacharelado em Administração Pública e licenciatura em Letras/Português.

- Campus São Miguel dos Campos

Localizado na Zona da Mata, o campus São Miguel iniciou as suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferta o curso técnico subsequente de Segurança do Trabalho.

Campus Satuba
Localizado na região metropolitana de Maceió, o campus Satuba, juntamente com o de Maceió, deu início ao ensino profissionalizante no Estado. Situado em sede própria, oferta os cursos técnicos integrados de Agroindústria e Agropecuária, além do subsequente de Agropecuária. O campus também oferta o curso superior de tecnologia em Laticínios. A distância, oferece os cursos técnicos subsequentes de Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar.

- Campus Batalha

Com uma área territorial de 321km² e situado a aproximadamente 186km de Maceió, Batalha localiza-se no sertão de Alagoas. O polo de Batalha, município considerado a bacia leiteira do Estado, terá como foco a área agroalimentar e o desenvolvimento do setor produtivo do leite e derivados. Oferta o curso de agroindústria, integrado e subsequente.

- Campus Coruripe

O município de Coruripe se estende por 918,2 km² e contava no último censo do IBGE (2010) com 52.160 habitantes. A densidade demográfica é de 56,8 habitantes por km² no território do município. Coruripe fica vizinho dos municípios de Jequiá da Praia, Feliz Deserto e Teotônio Vilela, e a 37 km a Sul-Oeste de São Miguel dos Campos. Oferta o curso técnico subsequente de edificações.

- Campus Rio Largo

Após convênio firmado com a Infraero para cessão do prédio do Espaço Reviver, localizado na área do aeroporto Zumbi dos Palmares, Rodovia BR 104, Km 91 Tabuleiro do Pinto Maceió AL, o campus possui o curso técnico subsequente de informática e informática para a internet.

- Campus Viçosa

Viçosa está localizada na **mesorregião** do leste alagoano, mais especificadamente no microrregião serrana dos quilombos a 86 quilômetros da capital Maceió. O campus oferta cursos técnicos subsequentes de administração e informática, além de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC..

- Campus Avançado Benedito Bentes

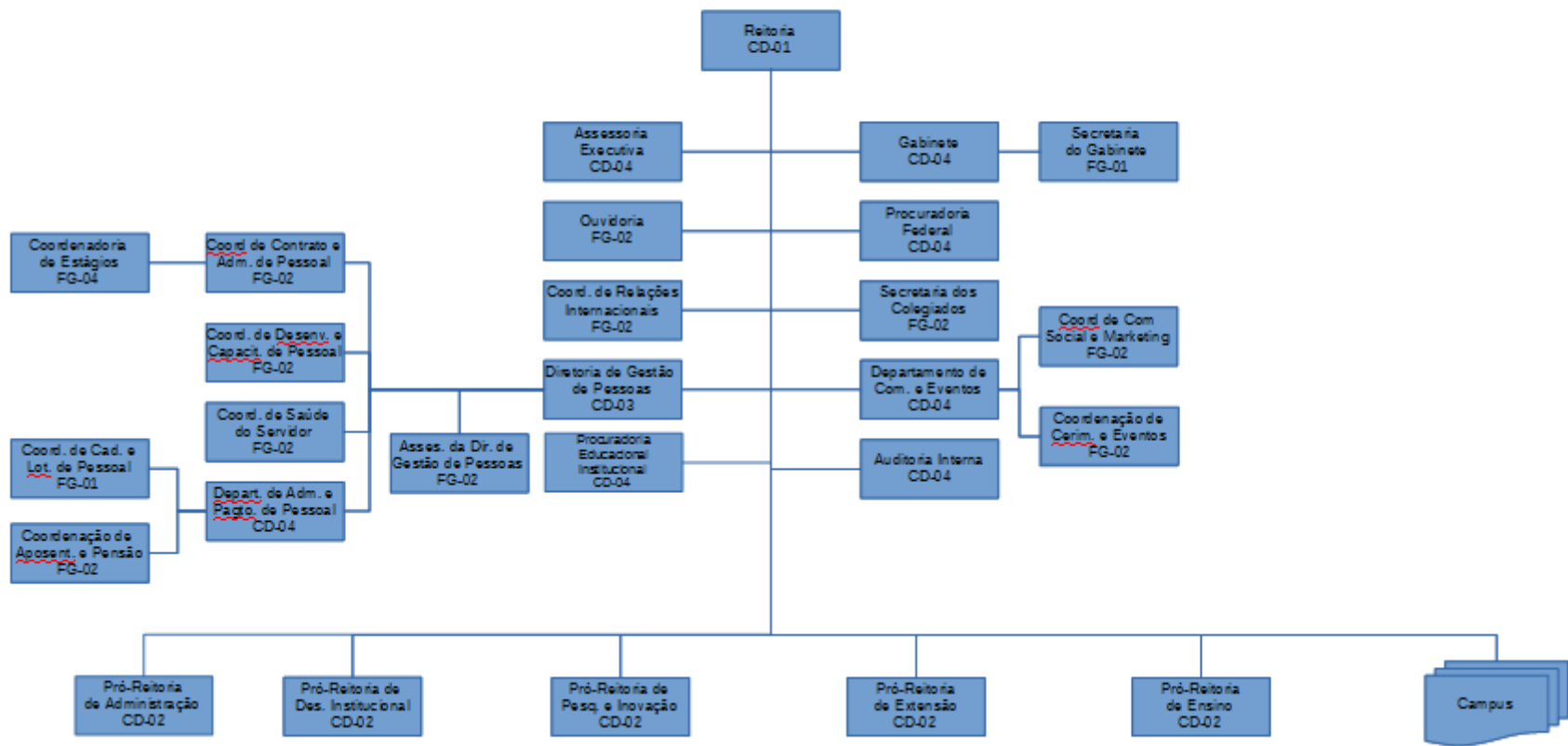
Localiza também na Capital, em seu bairro mais populoso, com cerca de 200mil habitantes. Iniciou suas atividades em setembro de 2016 com cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

3.6. Organograma Funcional

Abaixo o organograma funcional do IFAL:



Figura 2 – Organograma do IFAL
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA



Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Quadro 2 - Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação no exercício
Reitoria	Representar e gerir a Instituição.	Sérgio Teixeira Costa	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Administração	Planejar, organiza, coordena, acompanha e avalia as atividades e políticas de administração, envolvendo a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contratual do Instituto, de maneira articulada às demais áreas.	Wellington Spencer Peixoto	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planejar, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento institucional.	Carlos Guedes de Lacerda	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Ensino	Planejar, coordenar, supervisionar, desenvolver e avaliar todos os projetos e atividades na área de ensino de nível Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto.	Luiz Henrique de Gouveia Lemos	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Extensão	Planejar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas de extensão, relações com a sociedade, articuladas ao ensino e pesquisa.	Altemir João Secco	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Pesquisa	Planejar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas de pesquisa, interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e extensão.	Carlos Henrique Almeida Alves	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01 a 31/12/2016

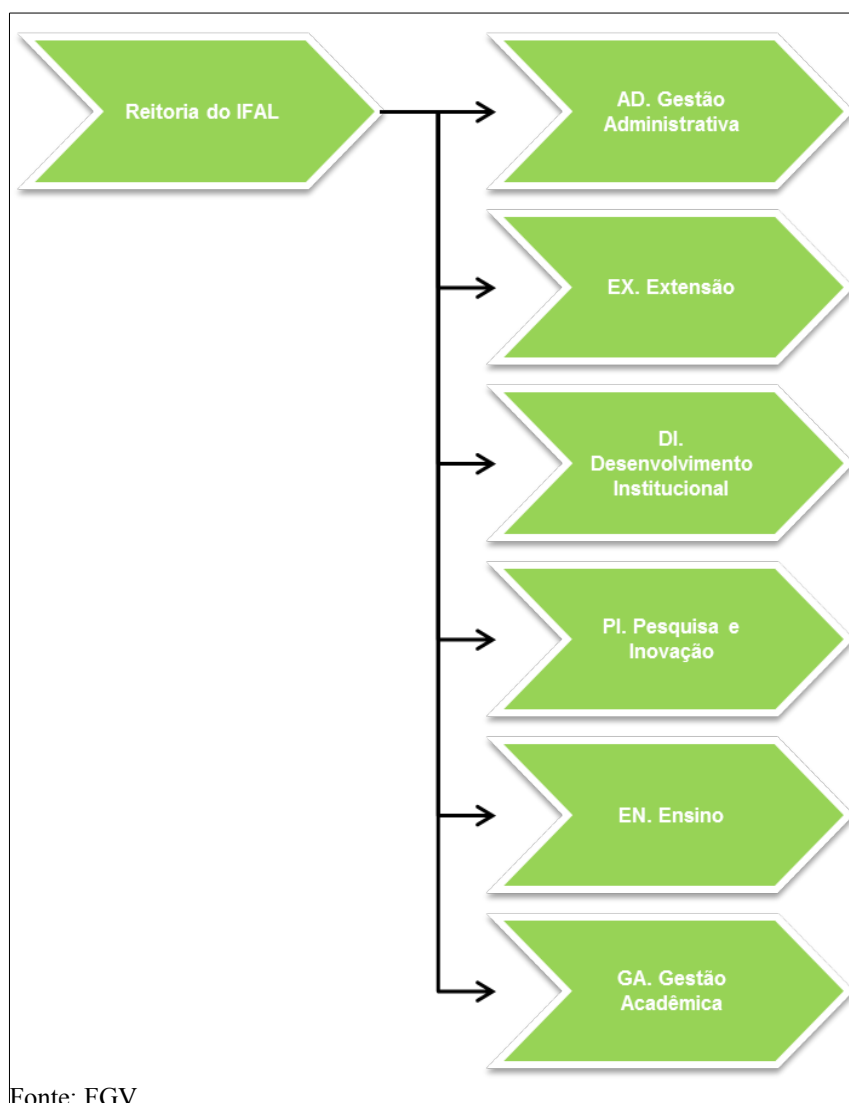
3.7. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL com indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos usuários ou clientes.

Cadeia de Valor do IFAL – Consiste na representação do conjunto dos macroprocessos do IFAL, possibilitando uma macrovisão da sua estrutura organizacional na ótica do pensamento sistêmico.

Atualmente é composta por 6 (seis) Macroprocessos, sendo três finalísticos e três de apoio: Gestão Administrativa (apoio), Extensão (finalístico), Desenvolvimento Institucional (apoio), Pesquisa e Inovação (finalístico), Ensino (finalístico) e Gestão Acadêmica (apoio).

Figura 3 – Representação Gráfica da Cadeia de Valor do IFAL



Fonte: FGV

MA – Macroprocessos de Apoio

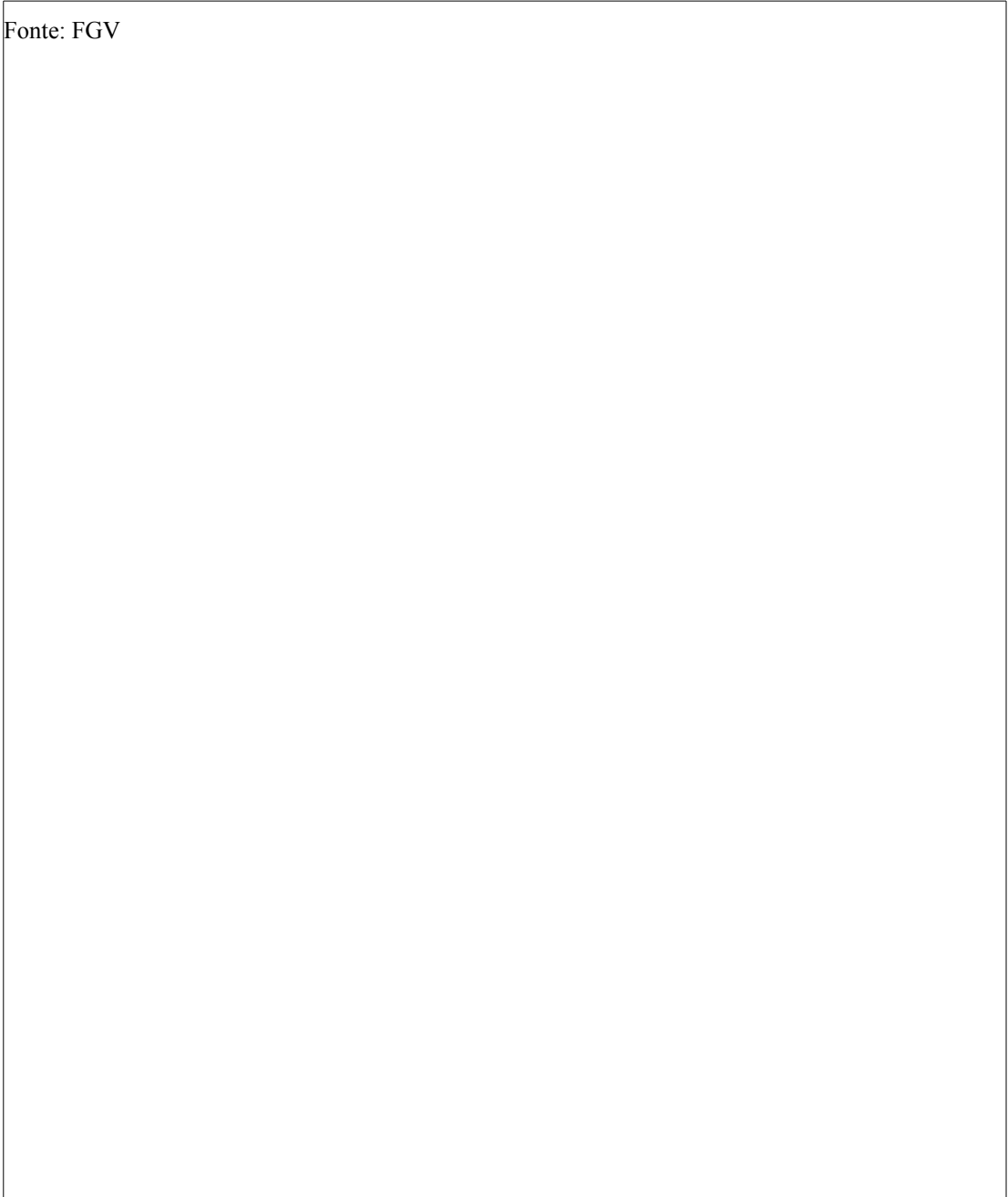
Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades do IFAL.

AD – MACROPROCESSO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DE APOIO

Compreende os processos de apoio, acompanhamento, controle e gestão administrativa. Dentro deste macroprocesso estão mapeados os processos: Jurídico, Infraestrutura, Finanças, Contabilidade, Contratos, Suprimentos, Orçamento e Protocolo e Arquivo.

Figura 4– Macroprocesso de Gestão Administrativa

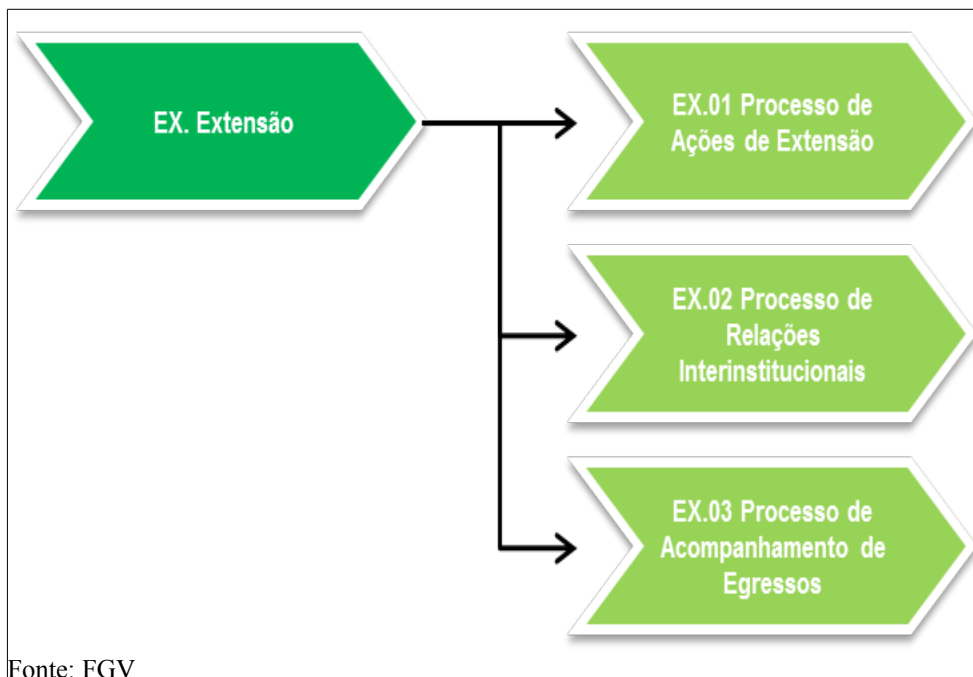
Fonte: FGV



EX – MACROPROCESSO DE EXTENSÃO - FINALÍSTICO

Compreende os processos de formulação, gestão e avaliação de políticas de extensão; o desenvolvimento de ações, bem como das relações interinstitucionais e o acompanhamento de egressos. Dentro deste macroprocesso estão mapeados os processos: Ações de Extensão, Relações Interinstitucionais e Acompanhamento de Egressos.

Figura 5 – Macroprocesso de Extensão

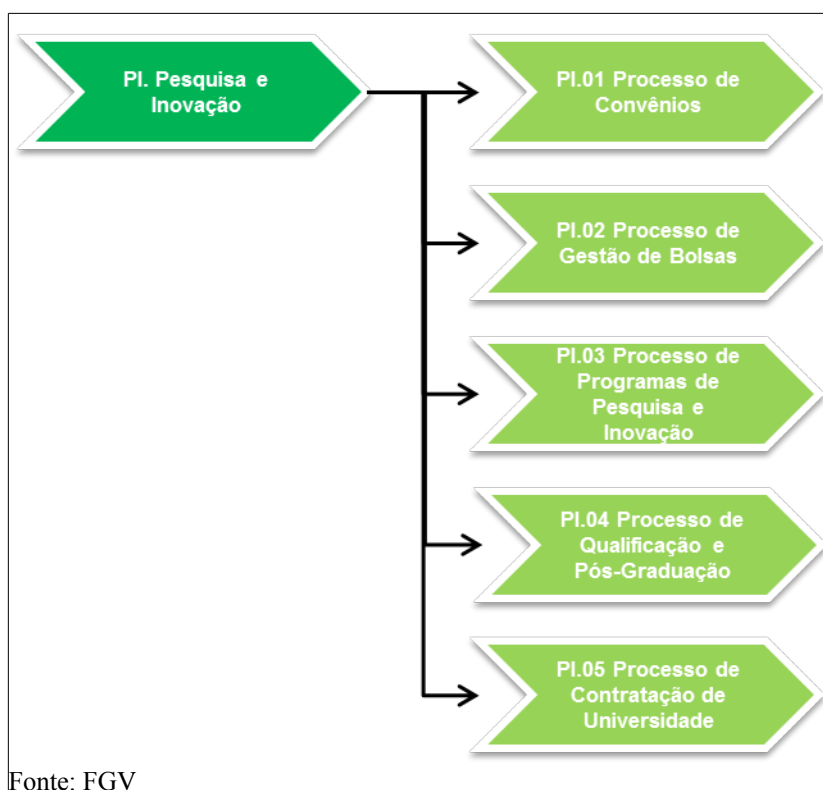


PI – MACROPROCESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO - FINALÍSTICO

Compreende os processos de coordenação, supervisão, acompanhamento e avaliação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa oferecidos pelo Instituto, bem como as ações que visam integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, com um olhar para a inovação. Inclui a coordenação dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica, a gestão dos NITs, a gestão de bolsas, o fomento e estímulo à produção científica, gestão de Programas de Pós-Graduação e de Qualificação Acadêmica.

Dentro deste macroprocesso estão mapeados os processos: Convênios, Gestão de Bolsas, Programas de Pesquisa e Inovação, Qualificação e Pós-Graduação, e Contratação de Universidade.

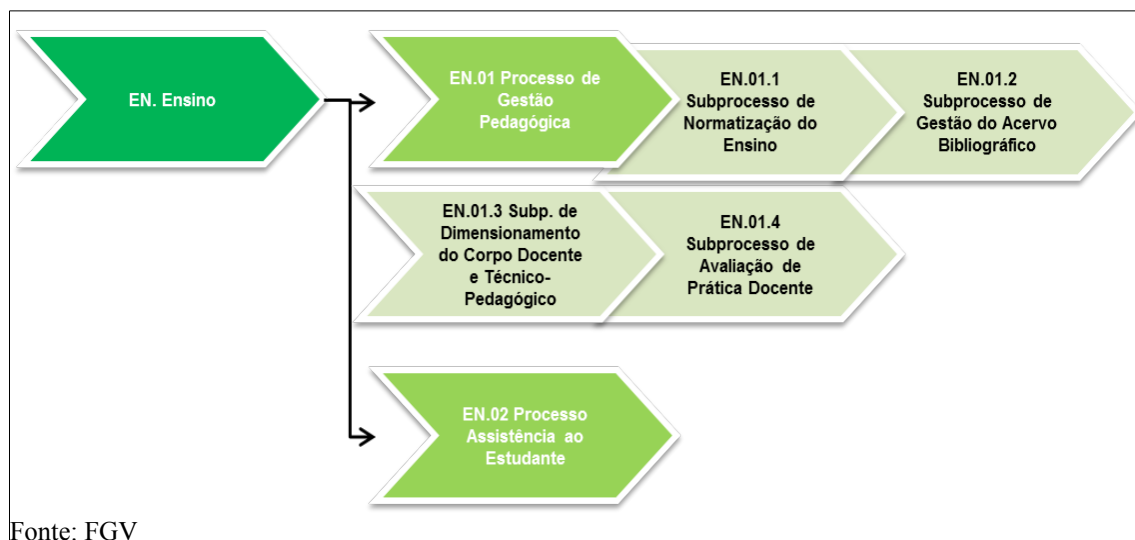
Figura 6 – Macroprocesso de Pesquisa e Inovação



EN - MACROPROCESSO DE ENSINO - FINALÍSTICO

Compreende os processos de Gestão Pedagógica e Assistência ao Estudante.

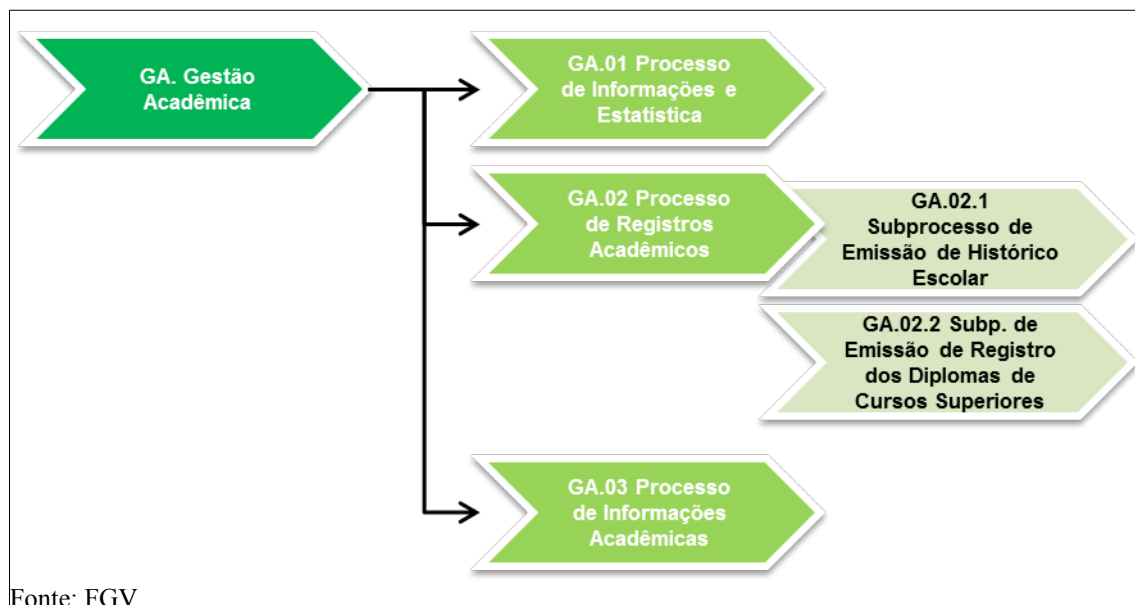
Figura 7 – Macroprocesso de Ensino



GA - MACROPROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICA – DE APOIO

Compreende os processos de Informações e Estatísticas, Registros Acadêmicos e Informações Acadêmicas dos alunos nos segmentos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Figura 8 – Macroprocesso de Gestão Acadêmica



4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1. Planejamento Organizacional

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estratégicos adotados pela IFAL para 2016 foram extraídos do PDI e tiveram por propósito orientar as Pró-Reitorias e campi na definição das principais iniciativas que foram desenvolvidas com foco no atendimento da missão e alcance da visão.

Os objetivos estratégicos, na sua essência definem o que o IFAL quer atingir, considerando todos os insumos analisados;

1. expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas, com desdobramento no território;
2. expressam alvo ou ponto quantificado que a instituição pretende alcançar por meio de esforço extra, com definição de prazo de realização e o responsável pela consecução;
3. focalizam a atenção em desafios pontuais, dirigindo os esforços de toda instituição para os resultados efetivamente de interesse;
4. são desafiadores, asseguram um sentimento de superação, mas são propostos em base realista, considerados para isso o tempo, recursos e retorno econômico-financeiro ou social.

Os objetivos estratégicos e indicadores definidos para 2016 foram:

1. Aumentar a captação de recursos próprios

Aumentar o percentual de participação de recursos próprios na composição do orçamento do IFAL, tendo como referência a matriz CONIF.

Indicador:

- Taxa de crescimento da captação de recursos próprios

2. Consolidar a expansão do IFAL para ampliar a oferta de seus serviços.

Ampliar a presença em outras regiões do Estado e o acesso da população à educação presencial, garantindo a oferta de seus serviços.

Indicadores:

- Relação de candidato por vaga
- Relação de alunos por docentes em tempo integral

3. Adequar a infraestrutura dos campi para uma oferta apropriada dos cursos

Adequar as instalações físicas – salas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas, áreas de convivência, etc. – dos câmpus para garantir a adequada execução das ações pedagógicas e as condições de acessibilidade dos alunos e servidores.

Indicadores:

- Gastos com investimentos
- Gastos com outros custeios (excluído benefícios e PASEP)

4. Promover a formação continuada dos servidores para o alcance dos resultados institucionais

Garantir as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.

Indicadores:

- Proporção de execução do investimento em capacitação e qualificação
- Proporção de servidores que participaram de cursos de capacitação
- Proporção de servidores que participaram de cursos de qualificação
- Gastos com pessoal
- Titulação do corpo docente

5. Ampliar a rede de relacionamento com comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações de colaboração.

Ampliar o relacionamento do IFAL com atores das áreas social e cultural.

Indicadores:

- Número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) da rede.
- Nível de satisfação dos beneficiados em cada evento/ projeto/ação.

6. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento

Ampliar o relacionamento do IFAL com o setor produtivo.

Indicador:

- Número de convênios firmados com o setor produtivo.

7. Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público, com vistas ao intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações de colaboração

Ampliar o relacionamento do IFAL com o setor público.

Indicadores:

- Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações da rede.
- Número de convênios firmados com o setor público.

8. Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo.

Estimular a prática do associativismo, como iniciativa para a superação de dificuldades e geração de benefícios para os seus associados, e do empreendedorismo como fator promotor do desenvolvimento individual, econômico e social.

Indicadores:

- Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.

- Número de empresas júnior em funcionamento.

9. Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.

Garantir que o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se expresse pela pedagogia do diálogo por meio de práticas integradas, incluindo outros espaços formativos, colaborando para o relacionamento entre a Instituição e a sociedade.

Indicadores:

- Proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão.
- Proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão.

10. Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.

Garantir a efetividade das ações do IFAL e o cumprimento de sua missão institucional. Inclui, por exemplo, a oferta de reforço escolar para alunos com rendimento insuficiente, a correção de fluxo – acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado – e estudos de recuperação.

Indicadores:

- Eficiência acadêmica de concluintes
- Relação de concluintes por matrícula atendida
- Relação de ingresso por matrícula atendida
- Retenção do fluxo escolar

11. Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância.

Garantir a oferta de cursos na modalidade a distância

Indicadores:

- Proporção de cursos ofertados na modalidade a distância.

12. Incrementar o número de vagas nos cursos oferecidos pelo IFAL, sendo parte das novas vagas destinadas a pessoas com necessidades específicas.

Oferecer à sociedade a garantia de acesso à educação em condições que possibilitem o êxito escolar no tempo esperado para a sua obtenção.

Indicadores:

- Taxa de crescimento do número de vagas
- Gasto corrente por aluno

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Desde a transformação em Instituto Federal, o processo de elaboração do planejamento do IFAL vem sendo continuamente aperfeiçoado, de modo a contemplar as demandas institucionais e da sociedade.

Há de se considerar que na gestão de qualquer instituição, o planejamento é uma poderosa ferramenta, oportunizando reflexões sobre o que vem sendo feito e sobre o que ainda deve ser realizado, na busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento da instituição.

No final de 2013 foi concluída a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e com ele o Planejamento Estratégico do IFAL para o quinquênio 2014-2018, planejamento esse que norteia as ações institucionais para os próximos cinco anos. Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico deverá orientar a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, o planejamento de caráter mais tático e operacional que, vinculado ao orçamento da instituição, resulta na proposta orçamentária do IFAL para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União.

Em 2015, através da portaria N° 1244/GR, de 07 de maio de 2015, foi implantado no IFAL, a ferramenta de planejamento estratégico “Geplanes”. Essa ferramenta consiste em um software livre de planejamento estratégico utilizado desde a fase de elaboração do planejamento até o monitoramento das ações e avaliação dos resultados da gestão.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O plano estratégico do IFAL foi elaborado buscando alinhar as ações decorrentes aos diversos planos institucionais do Governo Federal e especificamente do Ministério da Educação, bem como o relacionamento direto ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por Lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Neles constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

PNE é o Plano de execução dos programas de educação do governo federal que estabelece seus programas em torno de quatro eixos norteadores: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Alfabetização.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Plano que subsidia e orienta as ações da Gestão do IFAL. O PDI está baseado no planejamento institucional, construído de forma coletiva, identificando o IFAL no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão que se propõe, à visão, às diretrizes pedagógicas que orienta suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver. É o Plano que consolida o Planejamento Estratégico da Instituição para o interstício de 5 (cinco) anos, com previsão de execução de metas em períodos de curto, médio e longo prazos.

TERMO DE ACORDO DE METAS - TAM

O TAM é um conjunto de compromissos de parte a parte que devem ser alcançados celebrado em 2009 entre cada uma das instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica e o MEC.

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O Monitoramento e Controle de Metas – são atividades de apoio ao gerenciamento e monitoramento dos Projetos estratégicos do IFAL. Seu objetivo é simplificar o gerenciamento e monitoramento dos projetos e produtos, integrando, padronizando e sistematizando as informações, facilitando o acompanhamento dos projetos.

A execução dos planos de Atividades e metas é acompanhada bimestralmente nas reuniões de gestão da reitoria onde são apresentados o status das metas de cada Campus, Pró-Reitorias e

Diretorias Sistêmicas, com suas dificuldades para que o gestor e sua equipe tomem as devidas correções e ações nos desvios para o alcance das metas propostas. Nessas reuniões, os gestores apresentam algumas práticas de gestão que possam ser empregados em outras áreas ou campi do IFAL.

4.3. Desempenho Orçamentário

4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

O Instituto Federal de Alagoas não executa a integralidade os valores referentes às ações do PPA, bem como de seus Programas Temáticos, a Instituição contribuiu para o atingimento dos objetivos estratégicos contidos nas políticas públicas no que se refere ao Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos, cujo objetivo, é: expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. A contribuição do IFAL se deu por meio da execução das Ações previstas no PPA e na Lei Orçamentária do Instituto, que serão abordadas nos próximos itens.

Quadro 3: Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	20RG Tipo: Atividade
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 0582
Programa	Educação de Qualidade para Todos Código: 2080 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.658.537,00	3.658.537,00	3.658.537,00	598.303,79	598.303,79	0,00	3.060.233,21
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto viabilizado			Unidade	13	13	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Projeto viabilizado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

Quadro 4: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Identificação da Ação					
Código	20RG		Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2031 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.574.991,74	3.271.749,15	164.937,70	Projeto viabilizado	Unidade	9

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

Quadro 5: Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 0582					
Programa	Educação de Qualidade para Todos Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.020.049,00	60.373.470,00	56.111.636,54	38.975.211,70	38.807.683,89	167.527,81	17.136.424,84
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	15.000	15.000	22.549	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Estudante matriculado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

Quadro 6: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Identificação da Ação					
Código	20RL		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2031 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
25.650.616,57	12.645.658,75	2.745.962,62	Estudante matriculado	Unidade	17.791

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

Quadro 7: Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994		Tipo: Atividade			
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação					
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582					
Programa	Educação de Qualidade para Todos Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.426.771,00	12.426.771,00	10.787.187,15	10.272.787,60	10.240.978,10	31.809,50	514.399,55
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		Unidade	19.433	19.433	22.549	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Benefício concedido	Unidade		

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

Quadro 8: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Identificação da Ação					
Código	2994		Tipo: Atividade		
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação				
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2031 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
833.807,87	327.737,55	240.556,60	Benefício concedido	Unidade	7.588

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Neste item foram apresentadas apenas as Ações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA vinculadas aos Programas Temáticos estabelecidos no PPA. Não serão apresentadas as Ações Orçamentárias vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Educação de Qualidade para Todos foi o Programa Temático com Ações Orçamentárias executadas pelo Instituto Federal de Alagoas.

O orçamento consignado nestas Ações foi executado observando os princípios da economicidade, legalidade e eficiência, priorizando as aquisições e contratações compartilhadas visando atender as demandas de todas as unidades administrativas da Instituição. E, as despesas realizadas observaram estritamente a descrição de cada Ação Orçamentária.

A Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica é a principal Ação Orçamentária do IFAL. O orçamento desta Ação é utilizado para permitir a gestão administrativa, financeira e técnica, além do desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Diante das dificuldades financeiras encontradas em 2015 e com o cenário de retração da economia brasileira e perspectiva de crise econômica para 2016 a meta estipulada para esta Ação foi de matricular 15.000 alunos. Porém, mesmo com os obstáculos vivenciados foi possível superar esta meta e matricular 22.549 alunos.

Dentre os fatores que contribuíram para que o IFAL ultrapassasse o número de matrículas previstas para 2016 foram: i) o fortalecimento da política da assistência estudantil; ii) a criação de novos cursos de graduação, como Engenharia Civil (Campus Maceió) e Engenharia Agrônômica (Campus Piranhas), cursos técnicos de nível médio, como Alimentos (Campus Piranhas) e Informática pela Internet (Campus Viçosa); iii) e a oferta de novas vagas através dos cursos ofertados pelo Pronatec.

A Ação 2994- Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica tem como finalidade o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e

transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.

Para esta Ação foram estipuladas duas metas, a primeira foi benefício concedido, que corresponde ao número de benefícios ofertados pela Instituição, elencados na Resolução nº 54/CS, de 23 de setembro de 2013, são eles:

I - Programa de Apoio às Atividades Estudantis - engloba concessões de óculos corretivos, fardamento escolar e material didático visando proporcionar condições igualitárias de participação nas atividades escolares.

II - Programa Refletir e Educar - tem como objetivo principal promover ações educativas que tratem de temas sobre a formação social, política e cultural da sociedade e que contribuam para o combate ao preconceito ou qualquer forma de discriminação. Este programa se desenvolve através da realização de oficinas, palestras, seminários, colóquios, fóruns, eventos, projetos de pesquisa e extensão.

III - Programa de Alimentação e Nutrição - tem por objetivo a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo, assim como a realização de educação nutricional para contribuir com o rendimento escolar, aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis, visando à permanência e conclusão de curso.

IV - Programa de Aconselhamento Psicológico – o aconselhamento psicológico, no âmbito educacional, é um processo interativo, caracterizado por uma relação única entre psicólogo e estudante, que prioriza os aspectos psicológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e que leva o estudante a mudanças em uma ou mais áreas da sua existência.

V - Programa de Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde - define como um dos focos de atenção da Política de Assistência Estudantil o campo da promoção da saúde, estabelecendo o planejamento de ações voltadas à educação para a saúde, com focos no reconhecimento e prevenção de fatores de risco e na promoção dos fatores de proteção, reconhecendo seus impactos nas trajetórias de vida dos discentes.

VI – Programa de Orientação Profissional - caracteriza-se como uma prática social que visa, basicamente, a inserção do estudante no mundo do trabalho, de uma forma consciente e fruto de uma escolha, por meio da elaboração e/ou reelaboração do seu projeto de vida profissional, a fim de que consiga alcançar resultados que tragam o máximo de proveito para si e para a sociedade.

VII - Programa de Residência Estudantil - objetiva possibilitar uma moradia de qualidade aos estudantes, proporcionando um espaço de convivência, discussão e reflexão, produção e divulgação de saberes culturais e científicos e integração com a comunidade interna e externa.

VIII - Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas - é vinculado ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne, tem por objetivo assegurar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, o apoio necessário no âmbito educacional, de acordo com o Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011.

IX - Programa de Assistência à Saúde – é desenvolvido pela equipe multidisciplinar, tem como objetivo oferecer ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abranjam a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade; visando o bem-estar e a qualidade de vida do discente, de modo a contribuir para sua permanência e conclusão de curso nesta instituição.

X - Programa de Acompanhamento Social – é vinculado às Unidades de Serviço Social, se caracteriza por um atendimento permanente que busca a viabilização de recursos internos e externos, mantendo um processo de articulação com o estudante e sua família. Visa criar condições de permanência para este usuário na Instituição, prover meios para prevenir situações de vulnerabilidade no cotidiano dos sujeitos, bem como, viabilizar a ampliação do acesso aos direitos sociais.

A meta definida para estes programas foi de conceder 19.443 benefícios. Esta meta foi ultrapassada, e foram concedidos 22.549.

A segunda meta definida para esta Ação foi bolsa concedida, que corresponde ao número bolsas concedidas aos alunos da Instituição. Estas bolsas estão previstas nos seguintes programas da Resolução nº 54/CS, de 23 de setembro de 2013:

I - Programa Bolsa de Estudo - vinculado às Unidades de Serviço Social, assistirá financeiramente aos alunos que participem de atividades educacionais no horário contrário das aulas regulares, tendo como objetivo contribuir para a diminuição dos índices de evasão e retenção escolar.

II – Programa Auxílio Permanência - vinculado as Unidades de Serviço Social, visa assegurar aos estudantes recursos financeiros para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, atendimento educacional especializado ou outras necessidades socioeconômicas que possibilitem condições de permanência no IFAL.

III - Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas – tem como objetivo possibilitar aos estudantes do IFAL em vulnerabilidade social o despertar para as experiências artísticas ou desportivas que possam proporcionar o reconhecimento de habilidades em modalidades esportivas e nas diversas linguagens artísticas (artes visuais, dança, música ou teatro). O Programa tem como propostas o protagonismo juvenil, práticas de socialização, boas condutas, trabalho em equipe, motivação e cidadania através de incentivos para os treinamentos, cursos e/ou oficinas complementares à formação acadêmica.

IV - O Programa Bolsa PROEJA - tem como objetivo contribuir para a permanência e o êxito escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e cursos de PROEJA FIC articulado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, visando à promoção da inclusão social e elevação da escolaridade.

V - Programa de Apoio ao Intercâmbio e à Mobilidade – tem como objetivo possibilitar aos estudantes do IFAL condições de participar do processo de seleção para os programas de intercâmbio e mobilidade, garantindo prioridade àqueles estudantes que se encontrem em situação de carência socioeconômica.

A meta definida para estes programas em 2016 foi conceder bolsas para 9.300 alunos, porém, a meta atingida foi de 5.539 bolsas concedidas. O não atingimento da meta se deu, principalmente, ao movimento de ocupação dos estudantes em alguns campi do IFAL, seguido da greve dos servidores, que atrasou o início do ano letivo, o que conseqüente impossibilitou o ingresso de novos alunos na instituição. Devido a isto, o planejamento da oferta de bolsas e auxílio para os alunos ingressantes não pôde ser cumprido, o que gerou uma diminuição na oferta de bolsas e auxílios financeiros.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução dos programas desta Ação foram: i) aumento do recurso destinado a Assistência Estudantil em relação ao exercício anterior; ii) desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares nos campi em que existe a equipe de assistência estudantil; iii) a presença da equipe sistêmica da Diretoria de Políticas Estudantis em todos os campi para realização de oficinas de avaliação e capacitação da assistência estudantil.

Porém, tivemos fatores que dificultaram a execução das ações previstas para 2016: i) atrasos nos procedimentos licitatórios e na entrega de materiais de distribuição gratuita; ii) limitações orçamentárias, impostas pelo Governo federal, e atraso no repasse dos valores financeiros referente ao custeio dos campi; iii) quantidade de profissionais insuficiente para o atendimento da demanda atual, bem como inexistência de profissionais específicos da área de Serviço Social, Psicologia,

Medicina, Enfermagem, Odontologia e Nutrição em alguns campi; iv) infraestrutura inadequada nos campi que funcionam em prédios provisórios nas cidades de São Miguel dos Campos, Arapiraca, Rio Largo e Maragogi.

Principais resultados obtidos: i) aumento do número de estudantes beneficiados pelo Programa de Alimentação e Nutrição Escolar (refeitórios), com 213.830 refeições servidas e 1.733 alunos atendidos; ii) aumento do número de estudantes beneficiados pelo Programa de Apoio às Atividades Estudantis (Óculos corretivos, fardamento e material didático); iii) melhoria do atendimento prestado pela Assistência Estudantil, de forma quantitativa, por meio do reajuste dos valores dos benefícios e da ampliação do número de vagas dos programas ligados ao Serviço Social e Nutrição e qualitativa, devido a atuação interdisciplinar.

Em 2016, fatores externos prejudicaram o desempenho orçamentário da Instituição. O principal deles foi o contingenciamento de limite orçamentário, ou seja, a autorização para emissão de empenho, mesmo tendo crédito disponível não foi possível executar o orçamento na totalidade. Esta situação abrangeu as ações de custeio e investimento.

Somando-se a isto, os repasses financeiros ao longo do ano não corresponderam a integralidade das despesas assumidas pelo órgão, o que gerou atrasos nos pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. Esta situação levou o IFAL a não realizar algumas despesas necessárias ao bom desempenho de suas atividades devido à incerteza sobre a possibilidade de honrar seus compromissos financeiros.

A Portaria nº 67, de 1º de março de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, impôs contenção em diversas despesas para os órgãos da administração pública do Poder Executivo, quais sejam:

I – Suspensão de novas contratações relacionadas à aquisição e locação de imóveis, aquisição e locação de veículos, locação de máquinas e equipamentos.

II – Limitação de gastos com despesas como Diárias e Passagens, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, Serviços de Limpeza e Conservação, Vigilância Ostensiva, Fornecimento de Alimentação, Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos, Serviços de Telecomunicações.

Os valores das limitações da Portaria nº 67 foram impostas para o Ministério da Educação, que deveria definir os limites anuais para suas unidades subordinadas. Isso somente ocorreu em agosto, por meio do Ofício-Circular nº 11/2016/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC. Os limites das despesas definidos para o IFAL eram menores do que os valores já contratados para o exercício. Houve,

então, um esforço da Instituição em se adequar reduzindo postos de trabalho terceirizados e suprimindo objetos contratuais.

Estas medidas afetaram a qualidade dos serviços e complicaram o processo de expansão. O IFAL, em pleno crescimento, teve suas atividades prejudicadas por estas limitações e suspensões, pois a realização e ampliação das despesas elencadas na Portaria nº 67 eram fundamentais para ações de implantação do novo campus no bairro do Benedito Bentes, em Maceió; para a mudança do local de funcionamento do Campus Murici, saindo de um prédio provisório, com espaço reduzido, e se instalando em sua sede definitiva; para a locação de um prédio para o Campus Santana do Ipanema, que funcionava provisoriamente em uma universidade estadual, dividindo a infraestrutura com alunos de outra instituição, sem condições de atender suas as necessidades acadêmicas e administrativas e o aumento do número de alunos.

Outro fator externo que prejudicou a execução orçamentária foi a não aprovação de solicitação de créditos adicionais referente a excesso de arrecadação superior a R\$ 3,3 milhões. Esse excesso de arrecadação se deu por conta os valores obtidos com a taxa de inscrição em concurso público. Os valores arrecadados seriam empregados no pagamento das despesas com o próprio concurso, porém, a Instituição foi obrigada utilizar recursos da fonte do Tesouro para cumprir a contratação, deixando de atender a outras demandas que estavam programadas com esse recurso.

O movimento de ocupação dos estudantes em alguns campi do IFAL, que ocorreu no último trimestre de 2016, não permitindo a realização plena das atividades nas unidades administrativas atrasou procedimentos administrativos e acadêmicos.

Diante do exposto, conclui-se que, no exercício de 2016 o desempenho orçamentário do Instituto Federal de Alagoas foi fortemente afetado pelo contingenciamento feito pelo Governo Federal, exigindo um replanejamento e uma priorização das ações.

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 9 -Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
26402	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do exercício
152802	40.911.117/0001-41	11.290,78	11.290,78	0,00	0,00

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 10 -Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2015	12.198.410,13	12.115.219,22	68.106,10	15.084,81	
2014	2.066.958,19	2.053.704,42	-	13.253,77	
2013	406.845,02	403.560,52	265,50	3.019,00	
2012	7.516,42	939,12	-	6.577,30	
2011	185.694,47	171.109,83	-	14.584,64	
2010	17.142,23	-	-	17.142,23	
2009	1.198,00	-	-	1.198,00	
2008	235,68	-	-	235,68	
2005	1.004,70	-	-	1.004,70	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2015	22.396.171,89	16.644.769,39	16.519.579,89	248.315,16	5.628.276,84
2014	6.018.757,92	540.997,64	540.997,64	561.269,86	4.916.490,42
2013	3.301.209,99	52.422,00	52.422,00	1.817.513,55	1.431.274,44
2012	3.094.878,71	50.040,35	48.945,35	1.478.496,08	1.567.437,28
2011	1.951.661,44	-	-	807.971,81	1.143.689,63
2010	392.192,41	-	-	229.739,54	162.452,87
2009	72.236,98	-	-	-	72.236,98

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

O Instituto Federal de Alagoas – IFAL realiza ao longo dos anos um trabalho de análise e execução dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados e restos a pagar processados referentes aos exercícios de 2005 a 2015, não permitindo que pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores causem impacto na gestão financeira do IFAL. Podendo ser observado, através do quadro acima, o pagamento significativo dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados e pelo volume de cancelamentos efetuados haja vista o interesse da Administração Pública.

Observa-se que o IFAL efetuou no exercício de 2016 pagamentos no montante de R\$ 31.906.477,99 (trinta e um milhões novecentos e seis mil quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos) e realizou o cancelamento de empenhos inscritos em restos a pagar no montante de R\$

5.211.677,60 (cinco milhões duzentos e onze mil seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

Em relação a permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro pode-se dizer que é em função do lapso temporal entre a data de emissão do empenho e o efetivo pagamento, pois, muitas vezes o fato gerador do pagamento, seja a prestação de serviço ou a entrega do material ou bem, se dá somente nos exercícios seguintes, como também em alguns casos de processos judiciais e que ainda não foram julgados para que possa cancelar os empenhos. Conforme exposto acima, as áreas de Contabilidade do IFAL estão efetuando a análise processual e o acompanhamento dos empenhos inscritos em restos a pagar.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 11: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	0	01	01	0	682.843,11	1.974.401,07
Totais	0	01	01	0	682.843,11	1.974.401,07
Fonte: Siafi						

Os instrumentos celebrados, constantes do quadro acima, ainda não tiveram seus prazos de prestação de contas vencidos.

4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Como se observa neste relatório a quantidade de instrumentos celebrados pelo IFAL é pequena, não demandando uma grande estrutura de pessoal e sistemas, para tratamento e análise das contas prestadas pelos recebedores de recursos descentralizados. Atualmente, a atividade é realizada pela área de contabilidade e finanças da Reitoria do IFAL, de forma satisfatória e tempestiva, sem prejuízo ao cumprimento dos objetivos propostos e pactuados.

4.3.6 Informações sobre a realização das receitas

A previsão inicial da Receita em 2016 foi de R\$ 979.497,00, porém, conforme quadro abaixo houve uma arrecadação bem superior, mais de R\$ 4,3 milhões, cerca de 77,50% em relação à previsão inicial. Contudo, devido a não aprovação, por parte do Governo Federal, da solicitação de

créditos adicionais referente ao excesso de arrecadação, que foi superior a R\$ 3,3 milhões, este valor, fruto do esforço da Instituição não pode ser utilizado.

Quadro 12: Informações sobre a realização das receitas

NATUREZA DA RECEITA		RECEITA REALIZADA
13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	125.563,80
13100211	CONC/PERM/AUT/CESSAO DIR.USO IMOV.PUB-PRINC.	72.600,95
13100212	CONC/PERM/AUT/CESSAO DIR.USO IMOV.PUB-MUL.JUR	159,02
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	266.185,32
14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	39.553,39
16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	354,00
16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	3.602.669,10
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	4.727,62
19210311	INDENIZACAO POR SINISTRO-PRINCIPAL	47.890,00
19219911	OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL	76.269,75
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	1.810,00
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	80.588,16
19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	16,00
TOTAL		4.318.387,11

Observa-se no quadro acima que 83% da arrecadação ocorreram na Natureza da Receita 16100211 – Inscrição em concursos e processos seletivos, que não foi utilizado para a finalidade a qual foi arrecadado, pagamento das despesas com concurso, porque não havia créditos suficientes na fonte de recursos 0250 – Receita Própria, uma vez que a solicitação de créditos adicionais não foi aprovada.

4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 13: Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	48.965.916,63	13,73	31.604.851,56	9,82	30.720.898,48	9,59	22.288.045,42	7,80
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	11.565.687,15	3,24	6.491.922,73	2,02	5.715.204,11	1,78	4.626.827,99	1,62
d) Pregão	35.346.104,31	9,91	25.112.928,83	7,80	24.728.308,77	7,72	17.661.217,43	6,18
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime	2.054.125,17	0,58	-	-	277.385,60	0,09	-	-

Diferenciado de Contratações Públicas									
2. Contratações Diretas (h+i)	13.817.728,86	3,88	5.570.458,35	1,73	7.863.923,56	2,45	4.541.869,77	1,59	
h) Dispensa	9.586.744,06	2,69	3.899.551,66	1,21	5.254.066,00	1,64	3.324.230,21	1,16	
i) Inexigibilidade	4.230.984,80	1,19	1.670.906,69	0,52	2.609.857,56	0,81	1.217.639,56	0,43	
3. Regime de Execução Especial	18.201,68	0,01	58.397,02	0,02	17.578,17	0,01	58.397,02	0,02	
j) Suprimento de Fundos	18.201,68	0,01	58.397,02	0,02	17.578,17	0,01	58.397,02	0,02	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	271.718.359,97	76,22	245.006.480,30	76,07	268.883.001,65	83,91	244.323.101,98	85,47	
k) Pagamento em Folha	270.877.379,34	75,98	243.936.234,43	75,74	268.057.618,74	83,65	243.297.046,76	85,11	
l) Diárias	840.980,63	0,24	1.070.245,87	0,33	825.382,91	0,26	1.026.055,22	0,36	
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	334.520.207,14	93,84	282.240.187,23	87,64	307.485.401,86	95,96	271.211.414,19	94,87	
Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017) para os dados de 2016 e Prestação de Contas exercício de 2015									
6. Total das Despesas da UPC	356.519.472,46	100	322.069.050,99	100	320.468.785,44	100	285.874.203,42	100	

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

Quadro 14: Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
319011	170.912.891,25	156.753.025,53	170.302.339,07	156.683.398,69	510.552,18	69.626,84	170.300.624,83	156.683.398,69
319001	33.689.090,67	31.904.774,38	33.655.126,99	31.816.880,95	33.963,68	87.893,43	33.655.089,99	31.816.880,95
319013	32.768.642,00	29.710.456,11	32.766.469,56	29.709.840,74	2.172,44	615,37	32.766.469,56	29.709.840,74
Demais elementos do grupo	16.432.235,34	13.727.396,17	16.268.187,11	13.559.579,47	164.048,23	121.956,70	16.268.287,11	13.559.579,47
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
339037	20.487.663,35	18.424.070,26	16.598.093,02	16.300.365,16	3.889.570,33	2.173.291,38	16.572.137,24	12.238.524,95
339039	16.203.123,96	16.812.418,23	12.931.322,80	10.615.475,21	3.271.801,16	6.199.490,02	12.760.909,87	7.900.075,42
339018	16.088.535,38	12.348.954,00	13.167.817,75	12.045.609,11	2.920.717,63	771.146,04	12.672.909,15	11.677.183,13
Demais elementos do grupo	27.904.161,45	18.526.384,04	20.970.249,82	15.611.351,29	6.933.911,63	3.695.035,86	20.201.884,54	14.320.731,86
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	

Despesa	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
449051	16.774.815,28	12.519.893,18	5.773.245,52	5.496.423,87	11.001.569,76	7.023.469,31	5.275.166,79	3.745.194,03
449052	5.349.349,31	5.121.085,33	1.647.827,44	2.867.438,47	3.701.521,87	2.253.646,86	1.595.827,44	1.467.529,33
449039	8.920,00	-	-	-	8.920,00	-	-	-
Demais elementos do grupo	44,47	47.775,51	44,47	47.775,51	-	-	44,47	47.775,51
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial (data da extração: 07.02.2017)

4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancária tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 15: Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	152800	IFAL – campus Penedo	-	-	03	14.000,00	6.000,00
	152802	IFAL – campus Piranhas	-	-	02	9.000,00	8.000,00
	152804	IFAL – campus São Miguel dos Campos	-	-	03	11.400,00	5.000,00
	152805	IFAL – campus Arapiraca	-	-	01	8.000,00	8.000,00
	158147	IFAL – Reitoria	-	-	01	500,00	500,00
	158381	IFAL – campus Maceió	-	-	01	1.200,00	1.200,00
2015	152800	IFAL – campus Penedo	-	-	02	16.000,00	8.000,00
	152802	IFAL – campus Piranhas	-	-	02	16.000,00	8.000,00
	152804	IFAL – campus São Miguel dos Campos	-	-	03	15.500,00	6.500,00
	158147	IFAL – Reitoria	-	-	01	1.600,00	1.600,00
	158380	IFAL – campus Marechal Deodoro	-	-	01	6.000,00	6.000,00
	158381	IFAL – campus Maceió	-	-	03	19.000,00	7.000,00
	158382	IFAL – campus Satuba	-	-	05	21.000,00	8.000,00

Fonte: Siafi

Quadro 16: Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	152800	IFAL – campus Penedo	-	-	-	-	5.136,85	5.136,85
	152802	IFAL – campus Piranhas	-	-	-	-	1.733,49	1.733,49
	152804	IFAL – campus São Miguel dos Campos	-	-	-	-	4.572,73	4.572,73
	152805	IFAL – campus Arapiraca	-	-	-	-	5.592,45	5.592,45
	158147	IFAL – Reitoria	-	-	-	-	-	-
	158381	IFAL – campus Maceió	-	-	-	-	1.193,63	1.193,63
2015	152800	IFAL – campus Penedo	-	-	-	-	5.346,37	5.346,37
	152802	IFAL – campus Piranhas	-	-	-	-	10.174,36	10.174,36
	152804	IFAL – campus São Miguel dos Campos	-	-	-	-	7.809,76	7.809,76
	158147	IFAL – Reitoria	-	-	-	-	800,00	800,00
	158380	IFAL – campus Marechal Deodoro	-	-	-	-	3.853,62	3.853,62
	158381	IFAL – campus Maceió	-	-	-	-	18.848,50	18.848,50
	158382	IFAL – campus Satuba	-	-	-	-	16.316,43	16.316,43

Fonte: SIAFI

Quadro 17: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
152800	IFAL – campus Penedo	339030	23	1.150,00
			24	790,38
			25	769,50
			26	2.360,17
			99	34,82
152802	IFAL – campus Piranhas	339039	96	738,00
		339030	24	890,00
			26	224,49
152804	IFAL – campus São Miguel dos Campos	339030	24	447,05
			25	699,58
			26	623,50
			29	416,60
			39	691,00
		339039	16	300,00
			17	780,00
			19	615,00
152805	IFAL – campus Arapiraca	339030	11	799,20
			17	797,00
			19	799,30
			25	799,55
			26	799,70
			30	799,70
			58	798,00
158381	IFAL – campus Maceió	339030	26	800,00
			35	120,00
			42	273,63

O suprimento de fundos no Instituto Federal de Alagoas – IFAL é utilizado somente por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), de forma criteriosa, não sendo permitida a opção de saque.

Observa-se que apesar do crescimento do IFAL, Reitoria e 11 *campi*, a utilização do suprimento de fundos vem sendo reduzida, como observado nos quadros acima. Em 2014 foi concedido o valor de R\$ 95.100,00 (noventa e cinco mil e cem reais) e em 2016 houve a concessão de R\$ 44.100,00 (quarenta e quatro mil e cem reais).

Ressalta-se, ainda, que todos os suprimentos de fundos realizados no exercício de 2016 tiveram suas prestações de contas analisadas pela área de Contabilidade de cada unidade onde houve a concessão, e aprovadas pelo Ordenador de Despesas da respectiva unidade.

4.4. Desempenho operacional (Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho - TCU)

O desempenho operacional do IFAL em 2016 deu-se através do desdobramento das ações estabelecidas no Plano Estratégico em busca das metas. Assim, apresenta-se o quadro com os resultados alcançados pela gestão no exercício de 2016, através dos indicadores de gestão, inclusive os do TCU, conforme acordo 2.267/2005.

Quadro 18: Indicadores Geplanes

	Indicadores	Meta	Resultados
1	Número de pessoas das comunidades e/ou arranjos, setor produtivo e setor público, beneficiadas pelas ações do IFAL (eventos, processos e/ou produtos).	32.000	50.802
2	Nível de satisfação dos beneficiados pelas ações do IFAL.	70%	90,95%
3	Número de convênios firmados com o setor produtivo	32	47
4	Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFAL.	16	4
5	Número de convênios firmados com o setor público	5	5
6	Taxa de crescimento do números de vagas	5%	0,43%
7	Proporção de cursos ofertados na modalidade a distância.	10%	11,5%
8	Taxa de crescimento da captação de recursos próprios.	35%	32%
9	Razão de recursos próprios em relação à matriz CONIF.	15%	13%
10	Proporção de discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão.	10%	8,6%
11	Proporção de projetos de pesquisa que se transformam em projetos de extensão.	5%	6,83
12	Proporção de execução do investimento em capacitação e qualificação	100%	126,40%
13	Proporção de servidores que participaram de cursos de capacitação	53%	25,42%
14	Proporção de servidores que participaram de cursos de qualificação	10%	10,45%
15	Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo.	20	5
16	Número de empresas juniores em funcionamento.	1	1
17	*Relação Candidato por Vaga	>1	6,17
18	*Relação Ingressos por Alunos	15	17,06%
19	*Relação Concluintes por Alunos	60%	7,14%
20	*Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	70%	33,05%
21	*Índice de Retenção do Fluxo Escolar	30%	50,98%

22	*Relação do Aluno por Docente em Tempo Integral	20	21,96
23	*Índice de Titulação do Corpo Docente	2	3,79
24	*Gasto Corrente por Aluno	R\$ 11.500,00	R\$ 12.624,38
25	*Percentual de Gastos com Pessoal	75%	72,93%
26	*Percentual de Gastos com Outros Custeios	20%	17,81%
27	*Percentual de Gastos com Investimento	15%	5,24%

Quadro 19: Indicadores Acórdão TCU nº 2.267/2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
 PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL / DIRETORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL
 PROCURADORIA EDUCACIONAL INSTITUCIONAL

Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005									
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercícios							
		2016	2015	2014*	2013	2012	2011	2010	
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$RCV = \frac{Inscritos}{Vagas\ para\ Ingresso}$	6,17	13,77	5,01	13,78	7,08	8,63	6,52
	Relação Ingressos/Matricula Atendida	$RIM = \frac{Ingressantes}{Matriculas\ Atendidas} \times 100$	17,06%	19,23%	20,38%	36,04	38,57	42,22	48,85
	Relação Concluintes/Aluno	$RCM = \frac{Concluintes}{Matriculas\ Atendidas} \times 100$	7,14%	3,64%	3,31%	8,48	7,24	8,68	10,66
	Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes	$EAC = \frac{Concluintes}{Finalizados} \times 100$	33,05%	43,02%	65,05%	23,54	18,76	20,54	21,82
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$RFE = \frac{Retidos}{Matriculas\ Atendidas} \times 100$	50,98%	49,16%	44,21%	14,47	29,7	16,49	20,67
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$RAD = \frac{Matriculas\ Atendidas}{Docentes}$	21,96	23,93	21,93	14,95	15,99	15,61	17,41
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$GCA = \frac{GastoT}{Matriculas\ Atendidas}$	R\$ 12.624,38	R\$ 12.230,49	R\$ 11.972,61	R\$ 10.829,66	R\$ 4.703,31	---	---
	Percentual de Gastos com Pessoal	$GCP = \frac{GasPes}{TotGas} \times 100$	72,93%	73,94%	68,95%	65,68%	59,05%	---	---
	Percentual de Gastos com Outros Custeios	$GOC = \frac{GasOuC}{TotGas} \times 100$	17,81%	15,78%	17,97%	21,14%	14,85%	---	---
	Percentual de Gastos com Investimentos	$GCI = \frac{GasInv}{TotGas} \times 100$	5,24%	6,92%	9,40%	9,24%	23,01%	---	---
Socioeconômico	Número de Alunos Matr por Renda per Capita Familiar	$MRF = \frac{FaixaSM}{Matriculas\ Atendidas} \times 100$	---	---	---	---	---	---	---
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$TCD = \frac{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}{G + A + E + M + D}$	3,79	3,68	3,58	3,53	3,43	3,31	3,40

Fonte: SISTEC, SIAFI e SIAPE

* Metodologia alterada em função da utilização exclusiva do SISTEC

Análise Crítica Indicadores Acadêmicos

a) **RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA:** Identifica-se um aumento gradativo da concorrência no IFAL, representando um crescimento de 18,93%, o que destaca a importância dos serviços ofertados pela Instituição.

b) **RELAÇÃO INGRESSOS/MATRÍCULAS ATENDIDAS:** É possível observar um decréscimo nesse indicador desde 2014, porém, com uma queda mais relevante de 2015 para 2016, representando 11,7%. Tal comportamento deve-se provavelmente a diversos fatores, tais como: elevada taxa de retenção, existência de campi ainda em processo de implantação sem concluintes, desequilíbrio entre ano letivo e ano civil em alguns dos campi, decorrente das greves no período.

c) **RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNO:** Os resultados obtidos nos anos de 2014 e 2015 foram bastante similares, apresentando uma diferença de apenas 9,97% de aumento. Contudo, se comparado 2016 em relação a 2014, identifica-se um crescimento da relação de concluintes por matrícula atendida de 103%. Em virtude do processo de expansão do IFAL no Estado, ainda há campi que ainda não apresentam concluintes, pois as primeiras turmas somente iniciaram suas atividades em 2014 e 2015 e somente devem apresentar concluintes nos anos de 2017 e 2018. Podemos citar ainda o desequilíbrio entre ano letivo e ano civil em alguns dos campi, decorrente das greves no período 2014-2015-2016, o que prolongou a permanência dos alunos além do prazo definido para extração dos dados do SISTEC, não impactando no índice de conclusão.

d) **ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA:** É possível observar uma redução importante no que se refere a eficiência acadêmica de concluintes nos últimos anos, considerando o intervalo citado de 2014 a 2016. Em termos percentuais, a queda representa 48,59%. Tal comportamento decorreu provavelmente pelo fato de que alguns dos novos campi começarão a formar as primeiras turmas apenas nos anos de 2017 e 2018. Além disso, o decréscimo do índice pode ser resultado também, como já apresentado em itens anteriores, do desequilíbrio entre ano letivo e ano civil em alguns dos campi, decorrente das greves no período 2014-2015-2016, o que prolongou a permanência dos alunos além do prazo definido para extração dos dados do SISTEC, não impactando no índice de eficiência acadêmica.

e) **ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR:** A taxa de retenção do fluxo escolar (RFE) mostra-se relativamente próxima em relação a 2015, aumentando apenas 3,72%. Entretanto, esta taxa vem crescendo em relação ao 2014, sendo um aumento mais significativo de 2014 para 2016, indicando 15,34%. Apesar deste índice ser prejudicado pelo fato da maioria dos campi da Instituição não terem terminado o ano letivo de 2016, quando da apuração do resultado, pode ser observado um índice preocupante de retenção, o que tem demandado diversos esforços da Instituição, com a adoção de estratégias que visam à melhoria deste indicador, as quais compõem o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFAL, tais como: acompanhamento sistematizado de estudantes e professores, atendimento pedagógico individual e multidisciplinar ao aluno, ações de assistência estudantil, programas de monitoria para reforço e nivelamento dos estudantes, Programas de Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Programa Institucional de Suporte de Aprendizagem.

f) **RELAÇÃO DE ALUNOS/DOCENTE TEMPO INTEGRAL:** Resultado similar ao obtido no ano de 2014, porém, apresentando um decréscimo de 8,32% em relação a 2015.

Análise Crítica Indicadores Administrativos

GASTOS CORRENTES POR ALUNO

O crescimento, a partir de 2013, ocorreu devida expansão. Com este processo, houve a necessidade de contratações, aumentando a despesa com pessoal, e, aumentando também as despesas com funcionamento e manutenção com novos *campi*, além do dos reajustes das tarifas públicas e dos contratos dos *campi* já existentes.

O aumento do número de matrículas, mesmo que proporcionalmente menor que o aumento dos gastos totais, demandou maior volume de aquisições, o que também elevou os gastos totais.

PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

Ocorreu uma pequena diminuição com este tipo de despesa fruto da diminuição de contratações de servidores, representando uma redução dos gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.

PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS

O aumento do percentual de gastos com outros custeios em relação ao ano de 2015 ocorreu devido a uma queda na proporção de gastos com pessoal e de investimentos. Não ocorreu alteração significativa em si dos gastos com outros custeios.

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS

A diminuição do percentual de gastos com investimentos em relação ao ano de 2015 se deu fortemente pelo contingenciamento de limites orçamentários.

5. GOVERNANÇA

5.1. Descrição das Estruturas de governança

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS – IFAL, instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam em estrutura multicampi, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada Campus é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes, o IFAL possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, todos eles presididos pelo Reitor.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão com funções deliberativas sobre matéria acadêmica e didático-pedagógica.

Conselho Superior

Competências:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à Comunidade Escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas e dos Diretores - Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas;
- IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas;
- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XI. deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- III. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- IV. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnicos administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- V. 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;
- VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
- VII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de Campi, sendo no mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

É importante complementar que:

- * Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII serão designados por ato do Reitor.
- * Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.
- * Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus que compõe o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria.
- * Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, sem direito a voto.
- * Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes.
- * O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Colégio de Dirigentes

Competências:

- I. aprovar a distribuição interna de recursos;
- II. aprovar normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. apresentar ao Conselho Superior proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
- IV. aprovar o calendário de referência anual;
- V. aprovar normas de aperfeiçoamento da gestão e;

VI. apreciar outros assuntos de interesse da administração do Instituto Federal, desde que não estejam incluídos na competência do Conselho Superior.

Composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. os Pró-Reitores; e
- III. os Diretores Gerais dos Campi.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Competências:

- I. propor ao Conselho Superior diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão do Instituto Federal;
- II. propor ao Conselho Superior alterações na organização didática;
- III. apreciar propostas de criação, adequação e extinção de cursos, bem como de suspensão de oferta de vagas;
- IV. propor formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- V. exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- VI. criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- VII. apreciar e deliberar matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão de interesse da administração do Instituto Federal, desde que não estejam incluídas na competência do Conselho Superior;
- VIII. elaborar seu Regimento Interno e quando necessário, promover sua alteração desde que apreciado pelo Conselho Superior;
- IX. indicar personalidades para a outorga do título de Doutor Honoris Causa e encaminhar para apreciação do Conselho Superior;
- X. exercer outras atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- XI. elaborar e alterar, quando necessário, seu estatuto e encaminhar para aprovação do Conselho Superior.

Composição:

- Reitor, como Presidente;
- Pró-reitor de Ensino;
- Pró-reitor de Pesquisa e Inovação;
- Pró-reitor de Extensão;
- Um representante dos(as) pedagogos(as), eleito por seus pares;
- Dois representantes dos docentes do IFAL, eleitos por seus pares;
- Um representante dos técnico-administrativos do IFAL, eleitos por seus pares;
- Um representante do corpo de pesquisadores, com grupo de pesquisa certificado pela PRPI, eleito por seus pares;
- Um representante do corpo de coordenadores dos projetos de extensão da PROEX, eleito por seus pares;
- Um membro da representação estudantil de cada nível de ensino(médio, graduação e pós-graduação, quando houver tal oferta), eleito entre seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados.

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFAL e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente

5.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Setor de Auditoria Interna do Instituto Federal de Alagoas inserido em seu Estatuto, publicado no D.O.U. de 26/10/2009 e aprovado pela Resolução Nº 11 de 22/09/2009 pelo Conselho Superior do IFAL, é a unidade responsável pelo acompanhamento das ações de controle de gestão administrativa e assessoramento ao Gestor. Sua atuação, conforme legislação pertinente, ocorre através das ações descritas no Plano Anual de Auditoria Interna.

Para a realização dos trabalhos, o setor de Auditoria Interna do Instituto Federal de Alagoas apresenta a seguinte composição de seu quadro de servidores:

Quadro 20: Integrantes da Auditoria

NOME DO SERVIDOR	CARGO / FUNÇÃO / LOTAÇÃO
Adriana Lins de Gusmão Vila Nova	Auditora (Reitoria)
Jonilson Simões de Oliveira	Contador/Chefe da Auditoria Interna(Reitoria)
José Emiliano dos Santos	Auditor (Reitoria)
Marilia Cristyne S. G. B. Matsumoto	Auditora (Reitoria)
Silvana Kelly Coimbra Peixoto	Tec. em Assuntos Educacionais (Reitoria)
Sócrates Mesquita Bomfim	Auditor (Reitoria)

Em dezembro de 2014 foi publicada a Resolução de 46/CS, 22 de dezembro de 2014, aprovando o Regimento da Auditoria Interna que define toda a Estrutura Organizacional do setor.

Cumpre-nos esclarecer que a estrutura citada, consta no Regimento Interno da Auditoria de acordo com o art. 9º, aprovado conforme Resolução Nº 46/CS, de 22 de dezembro de 2014, estando pendente a sua inserção no organograma da instituição desde a sua aprovação.

Sobre as ações desenvolvidas em 2016, temos que:

Ação 04/2016 do PAINT: Gestão Administrativa Acompanhamento/Assessoramento aos Órgãos de Controle

Objetivo: Cumprir a Ação Global nº 04/2016 do PAINT/2016 – **Gestão Administrativa Acompanhamento/Assessoramento aos Órgãos de Controle**, para acompanhar e intermediar as manifestações do IFAL quanto às demandas proferidas pela CGU/TCU.

Escopo: inserir no Sistema Monitor todas as manifestações do IFAL quanto às demandas da CGU e informar à Gestão as demandas pendentes de manifestação.

Ordem de Serviço: 010/2016

Resumo dos Resultados: Esta Audint vem fazendo um trabalho de Monitoramento de todas as demandas dos Órgãos de Controle para o IFAL. Foi elaborada uma planilha que contém as

seguintes informações: nº da recomendação/GGU, qual a recomendação, situação da recomendação e prazo para atendimento. Segue modelo da Tabela:

Quadro 21: Tabela modelo TCU

UG 158147		INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS		
Nº	Recomendação	Recomendação	Situação	Data Limite para Atendimento
UG 151617		REITORIA		
Nº	Recomendação	Recomendação	Situação	Data Limite para Atendimento
UG 153004		CEFET/AL		
Nº	Recomendação	Recomendação	Situação	Data Limite para Atendimento

Informações Adicionais

UG 158147 – IFAL

XX – Total de Recomendações

XX – Encaminhadas

XX – Pendentes S/Andamento 2016

XX – Pendentes C/Andamento 2016

XX – Pendentes 2017

UG 151617 – Reitoria

XX – Total de Recomendações

XX – Encaminhadas

UG 153004 - CEFET/AL

XX – Total de Recomendações

XX – Encaminhadas

XX – Pendente C/Andamento

Obs: XX – quantidade das recomendações

AÇÃO GLOBAL nº 06/2016 – Gestão Administrativa – Contratos

Objetivo: Verificar a formalização e execução dos contratos observando a conformidade legal de seus termos e cláusulas.

Escopo: Os trabalhos foram realizados por amostragem de 35% do total, analisando a ausência de cláusulas essenciais, termos aditivos sem justificativa plausível, cláusulas em desacordo com as normas vigentes e demais formalidades legais.

Ordem de Serviço: 06/2016

Resumo do Resultado:

Em relação a **Auditoria de Contratos**, na qual acompanhamos a gestão administrativa referente aos contratos celebrados pelo IFAL, verificamos, nos aspectos formais e legais, a elaboração destes, a partir das técnicas e procedimentos de Auditoria.

Fundamentado nas análises realizadas destacamos que as recomendações apresentadas no presente relatório têm por objetivo fornecer subsídios na tomada de decisões; contribuindo, desta forma, para que os gestores desempenhem suas funções de uma forma mais eficiente – favorecendo a racionalização dos recursos públicos e observando a legislação vigente.

ACÇÃO GLOBAL nº 14/2016 – Gestão das Atividades Finalísticas do IFAL

Objetivo: Verificar a eficácia e eficiência do efetivo cumprimento das atividades finalísticas do IFAL, principalmente no que se refere aos indicadores acadêmicos e desenvolvimento das práticas docentes.

Escopo: Analisar 15% do universo amostral em observância à estrutura de recursos humanos e materiais na área acadêmica dos campi, bem como a eficiência e eficácia dos controles de dados envolvidos com as atividades finalísticas.

Ordem de Serviço: 01/2016

Resumo do Resultado: foi analisado o acompanhamento do efetivo cumprimento das atividades finalísticas do IFAL levando em consideração os recursos humanos e materiais disponíveis e a adequação dos procedimentos aos acórdãos do TCU, regulamentos e demais legislações relacionadas ao tema, além do comparativo entre os resultados alcançados pelo IFAL e os indicadores do INEP. Foram encontradas inadequações na estrutura física dos espaços utilizados por servidores e pelo público usuário, principalmente nos Campi temporários onde as situações de improviso são mais frequentes. Quanto aos dados/informações sobre os alunos, estes ainda não estão totalmente sistematizados, e, apesar de haver controle dos mesmos localmente, estes são feitos a nível individual, não estando institucionalizados, o que pode vir a comprometer futuros planejamentos da instituição. Dessa forma, recomendamos que o IFAL estabeleça um padrão institucionalizado de registro e controle dos dados acadêmicos que possibilite a segurança, fidedignidade, tempestividade e integração entre os mesmos, em busca de uma eficiência maior, inclusive, quando a necessidade de consolidação de informações de todos os campi para fins gerenciais ou atendimento de demandas do MEC, bem como de órgãos de controle interno e externo. Quanto aos indicadores acadêmicos, os dados demonstram um alto índice de evasão/retenção e, conseqüentemente, um índice baixo de conclusão dos cursos. Já foi

apresentado, pela área pedagógica dos campi e pela Pró-Reitoria de Ensino, um trabalho de coleta de informações com a intenção de mapear as causas desses índices e buscar instrumentos que sirvam de subsídios para que os servidores envolvidos com todo o processo de ensino-aprendizagem possam alcançar a missão do IFAL.

AÇÃO GLOBAL nº 18/2016 – Avaliação sobre a Gestão de Tecnologia da Informação

Objetivo: Analisar os processos de contratações de TI, acompanhar e verificar as implementações dos controles através de verificação *in loco* e Guia de Boas Práticas do TCU.

Escopo: Os trabalhos foram realizados por amostragem de 10% do total, avaliando os processos de contratações de TI e analisando os riscos e controles.

Ordem de Serviço: 02/2016

Resumo do Resultado:

Na Auditoria de **Tecnologia da Informação** focamos na análise das determinações normativas nos processos de contratações de TI e na verificação *in loco* averiguando estrutura dos ambientes organizacionais e os controles internos adotados pela área de Tecnologia da Informação.

Após a finalização da análise dos processos e verificação *in loco*, encaminhamos o Relatório Parcial a PRPI e a Diretoria de Tecnologia da Informação, esta Diretoria nos enviou a manifestação da Gestão quanto às constatações/recomendações apresentadas pela Audint.

No tocante a resposta que abrange os processos de contratações de TI, verificamos a necessidade de melhor observância a IN nº 4 de 11 de setembro de 2014 para um eficiente planejamento e execução contratual. No que se refere à Análise da Auditoria Interna quanto a Manifestação da Gestão, não acatamos algumas respostas, em virtude da Gestão não apresentar informações satisfatórias ao atendimento a inconsistência analisada, outras acatadas parcialmente em razão da resposta apresentar indicação de sanar as inconsistências.

Com relação ao que foi verificado *in loco* constatamos que os ambientes da área de TI nos campi apresentam necessidade de ampliação do quadro de pessoal, embora haja a expectativa de novas contratações com o concurso a realizar-se ainda neste ano. Percebemos também que alguns procedimentos não são padronizados, o que levam a lacunas nos mecanismos de controles internos, inclusive com relação a levantamento e acompanhamento de riscos. Constatamos ainda, que alguns servidores de TI, destacaram a inexistência de um plano de capacitação institucionalizado e a

necessidade de maior integração dos ambientes organizacionais de TI do Instituto, uma vez que, não existem regularmente encontros destes profissionais para debater questões pertinentes ao tema.

Ação 12/2016 do PAINTE: Gestão Administrativa -- Transportes

Objetivo: Cumprir a **Ação Global nº 12/2016 do PAINTE/2016 – Gestão Administrativa – Transportes** para elaborar relatórios visando possibilitar o melhor assessoramento à Gestão quanto à tomada de decisões.

Escopo: Analisar 50% da frota existente, observando os controles quanto ao uso da mesma, o consumo de combustível por quilometragem, regularização perante o Detran, mau uso, dentre outros fatores.

Ordem de Serviço: 04/2016

Resumo do Resultado

Nas ações de Transportes nos campi: Arapiraca, Batalha, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira, Piranhas e Santana – concluiu-se que a área de transportes do campus apresenta-se com insuficiência em seu quadro de pessoal – para uma eficiente administração da frota. Divergências entre os Relatórios de Viagens, Mapas de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo e os dados da análise de consumo (analítico) – da empresa Ticket Car; e, ainda, desconformidades em relação à Portaria nº 1871/GR, de 12 de agosto de 2013 – ensejam fragilidades no controle efetuado – o que pode comprometer a transparência e o desempenho do setor.

Alertamos aos Gestores do campus para a segregação de funções no desempenho das atividades – conforme preconiza o Sistema de Controle Interno – em observância à Portaria nº 63/96 do TCU:

Segregação de funções - princípio básico do sistema de controle interno que consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações. (TCU, Portaria n.º 63/96, Glossário).

E sobre o Acórdão nº 6677/2009 - TCU - 2ª Câmara:

(...)

1.5.1. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL (ex-CEFET/AL), a adoção das seguintes medidas:

(...)

1.5.1.5. implemente rigoroso controle em relação aos deslocamentos dos veículos da entidade, efetuando os devidos registros de autorização, uso, natureza da saída, quilometragem e hora da saída e da chegada, de forma a possibilitar a conciliação da quilometragem rodada por veículo e o consumo de combustível do mês, nos termos da legislação vigente, promovendo sindicância toda vez que constatar o uso irregular de seus veículos, e instaurando o competente procedimento administrativo disciplinar sempre que comprovadas irregularidades;

1.5.1.6. adote sistema de manutenção preventiva em seus veículos e, no caso de realização de serviços eventuais com terceiros, efetue e verifique a pertinência de orçamentos prévios, objetivando contratação mais econômica;

1.5.1.7. verifique a viabilidade e a conveniência de alocar em seu Setor de Transporte servidores devidamente capacitados para o controle de veículos e de manutenção, acima referenciados;

1.5.1.8. realize controle segregado das seguintes despesas: combustível de veículos oficiais; de lubrificante para as diversas finalidades verificadas na Instituição; e de combustível utilizado em seus laboratórios;

(...)

1.5.1.18. cumpra as orientações e determinações emanadas da Auditoria Interna do IFAL e dos demais órgãos de controle, como Controladoria-Geral da União (CGU) e TCU, promovendo ações junto às Coordenadorias da Entidade, a fim de aumentar a celeridade e a eficácia das providências corretivas adotadas;

(...)

1. 5.2. determinar à Auditoria Interna do IFAL que:

1.5.2.1. alerte e responsabilize, em seus trabalhos de auditoria, inclusive no parecer sobre as contas anuais do

IFAL, gestores e servidores que não observarem as decisões deste Tribunal, relacionadas a essa Instituição, ou mesmo as recomendações/determinações da CGU e da Auditoria Interna;

2. acompanhe, em suas ações de controle, o cumprimento das determinações expedidas pelo TCU;

Destacou-se, ainda, que conforme o Acórdão nº 1.556/06: “A mera produção de argumentação desacompanhada de documentação comprobatória, não é suficiente para elidir as irregularidades e ensejar a reforma da deliberação recorrida”. (TCU. Acórdão nº 1.556/06 – Plenário – rel. Min. Guilherme Palmeira. DOU, 1º.09.2006).

AÇÃO GLOBAL nº 15/2016 – Gestão Financeira – Suprimentos de Fundos

Objetivo: Segundo previsto, a **Ação Global nº 15/2016 do PAIN/2016 – Gestão Administrativa – Suprimento de Fundos (CPGF)** designou-se a averiguar a regularidade do controle de uso do cartão corporativo, considerando os dados do Portal Observatório da Despesa Pública – em que foram observados uso inadequado do cartão, despesas acima dos valores determinados em lei, controles inadequados, descumprimento e/ou inobservância da legislação no período de dezembro/2011 até novembro/2016.

Escopo: Os trabalhos serão realizados em 50% do universo amostral.

Ordem de Serviço: 03/2016

Resumo do Resultado:

Na ação de Suprimento de Fundos observou-se, pelos dados constantes no Portal Observatório da Despesa Pública, – **falhas que caracterizam desvirtuamento no uso de suprimentos de fundos:** aluguel de veículos no mesmo município da UG (descontinuada em 10/2014), gastos elevados com combustível, gastos elevados do servidor de férias, gastos em empresas baixadas ou suspensas, gastos em estabelecimentos atípicos, servidores que utilizam frequentemente o CPGF em fim de semana ou feriado, transações em restaurantes e estabelecimentos similares, transações no mesmo estabelecimento que extrapolam o limite legal e valores de transações acima do limite legal. Tais impropriedades demonstram fragilidades nas rotinas internas da Instituição

Assim sendo, solicitou-se à gestão providências e/ou melhoria dos mecanismos de Controles Internos para garantir a eficiência das operações e/ou evitar danos ao Erário.

AÇÃO GLOBAL nº 16/2016 – Gestão de Controle – PAD e Sindicâncias

Objetivo: Acompanhar e verificar se estão sendo abertos os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias de acordo com a legislação pertinente e o andamento de cada um.

Escopo: Os trabalhos serão realizados em 50% do universo amostral.

Ordem de Serviço: 11/2016

Resumo do Resultado:

SINDICÂNCIAS:

Quadro 22: Sindicâncias

PROCESSO	MOTIVO	INSTAURAÇÃO	ESTADO
Proc.23041.009832/2016-86	Furto	13/05/2016	Em andamento
Proc.23041.003729/2016-22	Furto de aves, codornas e ovos	13/05/2016	Em andamento
Proc.23041.003263/2016-65	Comunica impossibilidade de compromisso	01/04/2016	Em andamento
Proc.23041.017019/2013-37	Desaparecimento de câmera filmadora digital SAMSUNG - Patrimônio 72945, e de câmera filmadora digital SONY DCR, patrimônio 80016	06/10/2015	Em andamento

PADS:

Quadro 23: Processos Administrativos Disciplinares

PROCESSO		INSTAURAÇÃO	ESTADO
----------	--	-------------	--------

Proc.23041.001889/2010-41	Contas referente a suprimento de fundos liberado em favor do servidor B. C. de Oliveira	11/10/2016	Em andamento
Proc. 23041.103713/2012-95	Mem. 185/2012 – Comunica acumulação ilícita de cargos e encaminha carta oficial – Campus Satuba	11/04/2014	Em andamento
Proc. 23041.012407/2013-21	Solicita auditoria numero 201001156/003	04/12/2014	Fase final de relatório conclusivo
Proc. 23041.009178/2014-49	Supostas irregularidades contra gestores do Campus Piranhas	16/07/2015	Arquivado
Proc. 23041.007917/2015-49	Denúncia enviada pelo Sistema de Informação ao cidadão	09/10/2015	Fase final de relatório conclusivo
Proc. 23041.011499/2015-94	Solicita informações sobre possível uso indevido de transporte público	10/09/2015	Fase final de relatório conclusivo
Proc. 23041.013832/2015-08	Mem. Eletrônico nº 327/2015 – encaminha doc. para análise	23/09/2015	Fase final de relatório conclusivo
Proc. 23041.030663/2016-43	Suposta fraude na assinatura	10/10/2016	Em andamento

53. Sobreposição de carga horária - PRONATEC

Visando o cumprimento do Acórdão 1006/2016 – TCU Plenário subitem 9.3 foi inserido na ação do PAINT/2017.

5.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Os processos instaurados na Instituição, nas modalidades de sindicância e processos disciplinares, são acompanhados pelas comissões designadas para cada caso.

O IFAL está cumprindo o determinado pelos Artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007. Após o término dos trabalhos pelas comissões instauradas, os processos de correição são lançados no sistema CGU/PAD, onde o acompanhamento e verificação são realizados pela Auditoria Interna.

5.5. Gestão de riscos e controles internos

Os Procedimentos de controles utilizados na Instituição pelas áreas estratégicas, táticas e operacionais são efetuados através de um sistema interno informatizado: SIG – ERP composto dos módulos SIPAC, SGRG, SGPP e SIGAdmin, que foi adquirido junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O sistema está dividido por módulos e vem sendo implantado gradualmente, não funcionando em sua plenitude nas áreas contempladas.

A Auditoria realizou diversos trabalhos com recomendações de melhoria em algumas áreas como exemplo podemos destacar: na área de transportes, gestão de tecnologia da informação e finalística.

Quanto a gestão de riscos os trabalhos foram voltados para assegurar a conformidade dos atos de gestão e contribuir para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados.

Em 2016, realizamos a primeira ação de auditoria sobre a **avaliação de controles internos** tendo como finalidade avaliar a estrutura de controles internos em nível de entidade utilizando a metodologia COSO (Ambiente de controle; Avaliação de risco; Atividades de controle; Informação e comunicação e o Monitoramento) e atender a recomendação proferida pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Para isso, foi realizado um estudo para aprimorar a abordagem e a forma de execução, para tratar o assunto com maior ênfase e adotá-lo na fase de pré planejamento de auditoria (auditoria baseada em riscos).

O objetivo da ação nas Diretorias Gerais dos Campi foi de constatar se nos procedimentos de controles internos administrativos no processo gerencial da unidade estão inseridos os componentes do COSO para uma avaliação dos resultados. Verificamos se existe organograma com definição de funções e descrição das competências da cada serviço; se existe plano/planejamento de capacitação

adequado às necessidades dos ambientes organizacionais; se há mecanismos para identificar e para reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos, se regras internas necessárias ao funcionamento do setor estão formalizadas, se Diretorias conseguem as informações de que necessitam, no âmbito do IFAL, de maneira prática e tempestiva e outros pontos.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso ao Cidadão

Os cidadão pode acessar informações por meio do sítio do IFAL, <http://www2.ifal.edu.br/>, onde constam todas as informações de interesse social da instituição, bem como pode acessar o link da transparência do IFAL, <http://www2.ifal.edu.br/transparencia>, o qual oferece outros detalhamentos sobre os serviços e sobre as informações da instituição, podendo ainda acesso diretamente ao SIC para requerer informações.

6.2. Carta de serviço ao cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão está disponível no link do IFAL: <http://www2.ifal.edu.br/transparencia>, onde constam todos os serviços oferecidos pela instituição.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A percepção do grau de satisfação é aferida institucionalmente por meio das atividades da Comissão Própria de Avaliação, que emite relatório a cada dois anos, publicado no sítio do IFAL: <http://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/comissao-propria-de-avaliacao-cpa>, bem como, é feito anualmente por meio da Pró-Reitoria de Extensão.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações relevantes sobre a unidade constam no seu sítio oficial: <http://www2.ifal.edu.br/>, bem como as demais decisões colegiadas, além disso, as portarias e demais decisões relevantes são publicadas no Boletim de Serviços do IFAL, conforme link a seguir: <http://www2.ifal.edu.br/servidor/boletim-de-servico/regulares>.

6.5. Formas de participação cidadã nos processos decisórios

A participação cidadã nos processos decisórios ocorre por meio da representação da sociedade nos órgãos colegiados, e através audiências públicas, em momentos de decisão quanto à oferta de cursos, modalidades de ofertas e deliberações no tocante a algumas normas internas.

6.6. Avaliação dos Produtos e Serviços Pelos Cidadãos Usuários

Avaliação dos produtos e serviços atualmente é realizada de modo institucional por meio das atividades da Comissão Própria de Avaliação, que emite relatório a cada dois anos, publicado no sítio do IFAL: <http://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/comissao-propria-de-avaliacao-cpa> e pela Pró-Reitoria de Extensão em relação aos projetos, programas e cursos executados.

6.7. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Nossas instalações contemplam mecanismos de acessibilidade, bem como o sítio oficial já está dentro dos padrões exigidos pela legislação.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro do exercício

O Instituto Federal de Alagoas – IFAL, no exercício de 2016, obteve uma receita de R\$ 4.318.387,11 (quatro milhões trezentos e dezoito mil trezentos e oitenta e sete reais e onze centavos), onde o valor de R\$ 3.603.023,10 (três milhões seiscentos e três mil e vinte e três reais e dez centavos), corresponde a taxa de inscrição para os concursos públicos para técnicos administrativos de nível médio e superior e para professores.

Emitiu o montante de R\$ 356.519.472,46 (trezentos e cinquenta e seis milhões e quinhentos e dezenove mil e quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos) em empenhos, sendo aproximadamente 90,9% (noventa vírgula nove por cento) dos empenhos liquidados, o que representa o valor total de R\$ 324.080.723,55 (trezentos e vinte e quatro milhões e oitenta mil e setecentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos) e 99,38% (noventa e nove vírgula trinta e oito por cento) dos empenhos liquidados foram pagos no exercício de 2016, representando o valor total de R\$ 322.069.050,99 (trezentos e vinte e dois milhões e sessenta e nove mil e cinquenta reais e noventa e nove centavos).

O volume total de pagamentos realizados no exercício de 2016 corresponde ao valor de R\$ 353.975.528,98 (trezentos e cinquenta e três milhões e novecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), considerando restos a pagar processados, restos a pagar não processados e empenhos do exercício.

Do valor total pago no exercício, R\$ 252.990.371,49 (duzentos e cinquenta e dois milhões novecentos e noventa mil trezentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos) pertence à folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista; R\$ 13.807.580,07 (treze milhões oitocentos e sete mil e quinhentos e oitenta reais e sete centavos) foram despesas com bolsas de estudos e auxílios a estudantes no país; R\$ 48.305,20 (quarenta e oito mil trezentos e cinco mil e vinte centavos) com bolsas de estudos e auxílios a estudantes fora do país; R\$ 843.161,41 (oitocentos e quarenta e três mil cento e sessenta e um reais e quarenta e um centavos) com despesas de diárias; e R\$ 86.286.110,81 (oitenta e seis milhões duzentos e oitenta e seis mil centos e dez reais e oitenta e um centavos).

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do Patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Reitoria e os campi do IFAL ainda não realizam o cálculo de depreciação e amortização de seus bens. No entanto, vale explicar que em 2016 o IFAL conseguiu finalizar toda a implantação do sistema patrimonial em todas as unidades e com base nos bens registrados no sistema foi possível a realização do inventário anual com relatórios extraídos do SIPAC. Porém, não foi possível efetuar a depreciação e amortização devido a inconsistências apresentadas, e que deverão ser analisadas e sanadas no exercício de 2017, como também foi verificada que o SIPAC não realiza a depreciação e amortização de bens parciais só é possível realizar tais cálculos com todo o grupo de materiais e como precisamos ainda trabalhar as inconsistências e a reavaliação de alguns bens, não foi possível calcularmos a depreciação e amortização.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da Unidade

Atualmente, a sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas é realizada utilizando Unidades Gestoras Responsáveis – UGR e o Plano Interno – PI, no SIAFI. A definição da distribuição dos recursos constantes da LOA entre as unidades considera o número de alunos e o custo de cada curso ofertado pela Instituição. E, alicerçado no PDI e com a participação de todos os gestores e executores foram definidos valores para atender as demandas das políticas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, capacitação e qualificação dos servidores, assistência estudantil, fomento a educação à distância, expansão.

Em 2016, esse processo ainda foi gerenciado por meio de planilhas eletrônicas, que disponibilizam relatórios sobre a execução orçamentária das unidades, com dados extraídos diretamente do SIAFI e do Tesouro Gerencial.

Em 2017, o IFAL implantará o módulo Orçamento do SIPAC, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos. Este sistema permitirá melhorar ainda mais os processos de planejamento e execução, com a possibilidade de distribuição orçamentária e apuração dos custos de todas as unidades administrativas da Instituição.

As informações geradas pelos relatórios são importantes na tomada de decisão dos gestores, tendo influência direta na definição das metas físicas e nas políticas institucionais, proporcionando maior eficiência e efetividade das ações desenvolvidas pelo Instituto Federal de Alagoas.

Ainda visando aprimorar a sistemática de apuração de custos, o IFAL participou do Congresso de Informações de Custo e Qualidade no Setor Público, em Brasília, promovido pelo Tesouro

Nacional, com o objetivo de iniciar a implantação de sistemáticas de informações de custos no âmbito do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC. As áreas de Contabilidade da Instituição estão realizando estudos para definição de um plano de ação visando iniciar a utilização do SIC, com o objetivo de subsidiar as decisões que levem ao aprimoramento da mensuração de custos e conduzam à alocação ainda mais eficiente do gasto.

7.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão dispostas em APÊNDICES E ANEXOS. Quanto as notas explicativas não há obrigatoriedade de fazê-las, conforme Comunica SIAFI 2086569, de 30 de dezembro de 2015.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1. Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 24: Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1515	34	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1515	34	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1510	34	35
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	81	44	32
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	1596	78	67

Fonte: Data-warehouse/siape

Quadro 25: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	654	861
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	654	861
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	649	861
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	81
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	654	942

Quadro 26: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	93	14	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	89	14	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	4	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	284	29	60
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	284	29	60
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	377	43	70

Fonte: Data-warehouse/siape

8.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 27: Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	81.451.512,03	61.744.679,31	14.022.951,26	28.585.858,53	7.827.279,05	4.086.339,54	9.336.434,367	464.030,67	2.450.565,58	183.695.668,46
	2015	76.114.160,55	35.217.325,52	12.193.871,50	28.582.428,53	7.115.709,01	3.553.338,94	8.118.638,58	460.030,67	1.960.210,83	173.315.714,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	478741,406	0	56645,12	116717,475	24758,35	14816,857	42263,9375	1404,104	17905,5072	753252,75
	2015	435.219,46	0,00	50.576,00	102.383,75	21.529,00	13469,87	36.751,25	1.220,96	15.987,06	677.137,35
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	2199269,78	0	210315,49	44131,71	378258,59	0	598,89	4529,3785	0	2837103,85
	2015	1.912.408,51	0,00	182.883,04	38375,40	337.730,89	0,00	520,78	3.938,59	0,00	2.475.857,21

Fonte: Data-warehouse/siape

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No momento os riscos identificados estão relacionados à perda de servidores por conta da procura constante desses servidores em carreiras mais vantajosas, evasão essa que entendemos que pode comprometer a missão institucional, visto que leva-se tempo e recursos para qualificar e dar experiência a novos servidores nos moldes daqueles que saem da instituição. Outro fator de risco à gestão está ligado ao afastamento de servidores por conta de motivos de saúde, o que traz constantes implicações no que diz respeito a melhor distribuição das lotações nos diversos setores do órgão.

8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Os contratos de pessoal de apoio são os seguintes:

Quadro 28: Contratos de pessoal de apoio

Unidade contratante						
Nome: Instituto Federal de Alagoas – IFAL – 158147						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
24/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para a Reitoria, UAB e os Campi Batalha, Coruripe, Rio Largo, Viçosa e Benedito Bentes.	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	26/09/2012	26/09/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista,</u>	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista,	Ativo Prorrogado (P)

	<u>office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado) para o Campus Arapiraca.</u>				office boy/girl: ensino médio completo.	
06/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>recepcionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado) para o Campus Maceió.</u>	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	27/09/2012	27/09/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Recepcionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>recepcionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado) para o Campus Maragogi.</u>	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Recepcionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
03/2012	Contratação de Serviço de apoio	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-	27/09/2012	27/09/2017	Copeiragem, auxiliar de	Ativo Prorrogado (P)

	técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para o Campus Marechal Deodoro.	14)			almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para o Campus Murici.	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
02/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	27/09/2012	27/09/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)

	o Campus Palmeira dos Índios.					
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para o Campus Penedo.	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para o Campus Piranhas.	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)

	<u>(receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado)</u> para o Campus Santana do Ipanema.				Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	
01/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para o Campus São Miguel dos Campos.	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	17/10/2012	17/10/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)
04/2012	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>receptionista, office boy/girl, copeiragem e auxiliar de almoxarifado</u>) para o Campus Satuba.	Eficaz LTDA. (02.166.196/0001-14)	27/09/2012	27/09/2017	Copeiragem, auxiliar de almoxarifado: ensino fundamental completo. Receptionista, office boy/girl: ensino médio completo.	Ativo Prorrogado (P)

15/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>motorista categoria "D"</u>) para a Reitoria, e os Campi Batalha, Coruripe, Rio Largo, Viçosa e Benedito Bentes.	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	08/05/2013	08/05/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
01/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>motorista categoria "D"</u>) para o Campus Arapiraca.	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	16/04/2013	16/04/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
02/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>motorista categoria "D"</u>) para o Campus Maceió.	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	13/05/2013	13/05/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
01/2013	Contratação de Serviço de apoio	Ativa Serviços Gerais EIRELI	24/04/2013	24/04/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)

	técnico, administrativo e operacional (motorista categoria "D") para o Campus Maragogi.	(49.911.117/0001-41)				
02/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (motorista categoria "D") para o Campus Marechal Deodoro.	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	22/04/2013	22/04/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
03/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (motorista categoria "D") para o Campus Palmeira dos Índios.	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	09/05/2013	09/05/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
01/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (motorista categoria	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	22/04/2013	22/04/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)

	“D”) para o Campus Penedo.					
02/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>motorista categoria “D”) para o Campus Santana do Ipanema.</u>	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	18/04/2013	18/04/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
01/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>motorista categoria “D”) para o Campus São Miguel dos Campos.</u>	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	30/04/2013	30/04/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
03/2013	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (<u>motorista categoria “D”) para o Campus Satuba.</u>	Ativa Serviços Gerais EIRELI (49.911.117/0001-41)	13/05/2013	13/05/2017	Nível médio completo	Ativo Prorrogado (P)
19/2015	Contratação de Serviço de apoio	Elimar Prestadora de Serviços em	03/06/2015	03/06/2017	Ensino fundamental, médio	Ativo Prorrogado (P)

	técnico, administrativo e operacional (serviços de alvenaria, de auxiliares de alvenaria, de manutenção em rede elétrica, de auxiliares de manutenção em rede elétrica, de manutenção hidráulica, de carpintaria, de auxiliares de carpintaria) para os Campi Satuba, Maceió, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios.	Geral EIRELI (01.182.827/0001-26)			ou técnico a depender do cargo.	
20/2015	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (serviços processamento de alimentos, de limpeza em veículos, máquinas	Portocalle Serviços Gerais LTDA. – ME (10.878.081/0001-80)	03/06/2015	03/06/2017	Ensino fundamental, médio ou técnico a depender do cargo.	Ativo Prorrogado (P)

	<u>e implementos, de operação de fábrica de ração) para os Campi Satuba e Marechal Deodoro.</u>					
21/2015	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (serviços <u>agropecuários em geral, de manejo em animais de grande porte, de manejo em animais de médio e pequeno porte, de manejo em área de produção agrícola, de jardinagem</u>) para os Campi Satuba, Maceió, Marechal Deodoro e Piranhas.	Elimar Prestadora de Serviços em Geral EIRELI (01.182.827/0001-26)	03/06/2015	03/06/2017	Ensino fundamental, médio ou técnico a depender do cargo.	Ativo Prorrogado (P)
22/2015	Contratação de Serviço de apoio técnico, administrativo e operacional (serviços <u>de portaria</u>) para os	Portocalle Serviços Gerais LTDA. – ME (10.878.081/0001-80)	03/06/2015	03/06/2017	Ensino fundamental, médio ou técnico a depender do cargo.	Ativo Prorrogado (P)

	Campi Satuba, Marechal Deodoro e Piranhas.					
36/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para a Reitoria e seus Anexos e o Campus Benedito Bentes.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	29/10/2015	29/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
30/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Batalha.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	16/10/2015	16/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
31/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Coruripe.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	16/10/2015	16/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
32/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Rio Largo.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	16/10/2015	16/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
33/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos,	Tigre Vigilância Patrimonial de	16/10/2015	16/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)

	noturnos e motorizados) para o Campus Viçosa.	Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)				
05/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Arapiraca.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	16/10/2015	16/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
02/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Maceió.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	30/10/2015	30/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
02/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Maragogi.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	21/10/2015	21/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
09/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Marechal Deodoro.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	23/11/2015	23/11/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
01/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA.	31/10/2015	31/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)

	motorizados) para o Campus Murici.	(01.771.692/0001-34)				
04/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Palmeira dos Índios.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	01/12/2015	01/12/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
04/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Penedo.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	28/10/2015	28/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
03/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Piranhas.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	30/10/2015	30/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
03/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Santana do Ipanema.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	30/10/2015	30/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
03/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-	16/10/2015	16/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)

	o Campus São Miguel dos Campos.	34)				
04/2015	Serviço de <u>vigilância</u> (diurnos, noturnos e motorizados) para o Campus Satuba.	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA. (01.771.692/0001-34)	22/10/2015	22/10/2017	Não especificado	Ativo Prorrogado (P)
41/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para a Reitoria e seus Anexos.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
42/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Viçosa.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
43/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Coruripe.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
44/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)

	Benedito Bentes.					
45/2016	Serviço de limpeza e conservação (agente de limpeza e encarregado) para o Campus Rio Largo.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
46/2016	Serviço de limpeza e conservação (agente de limpeza e encarregado) para o Campus Batalha.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
02/2016	Serviço de limpeza e conservação (agente de limpeza e encarregado) para o Campus Arapiraca.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
05/2016	Serviço de limpeza e conservação (agente de limpeza e encarregado) para o Campus Maceió.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
04/2016	Serviço de limpeza e conservação (agente de limpeza e encarregado) para o Campus Maragogi.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
05/2016	Serviço de limpeza	BRA Serviços	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza:	Ativo Prorrogado

	e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Marechal Deodoro.	Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)			alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	(P)
06/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Murici.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
04/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Palmeira dos Índios.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
03/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Penedo.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
04/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Piranhas.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001-78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
02/2016	Serviço de limpeza	BRA Serviços	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza:	Ativo Prorrogado

	e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Santana do Ipanema.	Técnicos LTDA. (08.328.682/0001- 78)			alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	(P)
05/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus São Miguel dos Campos.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001- 78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)
04/2016	Serviço de limpeza e conservação (<u>agente de limpeza e encarregado</u>) para o Campus Satuba.	BRA Serviços Técnicos LTDA. (08.328.682/0001- 78)	23/09/2016	23/09/2017	Agente de limpeza: alfabetizado; Encarregado: ensino fundamental completo.	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: Coordenação de Contratos – Reitoria – IFAL

Em relação à contratação de estagiários informamos que atualmente não temos nenhuma contratação dessa mão de obra e, conseqüentemente, não há progressão de despesas, fluxo ou ainda evolução delas. Embora estejam disponibilizados códigos de vagas para o IFAL, a política de contratação ainda está em fase de desenvolvimento, porém já regulamenta no órgão através da Resolução nº. 15/CS, de 29 de abril de 2013, a qual deverá ser aplicada já no exercício 2017 com a renovação de parcerias e realização de processo seletivo.

8.2 Gestão do Patrimônio e da infraestrutura

O IFAL conta em seu organograma com uma Coordenação de Patrimônio na Reitoria e uma Coordenadoria em cada campus responsável pela área patrimonial. Cada Coordenadoria é responsável pela gestão de sua unidade administrativa devendo cumprir a legislação pertinente e diretrizes estabelecidas pelo Ifal. Entre as atribuições da área patrimonial podemos destacar o registro dos bens permanentes, a identificação dos bens e a emissão dos termos de responsabilidade, emissão de termos e acompanhamento das transferências de bens, emissão de Relatório de Movimentação de Bens Móveis mensalmente, coordenação e orientação das atividades relativas a patrimônio e alienação de bens, orientação dos processos de inventários de bens móveis e imóveis, avaliação de bens e desfazimento, levantamento patrimonial dos bens, elaboração de propostas e estudos voltados à modernização da gestão patrimonial, auxílio aos *Campi*, coordenação das ações voltadas para a realização das baixas dos bens inservíveis, subsidiar a elaboração de normas e procedimentos referentes a área de patrimônio com objetivo de uniformizar, organizar e otimizar os fluxos de processos, subsidiar esclarecimentos aos órgãos de controle em relação aos processos administrativos e questões pertinentes à área entre outras.

A gestão do patrimônio imobiliário do Ifal está em processo de reestruturação e recebe a contribuição de diversas áreas com vistas a implementação de melhorias no que diz respeito a gestão do patrimônio, estabelecimento de normas e fluxos e padronização de processos. Destacamos o recente levantamento e avaliação do patrimônio imobiliário do Ifal onde se procedeu a atualização e cadastro deste no sistema SPIU-net – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

Os dirigentes de Administração de cada unidade são responsáveis pelos contratos de manutenção do patrimônio imobiliário enquanto a Coordenação de Patrimônio da Reitoria é responsável pela legalização e registro das escrituras dos imóveis, no momento de seu recebimento por doação, cessão ou compra. As locações de imóveis envolvem ainda os setores de Contratos das unidades que procedem com a oficialização das transações, bem como dos setores de Contabilidade que registram os lançamentos cabíveis. As áreas de Manutenção são responsáveis pela conservação e segurança dos imóveis. Nesse contexto, ressalta-se que a gestão do Ifal é descentralizada, tendo as unidades autonomia para gerenciar seus bens com o apoio e orientação da Reitoria.

Dessa forma, destacamos que estão sendo envidados os esforços no sentido de proceder ajustes e implementação de melhorias com vista a tornar mais eficiente o controle patrimonial no Ifal, capacitando os servidores e reestruturando a área patrimonial de forma a atingirmos nossa missão institucional, bem como cumprindo as exigências legais e estabelecendo a área patrimonial como destaque no planejamento estratégico da instituição.

8.2.1. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

A gestão da frota de veículos do IFAL é realizada de acordo com as normas gerais do serviço público federal, especificamente seguindo a Instrução Normativa nº 03 do MPOG, publicada em 19 de maio de 2008, sendo regulamentada internamente pela Portaria nº 1871/GR, de 12 de agosto de 2013 que estabelece diretrizes, princípios, procedimentos e condutas de condutores e usuários do transporte visando garantir a segurança destes e sua utilização racional visando a redução dos custos de transporte, combustível e manutenção da frota. A referida Portaria é composta por formulários anexos referentes à solicitação de veículos, relatórios de viagem, mapas de controle do desempenho e manutenção dos veículos, ficha de cadastro de veículo oficial, plano anual de aquisição de veículos e relação nominal definitiva de passageiros com vistas a garantir um melhor gerenciamento das operações.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Considerando que o IFAL atualmente é formado por cerca de 15 unidades descentralizadas por todo o estado de Alagoas, o grande número de alunos matriculados além do atendimento aos programas governamentais como o Mulheres Mil, UAB e PRONATEC que em grande parte são desenvolvidos no interior do estado, e ainda cerca de 1.500 servidores ativos, a utilização da frota de veículos é fundamental para o atendimento tanto das áreas administrativas quanto as de ensino, apoiando as atividades de pesquisa, extensão, esportivas, científicas, culturais e outras atividades importantes para o desenvolvimento acadêmico. A frota de veículos tem ainda relevante importância para acompanhamento e fiscalização das obras em andamento devido ao processo de expansão e interiorização que o Instituto vem realizando além do transporte materiais, documentos, pequenas cargas e bens de uma unidade para outra. Dessa forma, a frota de veículos é imprescindível para o atendimento missão institucional do Ifal e seus objetivos estratégicos, oferecendo assim o apoio necessário a prestação de um ensino de qualidade em todo o estado de Alagoas.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Quadro 29: Frota

GRUPO	QUANTIDADE TOTAL
Veículo de Transporte Institucional	1
Veículo de Serviço Comum	85
Veículos de Representação	--

<u>TOTAL GERAL</u>	86
---------------------------	-----------

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

Quadro 30: Média de quilometragem

GRUPO	MÉDIA ANUAL KM RODADOS
Veículo de Transporte Institucional	7.320
Veículo de Serviço Comum	3.310
Veículos de Representação	--
<u>TOTAL GERAL</u>	10.630,00

* Não computado valores referentes aos campi Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Batalha.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Quadro 31: Idade média da frota

GRUPO	IDADE MÉDIA POR GRUPO
Veículo de Transporte Institucional	2 anos
Veículo de Serviço Comum	9 anos
Veículos de Representação	--
<u>TOTAL GERAL</u>	10 anos

* Não computado valores referentes aos campi Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Batalha.

f) Despesas associadas à manutenção da frota da unidade;

Quadro 32: Resumo das despesas com frota

<u>RESUMO DAS DESPESAS ANUAIS COM A FROTA DE VEÍCULOS – 2016</u>					
Gasto Anual Combustível	Gasto Anual com Manutenção / Conservação	Gasto Anual com Reparos	Gasto Anual com Seguro Veicular	Gastos Anual com Licenciamento	Total (R\$)
R\$ 503.312,42	R\$ 483.100,20	R\$ 54.432,91	R\$ 55.800,00	R\$ 12.489,92	R\$ 1.109.135,45

* Não computado valores referentes aos campi Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Batalha.

g) Plano de substituição da frota

Em consonância com os termos do Decreto 6.403, de 17 de março de 2008, e Instrução Normativa nr 3, de 15 de maio de 2008(DOU de 19.05.2008) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão intitulou o Plano de Renovação da Frota visando o planejamento e estabelecendo critérios para a renovação e compra da frota de veículos e deve ser atualizado anualmente pelos campi e Reitoria definindo suas necessidade e observando a disponibilidade orçamentária. As aquisições observam a Lei 8.666/93, a 10.520/2002 e em especial a Lei 9.660 de 16 de junho de 1998 que trata da renovação gradual da frota de veículos da administração pública federal. Fora instituída através da Portaria 2268/GR de 17.10.16 Processo Administrativo 23041.034414/2016-27 a Comissão de Gestão da Frota do Ifal com objetivos de realizar um diagnóstico sobre a atual situação da frota bem como pesquisar as melhores práticas adotadas em outras instituições públicas ou privadas quanto à formas de gestão, aquisição e terceirização de frota e motoristas. Os trabalhos sob atribuição desta fazem parte das iniciativas que compõe o planejamento estratégico da Pró-Reitoria de Administração devido a sua importância para a instituição e seu impacto nas atividades e custos operacionais. No geral, a frota encontra-se em bom estado de conservação, ainda sendo economicamente viável mantê-la, sendo atualmente necessária apenas a necessidade parcial de sua substituição, entretanto, considerando a expansão do Instituto, há a necessidade de aquisição de novos veículos e substituição de alguns veículos mais antigos e com alta kilometragem que não apresentam mais uma boa relação de custo-benefício em virtude dos gastos com manutenção ou reparos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, se for o caso

Conforme consta no item “b” acima, o IFAL é formado por cerca de 15 unidades, grande número de alunos matriculados, cerca de 1.500 servidores e também atende aos programas governamentais como o Mulheres Mil, UAB e PRONATEC por todo o estado de Alagoas. Assim, uma frota de veículos própria é fundamental para atendimento de todas as demandas administrativas e educacionais do Instituto com razoável custo-benefício e celeridade. O Instituto mantém ainda contratos com empresas especializadas na prestação de serviço de locação de veículos, incluindo seguro contra acidentes, combustível, manutenção e mão de obra especializada (motorista) para efetuar transporte de alunos e servidores em viagens a serviço e de campo em veículos de propriedade da empresa no perímetro urbano municipal e em viagens intermunicipais e interestaduais porém devido a questões de restrições orçamentárias este serviço não foi utilizado no ano de 2016.

i) Estrutura de controles de que a Unidade dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O IFAL conta em seu organograma com uma Coordenadoria de Transportes em cada campi além da Reitoria. Cada Coordenadoria é responsável pela gestão da frota referente a sua unidade administrativa devendo cumprir a legislação pertinente incluindo a Portaria nº 1871/GR, de 12 de agosto de 2013 do Ifal que é composta pelos seguintes anexos: solicitação de veículos, relatório de viagem, mapa de controle do desempenho e manutenção dos veículos, ficha cadastro de veículo oficial, plano anual de aquisição de veículos e relação nominal definitiva de passageiros. Por força da Orientação Normativa 14 da Pró-Reitoria de Administração do Ifal de 08 de novembro de 2016 os campi tem a obrigatoriedade de fornecer informação mensalmente à referida Pró-Reitoria sobre suas atividades incluindo entre elas informações referentes ao desempenho e manutenção de seus veículos.

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Não há instituída no âmbito do Ifal uma política para tratamento de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições porém com a constituição da Comissão de Gestão da Frota do Ifal através da Portaria 2268/GR de 17.10.16 pretende-se através de estudos a serem elaborados abordar esta questão de forma e estabelecer diretrizes para a destinação de veículos nestas condições.

8.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Atualmente, os imóveis são gerenciados em cada unidade do IFAL, que tem responsabilidade pela manutenção e gerenciamento dos contratos.

A Reitoria gerencia as informações, porém ainda não há setor específico para o gerenciamento de todos os imóveis. A Coordenação de Patrimônio da Reitoria procede com a atualização dos cadastros no sistema SPIUnet e solicitação de requerimento de imóveis no sistema SISREI. Esta coordenação buscou apoio diretamente na Superintendência de Imóveis da União em Alagoas para auxiliar no cadastro dos imóveis, e o fez com a melhor qualidade possível, diante das informações disponíveis, podendo ser necessária uma revisão por parte da própria SPU para eventuais ajustes que se façam necessários na classificação dos imóveis. O cadastro foi realizado com base nas escrituras dos imóveis, e na avaliação realizada pela Diretoria de Infraestrutura e Expansão do Ifal no início de 2016, tendo prazo para atualização em 2018, salvo ocorrência no decorrer deste ano.

O ideal seria que o setor de Patrimônio da Reitoria se transformasse em Departamento, e houvesse duas coordenações a ele relacionadas: a coordenação do patrimônio mobiliário e a coordenação de patrimônio imobiliário, tendo capacidade de gerenciar as informações de todas as unidades.

A seguir, apresenta-se o quadro de imóveis sob responsabilidade do Ifal, cadastrados no sistema SPIUnet:

Quadro 33: Imóveis do IFAL

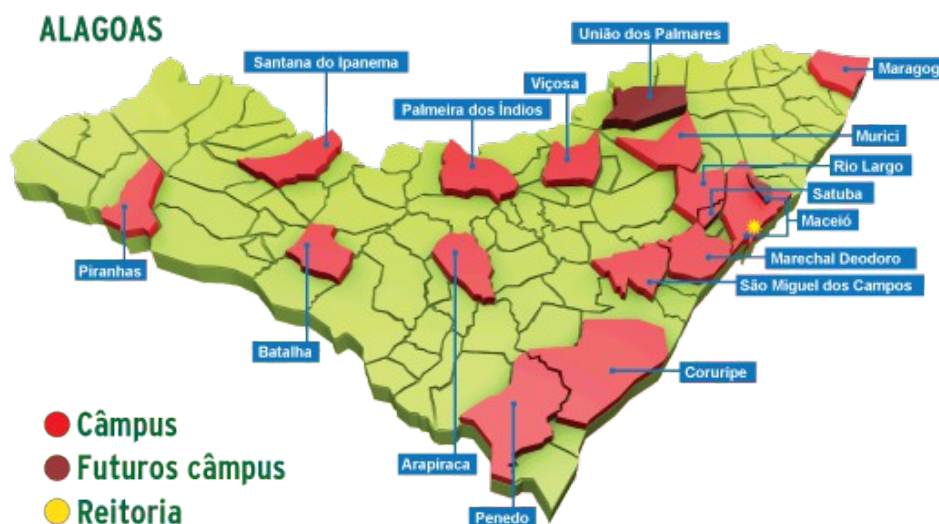
Quantidade de Imóveis	Campus	UG	RIP Imóvel	RIP utilização	Valor (Re)Avaliado
1	Arapiraca – Terreno IFAL	152805	270500046500-0	270500047500-5	61.705.762,50
2	Batalha – Terreno IFAL	158147	271300005500-7	271300006500-2	2.900.527,25
3	Coruripe – Terreno	158147	274500015500-0	274500016500-5	3.533.142,46
4	Maceió	158381	278500256500-0	278500051500-5	17.911.127,58
5	Maragogi – Terreno	152815	279300008500-1	279300004500-0	6.826.728,61
6	Marechal Deodoro	158380	278900004500-1	278900005500-7	27.197.856,00
7	Murici	152803	280900006500-0	280900007500-6	9.852.117,59
8	Palmeira dos Índios	158383	282500015500-1	282500009500-9	8.495.330,20
9	Penedo	152800	283300052500-4	283300053500-0	87.754.887,06
10	Piranhas	152802	284100012500-7	284100013500-2	10.982.917,89

11	Reitoria	158147	278500462500-0	278500463500-5	7.989.619,41
12	São Miguel dos Campos – Terreno	152804	2871 00019.500-7	2871 00020.500-2	418.531,05
13	Santana do Ipanema – Terreno	152801	285900027500-1	285900028500-7	426.240,00
14	Santana do Ipanema – Fazenda	152801	285900031500-3	285900032500-9	97.029,13
15	Satuba	158382	287700177500-6	287700176500-0	13.031.041,24
16	União dos Palmares – Terreno	148147	288500041500-7	288500042500-2	7.958.478,99
17	Viçosa – Escola	158147	288700013500-0	288700014500-6	1.162.944,08
18	Viçosa – Terreno	158147	288700015500-1	288700016500-7	834.902,62

Conforme o quadro acima, o Ifal tem imóveis em quinze municípios de Alagoas, em todas as regiões do estado, apresentando uma distribuição geográfica ampla. Dessa forma, contribui para a missão e o desenvolvimento do Estado, em sua extensão.

O mapa ilustra a abrangência territorial do Ifal no estado de Alagoas.

Figura 9: Imóveis do IFAL



Em relação à Gestão de Risco, destaca-se mais uma vez que já avançamos em ter atualizado o cadastro dos imóveis no sistema SPIUnet em 2016, estando o valor correspondente ao cadastrado contabilmente no sistema SIAFI.

Quanto à segurança patrimonial, o Ifal conta com segurança armada em todas as suas unidades. Além disso, instituiu (Portaria N° 2.385/GR, de 1° de novembro de 2016) uma comissão para estudar e propor um modelo de Gestão Integrada de Segurança, que já está em andamento, conforme documentação apresentada no processo administrativo 23041.034409/2016-14.

8.2.4. Cessão de Espaço Físico e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A tabela abaixo demonstra os espaços e os *Campi* do Instituto Federal de Alagoas:

Campus Responsável	Identificação do Imóvel (Nome ou descrição)	Tipo de cessão (total ou parcial)	Cessionário	Forma de contratação	Finalidade	Prazo da Cessão	Valor Mensal	Benefícios (pecuniários ou não, recebidos como remuneração pelo espaço cedido)	Descrição da utilização dos benefícios recebidos (tratamento contábil dos benefícios recebidos; rateio dos gastos, quando cessão parcial; uso dos benefícios decorrentes da cessão)
Campus Maceió			Bom Gosto Refeições Ltda	Concorrência nº 01/2013	Cessão de espaço para Refeitório no <i>Campus</i> Maceió		R\$ 3.445,77	Atender aos alunos, servidores, terceirizados e visitantes em geral	
Campus Marechal Deodoro	Cantina	Total	Leila da Conceição CNPJ: 13.938.272/ 0001-89	Concorrência nº 01/2013	Permissão de uso do bem público para exploração das dependências da cantina no Campus Marechal Deodoro a fim de proporcionar opção de alimentação para a comunidade acadêmica (TAEs, docentes,	09/11/2017	R\$ 585,88	Atender aos alunos, servidores, terceirizados e visitantes em geral; reinvestimento do valor recebido em ações de ensino, pesquisa e extensão.	O valor recebido proveniente da cessão entra na conta 0250026402, e é direcionado para ações de ensino e/ou pesquisa/extensão, a critério da Reitoria deste Instituto Federal, a qual administra e distribui os referidos recursos.

					discentes e terceirizados).				
Campus Palmeira dos Índios	Cantina	Total	Luiz da Silva-ME	Concorrência nº 09/2011	Cessão de espaço para Cantina no Campus Palmeira dos Índios, para alimentação da comunidade acadêmica (...)	17/10/2016	R\$ 196,87	Atender aos alunos, servidores, terceirizados e visitantes em geral; reinvestimento do valor recebido (...)	O valor recebido proveniente da cessão entra na conta única do Tesouro através de GRU. Não houve liberação desse crédito para o <i>Campus</i> .
Campus Piranhas	Espaço destinado à cantina do <i>Campus</i>	Concessão ou remuneração de direito real de uso	Rosângela Félix Rodrigues Pereira - Me	Concorrência nº 03/2013	Concessão remunerada de espaço para Cantina no Campus Piranhas, para alimentação de servidores, alunos, terceirizados e visitantes em geral.	Até conclusão de nova licitação. Decisão judicial transitada em julgado.	R\$ 1.218,40	Atender aos alunos, servidores, terceirizados e visitantes em geral; reinvestimento do valor recebido a título de recurso próprio.	O valor recebido proveniente da concessão entra na conta 1111222001 , fonte de recurso 0250026402 e é direcionado para ações voltadas ao funcionamento do <i>Campus</i> .
Campus Satuba	Cantina	Total	T2 COMÉRCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS	Pregão nº 10/2016	Concessão onerosa de espaço público destinado à exploração comercial da cantina do	30/09/2018	R\$ 900,00	Atender aos alunos, servidores, terceirizados e visitantes em geral; assim como o reinvestimento do valor recebido.	O valor recebido proveniente da concessão entra na conta da UG 158382 - Gestão 26402, e é direcionado em prol do Ifal.

					Ifal <i>Campus</i> Satuba				
--	--	--	--	--	------------------------------	--	--	--	--

A cessão dos imóveis no Ifal segue o princípio de benefício para a comunidade acadêmica, ou estrito desempenho das atribuições de ensino, pesquisa ou extensão, com interesse do Ifal.

Não é prioridade para o Ifal a cessão de área para interesse financeiro, porém esse benefício é importante, inclusive para cobrir eventuais despesas com a área, que sejam de responsabilidade do Instituto, e para devolvê-lo à comunidade acadêmica.

8.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Apresentamos a seguir a relação de imóveis locados de terceiros para utilização do Ifal:

Quadro 34: Imóveis locados

Imóvel	Campus contratante	Contratado	Valor aluguel (R\$)	Responsável pelas despesas de manutenção, transformação e reformas: (assinale X)		
IFAL	TERCEIRO					
01	Anexo I - Reitoria	Reitoria (158147)		Alma y Medeiros Bezer ra (CPF 349.074.834-49) Dispensa de Licitação Nº 02/2015	11.000,00	
02	Anexo II - DIREAD	Reitoria (158147)		TLH – 3 Construções LTDA – ME Dispensa de Licitação Nº 07/2014	29.968,49	
03	Prédio provisório Campus Arapiraca	Campus Arapiraca		F. de Souza (CNPJ 19.748.697/0001-01)	25.440,30	

A locação desses imóveis mostrou-se necessária pela carência de espaço físico para o Instituto desempenhar suas atividades, vinculadas às áreas de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

Em algumas situações, optou-se pela locação por atrasos nas obras dos *Campi* definitivos do Ifal nos municípios em questão, tendo assim a perspectiva de receber um espaço definitivo para as

atividades do Instituto nos próximos anos.

Em todos os processos de locação, foram realizadas consultas à Superintendência de Patrimônio da União, seja por processo administrativo seja pelo sistema SISREI – Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis, confirmando a indisponibilidade de imóveis da própria União que atendessem às demandas do Ifal.

Também observou-se uma carência de imóveis, nas condições necessárias para o Ifal, disponíveis mesmo de outros poderes, nos municípios onde o Ifal está presente.

8.2.6 Informações sobre as principais Obras Serviços de Engenharia relacionados à atividade-fim

Obras:

- a) ADEQUAÇÃO ELÉTRICA CAMPUS MARECHAL – a obra foi finalizada e recebida em agosto de 2016.
- b) REFORMA DO REFEITÓRIO DE SATUBA – obra finalizada e recebida em julho de 2016.
- c) CONSTRUÇÃO DE SEIS SALAS DE AULAS EM MARECHAL DEODORO – obra finalizada e recebida em agosto de 2016.
- d) REFORMA DOS BANHEIROS E REFEITÓRIO DO CAMPUS MARECHAL DEODORO – concluída e recebida em março de 2017.
- e) CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE ENGENHARIA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – boa qualidade de execução, porém a obra está em atraso. A PRDI aplicou uma advertência.
- f) COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ARAPIRACA – o contrato foi rescindido. A segunda colocada foi convocada para dar continuidade a obra. Começou em ritmo lento devido aos ajustes e retrabalhos necessários, mas está com bom andamento. Previsão de entrega para o início de 2018.
- g) CONSTRUÇÃO DO CAMPUS MARAGOGI – Obra inaugurada em 17 de fevereiro de 2017.
- h) CONSTRUÇÃO DO CAMPUS CORURIBE – Obra em ritmo bom e com boa qualidade de execução. Previsão de entrega em julho de 2017.
- i) CONSTRUÇÃO DO MURO DE CONTORNO DO CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS – a obra foi finalizada e recebida em dezembro de 2016;
- j) REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AUDITÓRIO DO CAMPUS MACEIÓ – Obra em andamento com qualidade, porém, com atraso na execução da fundação. Foi feito um cronograma para a recuperação do retardamento. Previsão de inauguração em julho de 2017.
- k) ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DO CAMPUS SATUBA – Obra iniciada em dezembro de 2016. Em bom andamento. Foram realizadas as três primeiras medições.
- l) ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DO CAMPUS MARECHAL – Obra iniciada em 15 de fevereiro de 2017. Em evolução conforme o cronograma.
- m) SEGUNDA ETAPA DE REESTRUTURAÇÃO DA REDE ELÉTRICA, CFTV E LÓGICA DO CAMPUS MACEIÓ – Foi iniciada dezembro de 2016. Está em bom andamento. Sendo fiscalizada pelo Campus Maceió. Com previsão de entrega em agosto de 2017.

Projetos e serviços de engenharia:

- n) RECUPERAÇÃO DA QUADRA MULTIEVENTOS DO CAMPUS MACEIÓ – Está sendo finalizado o projeto arquitetônico. Em paralelo está sendo feito o termo de referência para a contratação dos seguintes projetos: fundações profundas, estrutura metálica, drenagem de águas pluviais e elétrico com luminotécnico.
- o) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS – Está sendo elaborado o termo de referência para a perfuração de poços, incluindo licenças e outorgas, para diversos campus do IFAL, tais como: Maragogi, Viçosa, Murici e Palmeira dos Índios.
- p) CONTRATAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES PARA OS LABORATÓRIOS DE HOTELARIA GASTRONOMIA DE MARECHAL DEODORO – Foram realizados pedidos para a cotação de preços para os projetos complementares. O projeto arquitetônico está pronto.
- q) REFORMA DO CAMPUS VIÇOSA – O projeto arquitetônico foi concluído e será iniciado o projeto estrutural. Após a conclusão do anteprojeto de estruturas, os demais projetos complementares serão iniciados.
- r) REFORMA DO PRÉDIO DA REITORIA INCLUINDO ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE INCÊNDIO E PÂNICO – Está sendo retomado o processo de reforma da Reitoria, incluindo as adequações de incêndio e demais ajustes necessários tendo em vista o horário de trabalho de 8 horas dos servidores.
- s) REFORMA DA PISCINA DO CAMPUS MACEIÓ – O Campus Maceió está responsável por concluir o projeto elétrico e a planilha orçamentária. Quando concluído será encaminhado para a Coordenação de Orçamento de Obras e Apoio à Licitação - COOAL para iniciar o certame licitatório.
- t) ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO E DE SPDA DO CAMPUS MACEIÓ – O projeto de combate a incêndio foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros. O projeto executivo de incêndio foi concluído. A Coordenação de Infraestrutura Planejamento e Obras – CIPO do Campus Maceió fará o orçamento. Quando finalizado o processo licitatório será conduzido pela COOAL.
- u) PROJETO DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS MARECHAL DEODORO – Foi finalizado o levantamento topográfico do Campus pelos técnicos em edificações Campus Palmeira dos Índios. Com base nos dados apresentados a DIEX está desenvolvendo o projeto de acessibilidade.
- v) PROJETO DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS MACEIÓ – Foi finalizado o levantamento topográfico do Campus pelos técnicos em edificações Campus Palmeira dos Índios. Com base nos dados apresentados a DIEX será desenvolvido o projeto de acessibilidade.
- w) PROJETO DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS SATUBA – Está planejado para março de 2016 o levantamento topográfico do Campus pelos técnicos em edificações Campus Palmeira dos Índios. Posteriormente será desenvolvido o projeto de acessibilidade.
- x) PROJETO DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS – – Está planejado para abril de 2016 o levantamento topográfico do Campus pelos técnicos em edificações Campus Palmeira dos Índios. Posteriormente será desenvolvido o projeto de acessibilidade.
- y) ADEQUAÇÃO DE INCÊNDIO DO CAMPUS PENEDO – O projeto foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros e está sendo elaborado o orçamento para licitar a execução das adequações. Finalizado o orçamento, o processo será encaminhado para a elaboração do Projeto Básico e em seguida para licitação.
- z) ADEQUAÇÃO DE INCÊNDIO DO CAMPUS PIRANHAS – O projeto foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros e está sendo elaborado o orçamento para licitar a execução das adequações. Finalizado o orçamento, o processo será encaminhado para a elaboração do Projeto Básico e em seguida para licitação.

8.3. Gestão de tecnologia da informação

Em 2016 a Diretoria de Tecnologia da Informação visando otimizar os serviços prestados, a segurança da informação, a resposta célere a gestão de riscos de TI, bem como a seminal implementação dos processos de governança de TI – COBIT – e a Biblioteca de serviços de TI – ITIL, continuou os estudos técnicos setoriais, bem como reuniões com áreas correlatas no tocante a melhor dos processos internos relacionados a TI.

Dando continuidade as ações para implementação das políticas de Segurança da Informação no IFAL, a DTI realizou reuniões entre seus colaboradores visando alinhar o entendimento quanto as diretrizes e métricas a serem implantadas. Esta oportunidade de convergência de saberes fora essencial para o início da elaboração das políticas de segurança da informação, bem como para uniformizar quais controles deverão ser utilizados para minimizar de riscos, análise de investimento da infraestrutura de TI e conscientização dos usuários em relação aos processos de segurança da informação.

Importa ressaltar outra atividade da DTI, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e Reitoria do IFAL, qual fora a aquisição, implantação por módulos e início das atividades de um Sistema Integrado de Informações Gerenciais – SIG. No tocante ao módulo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, já está implantando e em funcionamento o módulo de Protocolo, Almojarifado, Patrimônio, Orçamento além disso os módulos de Compras, Contratos e Licitações estão em implantação. Além deste, o módulo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH – o qual está em funcionamento o módulo Cadastro, Cadastro de dependentes e Férias. Convém ressaltar que o módulo Frequência demandou grande quantidade de esforços da equipe. Além disso, o ambiente de homologação do módulo Saúde do Servidor continua disponível para avaliação e utilização da área fim.

Ao mesmo tempo, em 2016 o módulo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA foi consolidado no âmbito do Instituto restando tão somente o técnico do Campus Maceió entrar em operação.

Na área de infraestrutura o IFAL contratou link de internet para todos os Campus do IFAL, bem como para a Diretoria de Ensino à Distância, prédio do almojarifado/PROAD e Reitoria. Além disso, a tecnologia de Multi Protocol Label Switching – MPLS – foi consolidado em todo o IFAL, estando o Instituto usufruindo dos seus benefícios. E, por fim, acessos aos sistemas internos da instituição. Importa ressaltar que as ligações entre a Reitoria e os campus do IFAL ocorrem por meio do VoIp.

8.3.1. Principais sistemas de informações

Quadro 35- Sistemas de Informações

Sistema	Endereço	Finalidade
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos	http://sipac.ifal.edu.br	O SIPAC informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). Informatiza também os almoxarifados (centrais e setoriais), todo o controle patrimonial, as compras e licitações, o controle de atas e pedidos em registros de preços, o acompanhamento de entrega de empenhos (liquidação), o controle de obras e manutenções de bens imóveis, a aquisição de livros pela biblioteca, as faturas de água e energia, o controle dos contratos e convênios celebrados, o fluxo de processos e documentos eletrônicos, o registro e pagamento de bolsistas, o acompanhamento das despesas com automóveis e combustíveis. O SIPAC também disponibiliza portais de informações para os pró-reitores, para a auditoria interna e para a fundação.
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão e de Recursos Humanos	http://sigrh.ifal.edu.br	O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos e planejamento, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, plano de gestão e metas, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE, outras são somente de âmbito interno.
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas	http://sigaa.ifal.edu.br	O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do SIPAC também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações lato sensu, stricto sensu e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).
SIREM – Sistema de Remoção Interna	http://www.sirem.ifal.edu.br	Sistema que possui o objetivo de informatizar e dar celeridade aos processos de remoção interna para os servidores do IFAL.
Sistema de Avaliação de Desempenho Individual – Técnicos Administrativos	http://avaliacao.ifal.edu.br	Sistema destinado a agilizar o processo de avaliação individual dos técnicos administrativos do IFAL.
Sistema de Concursos	http://concursos.ifal.edu.br	Sistema informatizado para divulgação dos editais de Concursos para preenchimento de vagas para servidores efetivos e temporários. O sistema disponibiliza ao usuário a inscrição no edital, emissão de boleto para pagamento e o comprovante de inscrição.
Sistema de Exames de Seleção	http://exames.ifal.edu.br	Sistema informatizado para divulgação dos editais de exame de seleção para os diversos cursos ofertados pelo IFAL.
Servidor de e-mail – Webmail	http://webmail.ifal.edu.br	Servidor de e-mail mantido pela Diretoria de Tecnologia da Informação para todo Instituto Federal de Alagoas.
Portal Institucional	http://ifal.edu.br	Portal web oficial do IFAL

8.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços de mão de obra

O Instituto Federal de Alagoas – IFAL entende e apóia as iniciativas governamentais de gestão ambiental e sustentabilidade.

O IFAL ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas integra o Projeto Esplanada Sustentável (PES) desde 2013.

No tocante ao tratamento dado aos resíduos oriundos de suas atividades, o IFAL, na maioria de suas unidades, realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, no entanto, a coleta desses resíduos ainda ocorre de maneira tradicional, ou seja, pelas companhias de coleta de lixo dos municípios onde o Instituto possui Campi. Portanto, ainda não é realizada a destinação dos resíduos recicláveis a associações e cooperativas de catadores.

Desde 2012, o IFAL, tem passado a exigir em seus Editais a oferta de produtos de limpeza biodegradáveis, materiais recicláveis e reutilizáveis e equipamentos com melhor nível de consumo energético, em observância aos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012.

Nessa linha, o IFAL tem, por exemplo, passado a exigir nos Editais para aquisição de Material de Expediente a oferta de papel reciclado e pincéis para quadro branco reutilizáveis (com refil); incentivado o uso de papel reciclado; e adotado boas práticas para diminuir o uso de papel, como a impressão em frente e verso de documentos nos processos e a instituição da utilização de memorando eletrônico para as comunicações internas.

Nos processos destinados à contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, também tem sido observados os parâmetros contidos no Decreto nº 7.746/2012, no intuito de aplicá-los sempre que possível, de forma que todos os Termos de Referência para contratação de serviços terceirizados contam com um item específico denominado “Critérios de Sustentabilidade” onde são definidas as exigências de acordo com cada objeto.

O IFAL já possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o qual foi instituído pela Portaria nº 2146/GR, de 03 de outubro de 2016.

Em suma, a atuação do IFAL na questão da sustentabilidade já apresentou grandes avanços no planejamento das contratações, na instituição de normativos, na adoção de boas práticas e no monitoramento do consumo de materiais, água e energia elétrica.

A tendência é que o IFAL avance ainda mais nesse aspecto, sobretudo com a inclusão da questão da sustentabilidade no Planejamento Estratégico da Instituição. Em 2016, foi traçado o Objetivo Estratégico: “Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade”, o qual contou com várias iniciativas na Reitoria e nos Campi. Em 2017, será avaliado o Planejamento Estratégico, identificadas as iniciativas concluídas e reavaliadas as ações a serem tomadas para consecução dos Objetivos Estratégicos.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 36- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Tratamento de determinações e recomendações do TCU						
Nº	Órgão	Nº Relatórios/Solicição de Auditoria	Recomendação/determinação/Solicitação	Prazo Atendimento	Manifestação da Gestão	Situação
1	TCU	Ofício nº 0282/2016-TCU/SecexEducação, de 17/05/2016.	<p>1. Notifico Vossa Magnificência de que este Tribunal, mediante o Acórdão 1006/2016-TCU-Plenário, de 27/04/2016, apreciou o processo de relatório de auditoria em referência, que trata da consolidação das auditorias de conformidade realizadas para verificar a regularidade da aplicação de recursos financeiros transferidos pela União na iniciativa Bolsa formação do programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (Pronatec), integrantes da fiscalização de orientação centralizada (FOC).</p> <p>2. Por oportuno, encaminho cópia do referido acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, para ciência e, em especial, para adoção de medidas visando ao cumprimento da determinação prevista no item 9.3, direcionada ao órgão de auditoria interna desse Instituto.</p> <p>3. Por dever de ofício, informo que o não</p>			Atendida

			<p>cumprimento de determinação deste Tribunal poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, §3º, do Regimento Interno/TCU.</p> <p>4. Finalmente solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo I deste ofício, ao tempo em que me coloco à disposição para esclarecimentos adicionais, caso necessário.</p> <p>Assinado eletronicamente. Secretário Ismar Barbosa Cruz</p>			
2	TCU	Ofício n° 8209/2016-TCU/Sefip, de 14/06/2016	<p>O TCU iniciou levantamento (TC 014.566/2016-8) sob relatoria do Ministro AUGUSTO NARDES, coordenado pela Secretaria de Fiscalização de pessoal – Sefip, com o objetivo de avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal (2º ciclo).</p> <p>2. O referido trabalho será realizado por meio de questionário eletrônico, o qual deve ser respondido, impreterivelmente, entre os dias 06/07/2016 e 25/07/2016, por meio do seguinte endereço e com a utilização do seguinte código de acesso (<i>token</i>).</p> <p>3. Para viabilizar possíveis solicitações da equipe desse levantamento, solicito a designação de servidor/empregado como interlocutor da organização no prazo de cinco dias a partir da ciência deste Ofício. Neste ciclo, a referida designação deve ser feita por meio do próprio questionário eletrônico.</p> <p>4. Destaco, por oportuno, que em atenção ao art. 3º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação- LAI), as respostas ao questionário</p>			

		<p>oferecidas pelas organizações participantes, assim como os respectivos índices de governança de pessoas (iGovPessoas), receberão tratamento de informação pública nesta Corte, sendo divulgados à sociedade.</p> <p>5. Caso respostas ao questionário sejam consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado ou sejam protegidas por outra hipótese legal de sigilo, nos termos do art. 22 e 23 da LAI, deve-se encaminhar a este Tribunal, até o dia 12/08/2016, por meio de ofício, decisão que contenha tal classificação, conforme preceitua o art. 28 da referida Lei.</p> <p>6. Para auxiliar no preenchimento do referido questionário, foram disponibilizados, no endereço eletrônico http://www.tcu.gov.br/perfilgovpessoal, documentos com a definição nos termos técnicos e com as respostas das perguntas frequentes.</p> <p>7. Após a conclusão do trabalho e sua apreciação pelo TCU, será disponibilizado a essa organização relatório de feedback que poderá constituir valioso insumo para o seu processo de planejamento de ações de melhoria, no que concerne à governança e à gestão de pessoas.</p> <p>8. Solicito, por fim, que seja dada ciência deste levantamento, bem como desta solicitação, à área de gestão de pessoas e à área de auditoria/controle interno da organização.</p> <p>9. Ao tempo em que coloco à disposição dessa organização a equipe da Selfip para dirimir eventuais dúvidas, por meio do e-mail diaup@tcu.gov.br, agradeço pela atenção dispensada.</p>				
3	TCU	Ofício nº 278-193/2016-TCU/SEFIP/Di aup, de	1. comunico a Vossa Senhoria que este Tribunal está realizando trabalho de fiscalização do tipo Acompanhamento (Registro Fiscalis nº 278/2015; Portaria nº 99/2016), na forma do art.			

		13/10/2016. Processo TC 014.980/2015-0	<p>241, I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (RI/TCU), decorrente de deliberação constante em despacho de 05/06/2015 do Ministro Raimundo Carreiro (TC 010.424/2015-6).</p> <p>2. O trabalho tem o objetivo de apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, bem como acompanhar as providências adotadas.</p> <p>3. A equipe de fiscalização é composta pelos Auditores Federais de Controle Externo Flávio Pereira Rissato (mat. 8679-7), Leonardo Shimabukuro (mat. 6596-0) e Alexandre de Oliveira Alves (mat. 9482-0).</p> <p>4. Em análise preliminar da folha de pagamento do(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS foi encontrada uma ou mais situações que, em tese, estão em desconformidade com os critérios de fiscalização adotados.</p> <p>5. Diante disso, encaminho em anexo planilha(s) eletrônica(s) contendo o(s) indício(s) de irregularidade identificado(s) e solicito a Vossa Senhoria, com fulcro nos artigos 42 e 87 da Lei 8443/1992 e no artigo 245 do Regimento Interno do TCU, que providencie o preenchimento dela(s), conforme as instruções abaixo, e a(s) envie até o dia 15/12/2016 para o e-mail diaup@tcu.gov.br:</p>			
4	TCU	Oficio/2016/SE -GAB/Nº 17,	Assunto: Tribunal de Contas da União – TCU	Não foi apresentado prazo.	Encaminhado para Gabinete do Reitor para conhecimento, providências e arquivamento, 26/10/16	Concluído.

		16/10/2016	<p>Interessados: TCU/AGU</p> <p>Assunto: Universidades Federais. Representação jurídica/TCU 033.330/20131. Acórdão 4594/2016-TCU 1ª Câmara.</p> <p>1. De ordem da Secretária-Executiva do Ministério da Educação, Profª Maria helena Guimarães de Castro, encaminho a Vossa magnific~encia o Ofício 0486/2016-TCU/SecexEducação/TCU, no qual enviou cópia do Acórdão 4594/2016 1ª Câmara, bem como da instrução da Unidade Técnica que o fundamentou, para conhecimento e adoção de providência quanto à recomendação constante no item 1.6 do referido Acórdão.</p> <p>2. Aproveito a oportunidade para encaminhar o Parecer nº 01066/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU/EVCR, de 29 de agosto de 2016, em que a Consultoria Jurídica deste Ministério se pronunciou sobre o referido assunto.</p>			
5	TCU	Ofício/2016/SE-GAB/Nº 17, 16/10/2016	<p>Assunto: Tribunal de Contas da União – TCU</p> <p>Interessados: TCU/AGU</p> <p>Assunto: Universidades Federais. Representação jurídica/TCU 033.330/20131. Acórdão 4594/2016-TCU 1ª Câmara.</p> <p>1. De ordem da Secretária-Executiva do Ministério da Educação, Profª Maria helena Guimarães de Castro, encaminho a Vossa magnific~encia o Ofício 0486/2016-TCU/SecexEducação/TCU, no qual enviou cópia do Acórdão 4594/2016 1ª Câmara, bem como da instrução da Unidade Técnica que o fundamentou, para conhecimento e adoção de providência quanto à recomendação constante no</p>	Não foi apresentado prazo.	Encaminhado para Gabinete do Reitor para conhecimento, providências e arquivamento, 26/10/16	Concluído.

			<p>item 1.6 do referido Acórdão.</p> <p>2. Aproveito a oportunidade para encaminhar o Parecer nº 01066/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU/EVCR, de 29 de agosto de 2016, em que a Consultoria Jurídica deste Ministério se pronunciou sobre o referido assunto.</p>			
6	TCU	Ofício nº 8209/2016-TCU/Sefip, de 14/06/2016	<p>O TCU iniciou levantamento (TC 014.566/2016-8) sob relatoria do Ministro AUGUSTO NARDES, coordenado pela Secretaria de Fiscalização de pessoal – Sefip, com o objetivo de avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal (2º ciclo).</p> <p>2. O referido trabalho será realizado por meio de questionário eletrônico, o qual deve ser respondido, impreterivelmente, entre os dias 06/07/2016 e 25/07/2016, por meio do seguinte endereço e com a utilização do seguinte código de acesso (<i>token</i>).</p> <p>3. Para viabilizar possíveis solicitações da equipe desse levantamento, solicito a designação de servidor/empregado como interlocutor da organização no prazo de cinco dias a partir da ciência deste Ofício. Neste ciclo, a referida designação deve ser feita por meio do próprio questionário eletrônico.</p> <p>4. Destaco, por oportuno, que em atenção ao art. 3º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação- LAI), as respostas ao questionário oferecidas pelas organizações participantes, assim como os respectivos índices de governança de pessoas (iGovPessoas), receberão tratamento de informação pública nesta Corte, sendo divulgados à sociedade.</p> <p>5. Caso respostas ao questionário sejam consideradas imprescindíveis à segurança da</p>	12/08/1026	Foi indicado um servidor para interlocutor da organização conforme solicitado.	Concluído.

		<p>sociedade ou do Estado ou sejam protegidas por outra hipótese legal de sigilo, nos termos do art. 22 e 23 da LAI, deve-se encaminhar a este Tribunal, até o dia 12/08/2016, por meio de ofício, decisão que contenha tal classificação, conforme preceitua o art. 28 da referida Lei.</p> <p>6. Para auxiliar no preenchimento do referido questionário, foram disponibilizados, no endereço eletrônico http://www.tcu.gov.br/perfilgovpessoal, documentos com a definição nos termos técnicos e com as respostas das perguntas frequentes.</p> <p>7. Após a conclusão do trabalho e sua apreciação pelo TCU, será disponibilizado a essa organização relatório de feedback que poderá constituir valioso insumo para o seu processo de planejamento de ações de melhoria, no que concerne à governança e à gestão de pessoas.</p> <p>8. Solicito, por fim, que seja dada ciência deste levantamento, bem como desta solicitação, à área de gestão de pessoas e à área de auditoria/controle interno da organização.</p> <p>9. Ao tempo em que coloco à disposição dessa organização a equipe da Selfip para dirimir eventuais dúvidas, por meio do e-mail diaup@tcu.gov.br, agradeço pela atenção dispensada.</p>		
--	--	--	--	--

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Quadro 37- Deliberações do TCU pendentes de cumprimento

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Processo TC-028.030/2015-0 (RELATÓRIO)	Acórdão nº 983/2016 – TCU – Plenário, de 27/04/2016.	1.7, 1.8, 1.8.1 e 1.8.2		

DE AUDITORIA)				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
IFAL/Reitoria/Diretoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores a seguir relacionados, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012:</p> <p>Servidor</p> <p>CPF</p> <p>Matricula/SIAPE</p> <p>Maria Luiza Jaborandy Maia Dias 348.965.464-15 6267353</p> <p>Maria Rosineide Cavalcante Bittencourt 636.824.864-53 1476168</p> <p>Cristiane Wanderlei Peixoto 861.427.204-91 1109294</p> <p>1.8. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que:</p> <p>1.8.1. publique os extratos dos editais de seleção dos bolsistas do Pronatec no boletim interno do Instituto, em cumprimento aos princípios da publicidade e da impessoalidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;</p> <p>1.8.2. divulgue os resultados das seleções, com a classificação e a pontuação dos candidatos, bem como os cursos, disciplinas ou atividades para os quais os candidatos foram selecionados, em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade e ao art. 14, § 1º, da Resolução-FNDE 4/2012.</p> <p>Data da sessão: 27/04/2016</p> <p>Ata: 14/2016</p>				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Em investigação

9.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 38 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendações/Determinações dos órgão de controle - 2016						
Nº	Órgão	Nº Relatórios/Solicição de Auditoria	Recomendação/determinação/Solicitação	Prazo Atendimento	Manifestação da Gestão	Situação
1	CGU	Solicitação de Auditoria nº 201601460/1, de 28/03/2016	<p>CGUPad:</p> <p>1. Relação dos processos administrativos instaurados na unidade (PAD's e Sindicâncias) nos anos de 2013, 2014 e 2015, contendo, pelo menos: o número do processo, a data da instauração, estado (em curso ou encerrado) e a data de encerramento (se for o caso);</p> <p>Pronatec:</p> <p>Informações sobre as metas física(s) e financeira(s) do Pronatec Bolsa-Formação (Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica), previstas e executadas no exercício de 2015, no Instituto;</p> <p>Análise sobre a execução das metas física(s) e financeira(s) para o exercício de 2015, no Instituto, e justificar caso a execução tenha divergido das metas previstas.</p> <p>Descrição do fluxo interno e disponibilização dos normativos internos que regulamentam o Pronatec Bolsa-Formação (manuais, portarias, fluxos, orientações) em relação à (às):</p> <p>e. Concessão da assistência estudantil:</p> <p>Forma pela qual a unidade de ensino repassa o</p>	04/04/2016, às 9:00h	<p>Pronatec</p> <p>A maioria dos alunos participantes dos cursos FIC-Formação inicial e continuada, são encaminhados pelos MDAS – Ministério de Ação e Desenvolvimento Social, maior Demandante do PRONATEC/ Bolsa formação, pois trabalha com a inclusão social, enquanto política pública do Governo Federal. Essa clientela se constitui de pessoas da classe social de baixa renda, com deficit acentuado de conhecimentos científicos e dificuldades de aprendizagem, além da diversidade do grau de instrução, idade e tempo fora da escola.</p> <p>Para os cursos Técnicos concomitantes, o público participante é encaminhado pelo Demandante – Secretária de Educação Estadual, pois os alunos obrigatoriamente, deverão estar cursando o segundo ano do Ensino Médio.</p> <p>As pré matrículas dos interessados nos cursos FIC e Técnico Concomitante/ Pronatec, são realizadas pelos Demandantes e a nós Ofertantes cabe a confirmação dessas pré matrículas, obedecendo aos pré requisitos definidos no Guia e Catalogo de cursos do MEC/SETEC, e em sua maioria, exigem o ensino fundamental incompleto.</p> <p>Para tentar diminuir o número de evasão, acompanhamos sistematicamente as ações desenvolvidas pelos bolsistas colaboradores (Coordenadores Adjuntos, Supervisores Pedagógicos e Apoios Administrativos) do Programa em</p>	Atendida

	<p>auxílio-transporte aos estudantes (vale-transporte ou cartão, em pecúnia, transporte fornecido diretamente pela instituição, transporte contratado de terceiros ou se não fornece); e,</p> <p>Forma pela qual a unidade de ensino repassa o auxílio-alimentação aos estudantes (Vale-alimentação ou cartão, em pecúnia, alimentação fornecida diretamente pela instituição, alimentação contratada de terceiros ou se não fornece);</p> <p>f. Ações de acompanhamento pedagógico, extraclasse, com vistas a melhorar o nível de aprendizado dos alunos nos cursos técnicos e FIC (reforço no ensino, monitoria, orientação, aconselhamento, entre outros):</p> <p>Especificar as ações e periodicidade, caso existam ou, caso não existam, esclarecer os motivos; e,</p> <p>Informar Nome, CPF e a formação acadêmica dos profissionais responsáveis pelas ações de acompanhamento pedagógico, caso existam;</p> <p>g. Ações de estímulo à permanência do estudante nos cursos técnicos e FIC:</p> <p>Especificar as ações e periodicidade, caso existam ou, caso não existam, esclarecer os motivos; e,</p> <p>Informar Nome, CPF e a formação acadêmica dos profissionais responsáveis pelas referidas ações, caso existam;</p> <p>Informar sobre as principais causas identificadas da evasão de alunos e quais as providências que o Ifal vem adotando para diminuir a evasão;</p> <p>Apresentar documentos (caso possível, digitalizados) que comprovem a concessão de</p>		<p>cada campus/IFAL, realizando capacitações pedagógicas com os docentes e colaboradores, reuniões de pais, mostrando a necessidade do acompanhamento da família enquanto parceiro da escola, orientamos sobre a importância da frequência dos alunos nas aulas, incentivamos os professores para a realização de aulas práticas e de visitas técnicas às empresas com atividade similares aos conhecimentos dos cursos ofertados, realização de palestras com profissionais atuantes no mercado de trabalho e na área de trabalho que está sendo estudada, acompanhamento individual aos alunos que se ausentam da sala de aula, investigando os motivos que provocam as faltas e realizando o aconselhamento e o auxílio dos pais para evitar desistências.</p> <p>Os bolsistas colaboradores, pertencentes as equipes de cada campus (coordenadores supervisores pedagógicos e apoio administrativo) realizam suas funções priorizando todo esse trabalho de controle e acompanhamento do processo ensino e aprendizagem, monitorando a ação didática e pedagógica que envolve docentes e discentes e a família.</p> <p>No desenvolvimento dos cursos Técnicos Concomitantes, é realizado um trabalho de interação com o Demandante, que é representado pela Secretaria Estadual de Educação, no que se refere a discussão sobre os Projetos pedagógicos dos Cursos Técnicos e médio objetivando o desenvolvimento da metodologia de ensino e a interação dos conteúdos curriculares.</p> <p>3.2.1-Capacitação pedagógica, orientação pública e administrativa, aconselhamento, visitas técnicas, eventos, trabalhos pedagógicos individuais e em grupo, com: docentes, discentes, colaboradores e familiares.</p> <p>3.2.2 - ***Relacionados pelas equipes, por campus.</p> <p>3.3.1- aconselhamento, visitas técnicas, eventos, trabalhos pedagógicos individuais e em grupo. ***Relacionados por campus, com ações realizadas em 2015.</p> <p>3.3.2 - ***Relacionados por campus.</p> <p>4. ***Relacionados por campus, com ações realizadas em</p>	
--	--	--	---	--

			<p>materiais didáticos e escolares, uniformes, materiais necessários para as aulas práticas, dentre outros necessários para a participação nos cursos do Pronatec Bolsa-Formação;</p> <p>Documentação comprobatória (caso possível, digitalizada) das despesas com assistência estudantil e material didático (contratos de prestação de serviços, comprovantes de pagamentos, recibos, ordens bancárias, entre outros);</p> <p>Informar em que momento do curso os materiais são disponibilizados aos alunos;</p> <p>Sobre a utilização dos recursos didáticos e tecnológicos do IFAL, informar:</p> <p>a. sobre a possibilidade de empréstimo de livros na biblioteca pelos alunos do Pronatec Bolsa-Formação; e,</p> <p>b. se os alunos do Pronatec Bolsa-Formação têm acesso a computador com internet na unidade de ensino. Em caso afirmativo, informar quantos computadores estão à disposição dos alunos em cada campus.</p>		<p>2015.</p> <p>5. (A listagem dos alunos com as assinaturas foi digitalizada, assim como os recibos de entrega desse material).</p> <p>6. *Relacionados por campus.</p> <p>7. Disponibilizamos para todos os alunos: bolsa, caderno, camisas, canetas e lápis grafite. Essas matérias são distribuídos com os alunos no início dos cursos ofertados, preferencialmente no primeiro dia de aula.</p> <p>A assistência estudantil (transporte e alimentação) é paga entre os dias 10 e 20 de cada mês, considerando a data do repasse do valor financeiro autorizado pelo FNDE durante a realização dos cursos ofertados.</p> <p>OBS.</p> <p>Os meses de novembro e dezembro/2015, por atraso do MEC/SETEC/FNDE.</p> <p>Os meses de janeiro, fevereiro e março/2016 ainda não foram pagos. Só foi disponibilizado o valor orçamentário pois ainda estamos trabalhando com o orçamento/2015. Estamos aguardando o repasse do financeiro pelo MEC/SETEC/FENDE para realizar o pagamento das bolsas em atraso.</p> <p>8.1. Todos os recursos didáticos como a biblioteca, e físicos (área de esportes, setor médico, odontológico, serviço social e nutricional, são disponibilizados para os alunos inclusive as normas didáticas que todos devem conhecer pois considerando direitos e deveres que todos os alunos do IFAL precisam conhecer e fazer uso.</p> <p>8.2. ****Relacionados por campus, com as ações realizadas em 2015.</p>	
2	CGU	Solicitação de Auditoria nº 201601460/2, de 28/03/2016	<p>Acumulação de cargos:</p> <p>1. Relação dos servidores do Ifal que acumulam legalmente cargos, empregos ou funções públicas, assim como descrição dos controles internos da unidade para prevenir ou identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos;</p>	05/04/2016, às 9:00h	<p>Planejamento e Orçamento:</p> <p>Resposta:</p> <p>a) O IFAL não utiliza o Sistema Integrado de Planejamento e orçamento (SIOP). As informações relativas a execução física das Ações Orçamentárias são alimentadas no SIMEC – Sistema Integrado de</p>	Atendida.

			<p>Planejamento e Orçamento:</p> <p>2. Informar se houve alteração ou atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifal em 2015. Em caso afirmativo, apresentar, em meio eletrônico, o PDI alterado ou atualizado;</p> <p>3. Caso o Ifal utilize o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siope), apresentar o “Relatório Espelho da Ação Orçamentária”, do Siope, para cada uma das ações orçamentárias executadas pelo Instituto. Caso o Ifal não utilize o Siope, esclarecer os motivos;</p>		<p>Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação.</p> <p>As informações são incluídas no SIMEC, e este as envia ao SIOP. Já os dados da execução financeira são extraídos (importados) diretamente do SIAFI pelo SIMEC.</p> <p>A seguir, apresento as telas do SIMEC. Nelas podemos verificar que as informações foram enviadas ao SIOP.</p> <p>PRDI</p> <p>Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201601460/2, quanto ao item 2 (Planejamento e Orçamento), temos a informar que não houve alterações no Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI, do IFAL em 2015.</p>												
3	CGU	SA n° 201504163/1	<p>2. Relação dos servidores do IFAL que receberam Bolsa Formação nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, detalhando, NOME, CPF, MATRÍCULA, ATIVIDADE EXERCIDA NO PRONATEC, CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE, PERÍODO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. No caso de docentes, informar, também, os CURSOS MINISTRADOS e as respectivas TURMAS e HORÁRIOS;</p> <p>3. Relação dos alunos matriculados nos cursos e turmas a seguir, ofertados em 2015, detalhando: NOME, CPF, E-MAIL, TELEFONE DE CONTATO e, caso disponível, ENDEREÇO COMPLETO:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código da Oferta</th> <th>Código da UE</th> <th>Nome da UE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>248796</td> <td>2870</td> <td>IFAL- Campus Marechal Deodoro</td> </tr> <tr> <td>249868</td> <td>2870</td> <td>IFAL- Campus Marechal Deodoro</td> </tr> <tr> <td>249978</td> <td>2854</td> <td>IFAL- Campus Maceió</td> </tr> </tbody> </table>	Código da Oferta	Código da UE	Nome da UE	248796	2870	IFAL- Campus Marechal Deodoro	249868	2870	IFAL- Campus Marechal Deodoro	249978	2854	IFAL- Campus Maceió	22/12/16	
Código da Oferta	Código da UE	Nome da UE															
248796	2870	IFAL- Campus Marechal Deodoro															
249868	2870	IFAL- Campus Marechal Deodoro															
249978	2854	IFAL- Campus Maceió															

			Código da Oferta	Código da UE	Nome da UE			
			254819	2854	IFAL- Campus Maceió			
			254820	2854	IFAL- Campus Maceió			
			255220	2854	IFAL- Campus Maceió			

4	CGU	SA n° 201504163/2	4. Pastas funcionais dos servidores ou contratados que ministraram aulas ou prestaram serviços de apoio no Instituto, custeados com recursos do PRONATEC, relacionados a seguir: CPF Nome	12/01/2016 às 9:00h		
---	-----	----------------------	--	---------------------	--	--

5	CGU	SA 201504163/3	<p>nº <u>Disponibilizar, até 12/01/2016, às 9:00h, na sede da Reitoria do IFAL:</u></p> <p>5. Acesso via web ao sistema SISPRONATEC (<i>login</i> e senha), para o servidor desta CGU-Regional a seguir relacionado:</p> <p>VANNILDO CARDOSO PINTO CPF: 679.833.084-34 e-mail: vannildo.pinto@cgu.gov.br Perfil/Finalidade: usuário externo/consulta transações e consultas gerenciais Validade do acesso: 30 dias.</p> <p>6. Para os servidores e contratados a seguir relacionados, disponibilizar, para análise da equipe desta CGU-Regional, os seguintes documentos:</p> <p>c. edital de seleção, resultado da seleção e documento formalizando o vínculo com o PRONATEC;</p> <p>d. autorização do setor de recursos humanos para o servidor participar do PRONATEC;</p> <p>e. declaração de acumulação/não acumulação de cargos públicos assinada pelo servidor;</p> <p>f. comprovação de compatibilidade de carga horária do servidor;</p> <p>g. comprovação de experiência com a função desempenhada no PRONATEC;</p>	12/01/2016 às 9:00h		
---	-----	-------------------	---	---------------------	--	--

6		SA Nº 201504163/4	<p>1. Para os professores listados a seguir:</p> <p>a. Oferta acadêmica do IFAL (ou documento equivalente) dos anos letivos de 2013, 2014 e 2015, por docente, informando código e nome de cada uma das disciplinas atribuídas aos referidos professores e as respectivas cargas horárias, dias e horários;</p> <p>b. Folhas de frequência institucional e do PRONATEC para os seguintes anos e meses:</p> <p>2015: janeiro, abril, outubro e novembro;</p> <p>2014: março, abril e agosto;</p> <p>2013: abril, agosto e dezembro.</p> <p>2. Para o professor José Cândido Barbosa Lopes, CPF 123.999.224-68, e a supervisora pedagógica Mônica Camelo, CPF 296.211.354-00, disponibilizar folhas de ponto do PRONATEC dos meses de outubro, novembro e dezembro/2015;</p> <p>2. Para os servidores da equipe sistêmica a seguir relacionados:</p> <p>a. Folhas de frequência institucional e do PRONATEC para os seguintes anos e meses:</p> <p>2015: janeiro, abril, outubro e novembro;</p> <p>2014: março, abril e agosto;</p> <p>2013: abril, agosto e dezembro.</p>	22/01/2016 às 9:00h		

7	SA n° 201504163/5	<p>1. Para os professores listados a seguir:</p> <p>a. Oferta acadêmica do IFAL (ou documento equivalente) dos anos letivos de 2013,2014 e 2015, por docente, informando código e nome de cada uma das disciplinas atribuídas aos referidos professores e as respectivas cargas horárias, dias e horários;</p> <p>b. Folhas de frequência institucional e do PRONATEC para os seguintes anos e meses:</p> <p>OBSERVAÇÃO: Foram disponibilizados folhas de frequência do PRONATEC, as quais ainda estão sendo conferidas. Faltam as folhas de frequência institucionais.</p> <p>2015: janeiro, abril, outubro e novembro;</p> <p>2014: março, abril e agosto;</p> <p>2013: abril, agosto e dezembro.</p> <p>CPF NOME MATRÍCULA</p> <p>02068769476</p> <p>02464304433</p> <p>03219867413</p> <p>03262754447</p> <p>04918970494</p> <p>05156420613</p> <p>06510921405</p> <p>27784703449</p> <p>36030953400</p> <p>40415309468</p> <p>53376552487</p>	22/01/16	Resposta enviada através do Ofício n° 050/2016/DGP/IFAL, de 22/01/2016 encaminhado ao Sr Vannildo Cardoso Pinto, Coordenador da Equipe de Auditoria da Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas – Em resposta à Solicitação de Auditoria n° 2015041663/4, de 14/01/2016, encaminhamos abaixo informações acerca da solicitação de frequências dos servidores deste instituto, em ordem alfabética:	Concluída.
---	----------------------	--	----------	--	------------

		<p>56433387420</p> <p>08107056434</p> <p>81720866449</p> <p>89392159404</p> <p>2 Para o professor José Cândido Barbosa Lopes, CPF 296.211.354-00, disponibilizar folhas de ponto do PRONATEC dos meses de outubro, novembro e dezembro/2015.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Foram disponibilizadas folhas de frequência de novembro e dezembro/2015. Não localizamos a folha de outubro/2015.</p> <p>3 Para os servidores da equipe sistêmica a seguir relacionados:</p> <p>a) folhas de frequência institucional e do PRONATEC para os seguintes anos e meses.</p> <p>2015: janeiro, abril, outubro e novembro;</p> <p>2014: março, abril e agosto;</p> <p>2013: abril, agosto e dezembro.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Foram disponibilizadas folhas de frequência do PRONATEC, as quais ainda estão sendo conferidas. Faltam as folhas de frequência institucionais.</p> <p>00097425494</p> <p>03896450522</p> <p>04987964422</p> <p>05866551403</p> <p>22814019449</p> <p>34913211404</p>		
--	--	--	--	--

			37672509420 49477390453 51489724400 56287887400 63682486453 66258340920 66707340425			
8	CGU	SA n° 201504163/6	1. Portarias de designação do(a) Coordenador(a) Geral e dos coordenadores adjuntos que atuaram no PRONATEC/IFAL nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, indicando número e data do Boletim de Serviço no qual cada uma dessas portarias foram publicadas.	05/02/2016 às 16:00h	Resposta através do Ofício nº 142/2016/REITORIA /IFAL, de 05/05/2016	
9	CGU	Ofício n° 9019/2016- CGU- Regional/AL	Realização dos trabalhos Auditoria Anual de Contas. Magnífico Reitor, 1. Informe que, conforme previsto nos artigos 9º e 50 da Lei nº 8.443/1992 e no artigo 7º da Decisão Normativa TCU nº 147/2015, a Controladoria-Geral da União iniciará os trabalhos de auditoria anual de contas. 2. Nessa oportunidade, além do cumprimento das normas citadas, o Controle Interno terá como objetivos: avaliar os principais resultados alcançados pela unidade auditada, com ênfase na eficácia, eficiência e economicidade da gestão	Até o dia 04/04/16	-Capacitação pedagógica, orientação didática e administrativa, aconselhamento, visitas técnicas, eventos, trabalhos pedagógicos individuais e em grupo, com: docentes, discentes, colaboradores e familiares.	Atendido

		<p>dos programas de governo (ou equivalentes); identificar e destacar as boas práticas administrativas e seus impactos no desempenho da unidade; relatar as falhas que impactaram o atingimento dos resultados; recomendar providências corretivas e informar aquelas que já estão em andamento e/ou previstas.</p> <p>3. A equipe de auditoria será formada pelos servidores Marcos Antônio Ferreira Calixto, Maria Lúcia Cedrim da Silva, Jercira Lins de Souza Pereira e Vannildo Cardoso Pinto (Coordenador da Equipe). Os trabalhos de campo ocorrerão a partir de 04/04/2016. Logo após o encerramento dos trabalhos de campo, será encaminhado o Relatório Preliminar, que servirá de subsídio para as discussões que devem ocorrer na Reunião de Busca Conjunta de Soluções.</p> <p>4. Para o bom andamento dos trabalhos, solicito previamente a adoção das seguintes providências:</p> <p>a) Disponibilização de recursos e/ou apoio logístico adequado, tais como sala reservada e, se possível, equipada com ponto de acesso à internet, para a equipe de auditoria desenvolver o trabalho de campo no âmbito da unidade;</p> <p>b) Designação de um interlocutor, com acesso às subunidades organizacionais abrangidas pela auditoria, para atender às demandas da CGU;</p> <p>c) Colaboração do interlocutor e demais gestores na viabilização de entrevistas e outros procedimentos que envolvam questionamentos presenciais;</p>		
--	--	--	--	--

			<p>d) Esforço da unidade auditada para atender às Solicitações de Auditoria dentro dos prazos fixados;</p> <p>e) Nos casos em que couber, esforço para a coleta de manifestações de servidores da unidade auditada (inclusive os que não estejam em exercício devido a cessão, aposentadoria, etc.).</p> <p>5. Finalizando, informo que a auditoria será supervisionada pelos servidores Nilson Nogueira de Andrade e Francisco José de Lima, e coloco-me à sua disposição para, em complemento à interlocução com os servidores apresentados, prestar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.</p>			
11	CGU	201601460/3, de 11/04/2016	<p><u>Cadastramento de atos no SISAC-TCU</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecer a ausência de cadastramento no SISAC das concessões de aposentadoria/pensão dos servidores constantes no quadro abaixo, bem como providenciar o cadastramento nos moldes da IN-TCU n.º 55/2007: 2. Esclarecer o cadastramento das aposentadorias e pensões dos servidores constantes no quadro abaixo após os prazos definidos no Art. 7º da IN TCU nº 55/2007: 	18/04/2016, às 9:00h	<p>Esclarecemos que tanto os processos de aposentadoria e pensão sem atos do SISAC cadastrados, como os processos que os atos de Sisac foram cadastrados após o prazo estabelecido no artigo 7º da IN-TCU nº 55/2007 ocorreram pelos motivos abaixo expostos:</p> <p>1 Esta Coordenação adota como procedimento padrão cadastrar o ato Sisac após a finalização da instrução processual, pois durante a instrução realizamos uma revisão da vida funcional do aposentado e/ou instituidor de pensão, o que vem demonstrando, por exemplo, a necessidade de correção do percentual de anuênio, tendo</p>	Atendida.

		<p>3. Esclarecer a ausência de cadastramento no SISAC das admissões dos servidores constantes no quadro abaixo, bem como providenciar o cadastramento nos moldes da IN-TCU n.º 55/2007:</p> <p>4. Esclarecer o cadastramento das admissões dos servidores constantes no quadro abaixo após os prazos definidos no Art. 7º da IN TCU nº 55/2007:</p>		<p>em vista o que orienta o Parecer GM-013 da AGU e notas Técnicas n° 114/2013/CGNOR/DENOPSEGEP/MP e 44/2014/CGNOR/DENOPSEGEP/MP, consequentemente, nesses casos precisamos observar os procedimentos previstos na ON n° 05/2013. Por vezes, o aposentado/pensionista ingressa com ação no Poder judiciário e a depender da decisão judicial, esta confirma a iniciativa do órgão ou não. Por isso, o Sisac se enviado antes dessa revisão as informações contidas no ato, no momento do julgamento pelo TCU, podem não ser as mesmas. Como exemplo, podemos citar o caso apontado na solicitação de auditoria do aposentado Ehrlich Falcão, que após o órgão corrigir o percentual de anuênio obteve decisão judicial favorável para o restabelecimento do percentual anteriormente apurado, apesar de haver quebra de vínculo entre o período averbado e o ingresso no órgão.</p> <p>2 Essa Coordenação possui dentre as suas atribuições a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas a qual possui um cronograma mensal para abertura e encerramento do processamento da folha determinado pelo MPOG, o que requer também prioridade desses trabalhos, bem como a dificuldade com as inconsistências do sistema SIAPE, o que impossibilita acesso aos dados necessários para preenchimento do ato Sisac. Como exemplo, podemos citar o caso apontado na solicitação de</p>	
--	--	---	--	--	--

				<p>auditoria do instituidor de pensão Pedro Rubens de mendonça Wanderley cuja pensionista ocupa o cargo de professora com dedicação exclusiva na Universidade. Ao tentarmos incluir a pensão, o Siape impedia a transação, apresentando a seguinte crítica: “pensão não permitida para o aposentado em cargo de magistério com dedicação exclusiva”. Seguindo a orientação recebida do Alô Segep (acionamento nº 2015/001128713), o processo foi encaminhado ao MEC e, posteriormente, para o MPOG, a fim de que este adequasse o Siape para inclusão da pensão, o que somente foi possível na folha de pagamento de Março/2016. Consequentemente, sem inclusão da pensão no Siape não pudemos cadastrar a mesma no Sisac em tempo hábil, pois é solicitada a matrícula do Siape da pensionista no campo “Dados do Beneficiário”.</p> <p>3 Por conta da condição especial do público-alvo desta Coordenação, muitas vezes o atendimento demanda um tempo maior, pois lidamos com pessoas com problemas de saúde e psicológicos delicados, assim como pensionistas analfabetos e/ou analfabetos funcionais, os quais necessitam de um auxílio mais direto durante o atendimento. Por exemplo, há casos de aposentados/pensionistas que não realizam o recadastramento anual e obrigatório no mês do aniversário, e após o prazo de recadastramento nos bancos autorizados procuram esta UPAG para solicitar</p>	
--	--	--	--	--	--

				<p>Restabelecimento de Pagamento de Aposentadoria/Pensão. Alguns deles, impossibilitados de se locomoverem, necessitam de que os servidores desta CAP façam o atendimento deslocando-se para o veículo destes, a fim de atestarmos a prova de vida.</p> <p>4 Também ficamos responsáveis por trabalhar solicitações de auditorias e trilhas da própria CGU, auditorias do TCU, auditorias do MPOG, demandas judiciais, todos igualmente com prazo para cumprimento.</p> <p>5 Além disso, devido á adesão à greve pelos servidores, no período de agosto a outubro/2015, e pela sobrecarga de serviço em decorrência dessa adesão e da quantidade de servidores lotados nessa Coordenação, ocorreram esses atrasos no encaminhamento do Formulário de Concessão de Aposentadorias e pensão pelo Sisac.</p> <p>6 Informamos ainda que foram cadastrados no Sisac as aposentadorias e pensões, conforme listado abaixo:</p> <p>Aposentadoria – Ehrlich Falcão – 100113580-04-2016-000004-4</p> <p>Pensão – Pedro Rubens de m. Wanderley – 100113580-05-2016-000004-3</p> <p>Pensão – Adir Fragoso Luna – 100113580-05-2016-000003-5</p> <p>Pensão – José Antônio Pereira da Costa – 100113580 – 05-2016-000002-7</p>	
--	--	--	--	---	--

12	CGU	SA n° 201601460/4, de 18/04/2016	<ul style="list-style-type: none"> • (REITERAÇÃO da SA 201601460/2, de 28/03/2016): Relação dos servidores do Ifal que acumulam legalmente cargos, empregos ou funções públicas, assim como descrição dos controles internos da unidade para prevenir ou identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos. Caso não seja possível fornecer a referida relação e ou informar sobre os controles internos, ESCLARECER os motivos; • Pastas funcionais dos seguintes servidores do IFAL: CPF 00756457424 41076010482 03993228413 04357532400 27203689468 03969542430 06057997417 25894676487 64498956400 47629380410 64428176449 91175178420 07008178409 73971790453 20907028420 04796323406 02522466402 • Relação dos servidores que exercem cargos 	18/04/2016 às 9:00 h	<p>E-mail:</p> <p>Em resposta ao item 1 da SA 201601460/4 informamos que atualmente o órgão ainda não possui um mecanismo de controle interno para prevenir ou identificar as acumulações ilegais.</p> <p>No entanto, identificamos processos sobre acumulação referentes aos seguintes servidores nos últimos anos:</p> <p>2014 GLAUDISTONE FERREIRA DE ALMEIDA JACKSON PINTO SILVA ANA CRISTINA SANTOS LINEIRA ELIZETE SANTOS BALBINO EDVANIA MEDEIROS DE OMENA KARINA DIAS ALVES</p> <p>2015 ANNA CAROLINA OMENA VASCONCELOS LE CAMPION ANDRÉA DE LIMA FERREIRA NOVAIS ANDERSON RODRIGUES GOMES ANA CRISTINA SANTOS LINEIRA</p> <p>2016 CARLOS ALBERTO DE HYBI CERQUEIRA LUIZ ANDRE SANTOS DE MEDEIROS GUSTAVO JOSE CERQUEIRA EDELSON MOREIRA DA COSTA GLAUDISTONE FERREIRA DE ALMEIDA -</p> <p>Em resposta ao item 3 da SA 201601460/4 segue anexa a relação de servidores com dedicação exclusiva (PDF e excel) e o normativo que o instituiu.</p> <p>Anexos: Lei 12.772, de 28/12/2012 Resolução nº 19-CS, de 20/08/2016-IFAL; Distribuição de servidores – Dedicação Exclusiva-Excel;</p>	Atendida
----	-----	----------------------------------	---	----------------------	---	----------

			com dedicação exclusiva ou tempo integral e os normativos que os instituíram, ou declaração de que a unidade não possui quadro de dedicação exclusiva ou tempo integral.	14/04/2016, às 09:00h	Distribuição de servidores – Dedicação Exclusiva-PDF.	
13	CGU	SA n° 201601460/5, de 18/04/2015	<p><u>Pronatec:</u></p> <p>1. Para os cursos técnicos e FIC ofertados pelo Ifal em 2015, incluindo aqueles do Programa Mulheres Mil, preencher o quadro a seguir:</p> <p>2. Informar se existe uma sistemática de acompanhamento dos alunos concluintes quanto a sua inserção no mercado de trabalho. Em caso afirmativo, informar como é realizado este acompanhamento. Em caso negativo, esclarecer os motivos.</p> <p><u>Acumulação:</u></p> <p>3. Relativamente às acumulações que foram identificadas pela DGP, e relacionadas na manifestação à Solicitação de Auditoria n° 201601460/4, informar:</p> <p>3.1. Quais as acumulações que foram consideradas legais;</p> <p>3.2. Quais as acumulações que foram consideradas ilegais;</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <p>Quadro contendo as seguintes informações: Campus ofertante, curso, turno, início, término (ou previsão), parceiro demandante.</p> </div> <p>3.3. Providências adotadas e os resultados já alcançados diante das acumulações identificadas como ilegais, conforme resposta apresentada.</p>	25/04/2016, às 9:00h.		

14	CGU	S.A. n° 201601460/6, de 20/04/2016	<p>Indicadores de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para os indicadores de gestão do Ifal, que medem o atingimento dos objetivos estratégicos do PDI, bem como os estabelecidos pelo TCU (Acórdão 2.267/2005-Plenário), apresentados no Relatório de Gestão do Instituto, exercício de 2015, INFORMAR/APRESENTAR: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Fórmula de cálculo utilizada para aferição de cada indicador; ◦ Metas estabelecidas para cada indicador nos últimos 5 (cinco) exercícios (série histórica 2011-2015); ◦ Evolução dos resultados de cada indicador nos últimos 5 (cinco) exercícios (série histórica 2011-2015); ◦ Para os indicadores que não foram pactuados com o TCU, se existe algum critério objetivo para a escolha dos indicadores e respectivas metas. Em caso afirmativo, descrever a metodologia adotada para a escolha dos indicadores e o estabelecimento das metas a eles associadas (relação entre indicadores e metas). Em caso negativo, esclarecer como são escolhidos os indicadores e definidas as metas a eles associadas; ◦ Se há algum custo atrelado à obtenção dos resultados de algum indicador. Em caso afirmativo, informar qual(is) o(s) custo(s) e respectivos valores dispendidos em 2015; ◦ Se foram formalizados (documentados) planos detalhando as ações a serem realizadas para atingimento das metas do Ifal para o exercício de 2015. Em caso afirmativo, apresentar cópias digitalizadas de 	27/04/2016 às 9:00h	<p>1. Para os indicadores de gestão do Ifal, que medem o atingimento dos objetivos estratégicos do PDI, bem como os estabelecidos pelo TCU (Acórdão 2.267/2005-Plenário), apresentados no Relatório de Gestão do Instituto, exercício de 2015, INFORMAR/APRESENTAR:</p> <p>1.1 Fórmula de cálculo utilizada para aferição de cada indicador;</p> <p>Resposta: <u>Para os indicadores do TCU (Acórdão 2.267/2005)</u>, as fórmulas de cálculo podem ser obtidas em http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/informacoes-institucionais-1/anuario_estatistico/AEI_2015/view a partir da página 10 do referido documento. <u>Para os indicadores do PDI</u>, as fórmulas de cálculo podem ser obtidas em: http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/documentos/pdi-1/pdi-1/view a partir da página 174 até a página 191.</p> <p>1.2 Metas estabelecidas para cada indicador nos últimos 5 (cinco) exercícios (série histórica 2011-2015);</p> <p>Resposta: As metas estabelecidas para os indicadores do PDI estão em: http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/documentos/pdi-1/pdi-1/view da página 174 até a página 191. Vez que o PDI foi iniciado em 2014 não há série histórica anterior à sua criação.</p> <p>1.3 Evolução dos resultados de cada indicador nos últimos 5 (cinco) exercícios (série histórica 2011-2015);</p> <p>Resposta: Com relação a evolução dos resultados dos indicadores do TCU, encontram-se em:</p>	Atendida
----	-----	------------------------------------	--	---------------------	--	----------

	<p>tais documentos. Em caso negativo, esclarecer os motivos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Se existem normativos internos que estipulem as orientações necessárias para implementação e monitoramento desses indicadores, e algum sistema (informatizado ou não) de monitoramento dos indicadores e metas. Em caso afirmativo, apresentar cópias eletrônicas de tais normativos e do manual do sistema de monitoramento. Em caso negativo, esclarecer os motivos; ◦ Os procedimentos adotados pelo Ifal nos casos em que os resultados dos indicadores apresentam desvios em relação às metas definidas; ◦ Se foi(ram) formalizada(s) (por nota técnica, relatório, etc.), desde o início da implantação do PDI 2014-2018, análise(s) crítica(s) dos resultados dos indicadores. Em caso afirmativo, apresentar cópia eletrônica dos respectivos documentos e informar como essas informações são divulgadas. Em caso negativo, esclarecer os motivos; ◦ A quem são apresentados os resultados dos indicadores e qual a periodicidade; 		<p>http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/informacoes-institucionais-1/rel_gest/copy_of_rel_gest/view da página 78 até a página 81. Não foi gerado série histórica anterior a criação do PDI. A partir do exercício 2014, com a implantação do software Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES será criada uma comissão que fará o acompanhamento dos indicadores e sua evolução.</p> <p>1.4 Para os indicadores que não foram pactuados com o TCU, se existe algum critério objetivo para a escolha dos indicadores e respectivas metas. Em caso afirmativo, descrever a metodologia adotada para a escolha dos indicadores e o estabelecimento das metas a eles associadas (relação entre indicadores e metas). Em caso negativo, esclarecer como são escolhidos os indicadores e definidas as metas a eles associadas;</p> <p>Resposta: Os indicadores não pactuados foram desenhados por uma Comissão Central composta por 20 servidores de diversos campi e reitoria em conjunto com a empresa contratada na época a Fundação Getúlio Vargas – FGV. Fora ouvida a comunidade e as Comissões locais representativas de cada Campus. Após ouvidas as partes citadas, foi produzida a versão final do PDI, a qual foi aprovada pelo Conselho Superior do IFAL. Em complemento utiliza-se, também, os indicadores da SETEC.</p> <p>1.5 Se há algum custo atrelado à obtenção dos resultados de algum indicador. Em caso afirmativo, informar qual(is) o(s) custo(s) e respectivos valores dispendidos em 2015;</p> <p>Resposta: Estão associados custos aos seguintes indicadores:</p> <p>1.6 Se foram formalizados (documentados) planos</p>	
--	---	--	--	--

				<p>detalhando as ações a serem realizadas para atingimento das metas do Ifal para o exercício de 2015. Em caso afirmativo, apresentar cópias digitalizadas de tais documentos. Em caso negativo, esclarecer os motivos;</p> <p>Resposta: Os documentos formalizados são os apontados no software GEPLANES, conforme pode ser acessado através do link http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index.jsessionid=24DE39A60AE8D83AB96E1B33CA0AB903, utilizando o <i>Login: visitante; e a Senha: visitante</i>.</p> <p>1.7 Se existem normativos internos que estipulem as orientações necessárias para implementação e monitoramento desses indicadores, e algum sistema (informatizado ou não) de monitoramento dos indicadores e metas. Em caso afirmativo, apresentar cópias eletrônicas de tais normativos e do manual do sistema de monitoramento. Em caso negativo, esclarecer os motivos;</p> <p>Resposta: O próprio PDI já é o normativo interno que estipula as orientações necessárias para implementação e monitoramento dos indicadores, tanto que, em seu item 6.10.5, estabelece a necessidade de criação de Comissão de Acompanhamento da implementação do PDI. Quanto a ferramenta, o IFAL adotou desde 2015 o software de planejamento estratégico GEPLANES, cujo manual pode ser acessado pelo link http://www.geplanes.com.br/arquivos/MANUAL_BS_C_OPERACAO.pdf</p> <p>1.8 Os procedimentos adotados pelo Ifal nos casos em que os resultados dos indicadores apresentam desvios em relação às metas definidas;</p> <p>Resposta: Para os casos em que o indicador apresenta desvio em relação a meta é adotado um plano de ação</p>	
--	--	--	--	---	--

					<p>pontual buscando descobrir o que ocasionou a anomalia e como saná-la.</p> <p>1.9 Se foi(ram) formalizada(s) (por nota técnica, relatório, etc.), desde o início da implantação do PDI 2014-2018, análise(s) crítica(s) dos resultados dos indicadores. Em caso afirmativo, apresentar cópia eletrônica dos respectivos documentos e informar como essas informações são divulgadas. Em caso negativo, esclarecer os motivos;</p> <p>Resposta: Em 2014, com o apoio da empresa contratada Fundação Getúlio Vargas, tendo em vista essa preocupação, acompanhávamos os indicadores através do Sistema GERCONTROL, o qual se tornou indisponível após o encerramento do contrato. Já em 2015, diante da necessidade de gerir os indicadores, implantou-se o GEPLANES, cujos usuários estiveram em período de adaptação durante o exercício de 2015. Não há formalização de análise crítica dos resultados dos indicadores do PDI, o que há são as análises de indicadores do TCU.</p> <p>1.10 A quem são apresentados os resultados dos indicadores e qual a periodicidade;</p> <p>Resposta: Os resultados são apresentados ao Conselho Superior – anualmente, antes do envio definitivo ao Tribunal de Contas da União para aprovação da Prestação de Contas Anual; Reunião de Gestão – semanal; Colégio de Dirigentes – Mensal; e Projeto Reitoria Itinerante por campi – mensal. Há, todo final de ano, uma reunião de planejamento mostrando os resultados do exercício e para planejar os projetos do exercício seguinte.</p>	
15	CGU	S.A. nº 201601460/7, de 02/05/2016	<p><u>1. Análise cumprimento TCJ Terceirização:</u></p> <p>1.1 Considerando os termos do Acórdão TCU nº 2.681/2011 - Plenário, que prorrogou, para 31 de dezembro de 2012, o prazo para cumprimento,</p>	04/05/2016 às 15:00h.	<p>Enviado à CGU através de E-mail institucional.</p> <p>Ofício nº 156/2016/REITORA/IFAL, de 16/03/2016; Decreto nº 7311 – quadro de pessoal; Lei nº 12677/2012; Lei nº 11091/2005; Rol de Responsáveis de 2007, 2008,</p>	Atendida

		<p>sob pena de responsabilidade, do Temo de Conciliação Judicial Geral de 05 de novembro de 2007, nos autos da Ação Civil Pública nº 00810200601710007 (17ª Vara da Justiça do Trabalho de Brasília/DF) substituição de terceirizados em desacordo com o Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997, nas unidades da Administração Federal, informar a respeito do resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares (conforme Item X; b; Acórdão TCU nº 2.681/2011Plenário) pela unidade para atendimento do Termo de Conciliação Judicial Geral, de 5/11/2007, <u>juntamente com a cópia do processo de substituição e da documentação comprobatória dessas medidas</u>. Informar, ainda, conforme disposição do quadro abaixo, a situação e as medidas adotadas para atendimento do Temo de Conciliação Judicial Geral de 05 de novembro de 2007;</p> <p>Quadro</p> <p>Quantidade inicial de terceirizados irregulares informada pelos Ministérios.</p> <p>Quantidade de terceirizados irregulares em 01/01/2015.</p> <p>Quantidade de terceirizados irregulares em 31/12/2015.</p> <p>Houve planejamento para dimensionamento da força de trabalho da unidade?</p> <p>Quantidade de servidores admitidos para substituir os terceirizados.</p> <p>Relação dos atos para substituição dos terceirizados.</p> <p>Todos os terceirizados irregulares foram dispensados?</p>		<p>2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.</p>	
--	--	---	--	---	--

			<p>Caso a resposta anterior seja “não”, qual a quantidade remanescente?</p> <p>Qual justificativa para quantidade remanescente?</p> <p>Quantidade de novas situações de terceirização irregular identificada na unidade, se houver (que não constem no TCJ).</p> <p>Todos os terceirizados irregulares dispensados e seus substitutos que tomaram posse tiveram o respectivo ato publicado do DOU?</p> <p>* conforme Portaria Interministerial MP/CGU nº 494 de 18 de dezembro de 2009.</p> <p>1.2. Informar se há no Ifal casos de novos terceirizados exercendo atividades privativas dos quadros de pessoal de carreira, geral e próprio.</p> <p>1.3. Disponibilizar os processo de contratação das empresas de terceirização e seus respectivos processos de pagamento.</p> <p><u>2. Identificação do Rol de Responsáveis:</u></p> <p>2.1. Informar os períodos em que cada agente e seu respectivo substituto estiveram exercendo as naturezas de responsabilidade discriminadas com base nas datas dos atos de designação, exoneração e gestão;</p>			
16	CGU	S.A. n° 201601460/8, de 04/05/2016	<p>Apresentar justificativas/esclarecimentos para as constatações descritas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da Gestão de Pessoas quanto à remuneração com inconsistências remanescentes. 	Até 11/05/2016		Em andamento.

Foram analisados os dados da folha de pagamento da unidade, com vistas a avaliar a gestão de pessoas, por meio da observância à legislação sobre remuneração, cessão, requisição de pessoal, bem como sobre a concessão de aposentadorias, reformas e pensões. Foram encontradas ocorrências de inconsistências relativas à legislação de pessoal de 113 servidores. Após a emissão de S.A. solicitando justificativas ao gestor, 102 ocorrências foram sanadas, restando, entretanto, 11 ocorrências de inconsistência. Assim conclui-se que, após a aplicação dos exames pela equipe, continuam pendentes as seguintes ocorrências, listada no quadro a seguir:

Quadro 1 – Constatações da folha de pagamentos
Ocorrência/Fato/Quantidade/Impacto Financeiro

Ocorrência	Fato	Quantidade	Impacto Financeiro no Exercício (R\$)
Falta ao serviço sem ocorrência de afastamento de cadastro.	Servidores com desconto de faltas ao serviço na folha, sem o respectivo registro no Cadastro.	4	-
Quintos/décimos x servidores sem vínculo.	Servidores com ingresso no cargo efetivo após 25/11/95 recebendo quintos.	1	267,9
Servidores que percebem auxílio-alimentação em duplicidade.	Servidores que percebem auxílio-alimentação em duplicidade.	2	838,35
Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração extra - SIAPE.	Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração extra - SIAPE.	1	3297,78
Aposentados pela EC 41 ou posterior 47 com provento	Aposentados pela EC 41 ou posterior 47 com provento informado.	3	-

			informado.			
			<p>Ressalte-se que a análise se refere às inconsistências constantes nas trilhas de pagamento de pessoal das competências 06/2014 e 06/2015.</p>			
17	CGU	Ofício nº 3477/2016/SFC -CGU, de 02/05/2016.	<p>A Controladoria-Geral da União desenvolveu ação de controle com o objetivo de verificar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.</p> <p>Concluídos os trabalhos, remeto a Vossa Magnificência cópia do Relatório de Demandas Externas - RDE nº 201504163 concernente aos resultados da mencionada ação, para conhecimento e providências no âmbito de suas atribuições, inclusive melhoria dos controles primários.</p> <p>Devo esclarecer que o Relatório de Demandas Externas, ora encaminhado, está segmentado em três partes, sendo:</p> <p>Sumário Executivo com as informações essenciais sobre a fiscalização realizada;</p> <p>Parte Um, onde estão evidenciadas constatações de campo que apresentam situações que demandam medidas preventivas e corretivas por parte dessa Unidade, visando à melhoria da execução dos programas federais, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for o caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial. Tais medidas serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.</p> <p>Parte Dois, onde se relatam constatações que,</p>	-		Em andamento.

		<p>embora devam ser levadas ao conhecimento do Gestor Federal, não exigem, necessariamente, providências corretivas específicas por parte deste, e que, portanto, não serão monitoradas pontualmente pela Controladoria.</p> <p>Os resultados das fiscalizações estão acompanhados do respectivo Anexo de Evidências que possui caráter restrito, e não deve ser objeto de divulgação, considerando o teor das informações ali contidas.</p> <p>Informo que, em razão da Lei de Acesso à Informação, o Relatório poderá ser objeto de publicação na internet no sítio eletrônico da CGU. Entretanto, as informações constantes do Relatório devem ser tratadas de forma restrita até a eventual divulgação das informações pela CGU.</p> <p>Por oportuno, esse Instituto deve indicar no prazo de até 15 dias do recebimento desse ofício, a existência de informações ou trechos considerados sigilosos, em função de enquadramento nas hipóteses legais de sigilo, com as devidas justificativas, e comunicação à Controladoria-Geral da União. As informações identificadas como sigilosas serão analisadas pela CGU, quanto à adequação ou não da solicitação. O material, caso publicado, conterà a informação de que os dados não divulgados estão protegidos por sigilo, conforme solicitação da Unidade Examinada. Na falta de manifestação por parte desse Gestor Federal no prazo supracitado, o Relatório será considerado qualificado para publicação na internet.</p> <p>Coloco-me, desde logo, assim como a Secretaria Federal de Controle Interno, à disposição de Vossa Senhoria para prestar os esclarecimentos que venha a reputar necessários e solicito que, no</p>		
--	--	---	--	--

			<p>prazo de 30 dias, sejam encaminhadas a esta Secretaria informações acerca das medidas adotadas em função das recomendações constantes do Relatório.</p> <p>Anexo:</p> <p>I - Relatório de Demandas Externas n.º 201504163 (SEI n.º 0051446).</p>			
18	CGU	S. A. n.º 201601460-09, de 09/05/2016.	<p>Conforme previsto no item 6.2 da Norma de Execução aprovada pela Portaria CGU/SE n.º 500/2016, apresento, em anexo, registros elaborados pela equipe sob minha supervisão, a fim que a unidade auditada possa produzir manifestação específica para cada fato apontado a ser apreciada no Relatório de Auditoria.</p> <p>2. Ressalto que, conforme item 6.2.4 da referida norma, deverão ser coletadas e apresentadas as manifestações, justificativas e esclarecimentos de indivíduos pertencentes ou não ao rol de responsáveis da UJ que sejam responsáveis por ocorrências relatadas, ainda que não estejam mais a serviço da unidade.</p> <p>3. A resposta deve ser entregue ao Coordenador de Equipe ou encaminhada à CGU até 13/05/2016 para que seja devidamente analisada antes da Reunião de Busca Conjunta de Soluções, cujo agendamento será acordado por meio de contatos telefônicos e do ofício que encaminhará o Relatório Preliminar.</p>	Até 13/05/2016	Ofício n.º 177/2016/REITORIA/IFAL, de 30/05/2016 Em atenção à solicitação de Auditoria n.º 201601460-09, de 09/05/2016 – Ofício arquivado em Conint resposta à CGU.	Concluída.
19	CGU	201601460-10, de 18/05/2016.	<p>1) Servidores com acumulação funcional irregular. Foi solicitado ao Gestor que disponibilizasse relação dos servidores da IFAL, com indicação daqueles que acumulam legalmente cargos,</p>	23/05/2016 às 09h00		Em andamento.

	<p>empregos ou funções públicas, assim como descrição dos controles internos da Unidade para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos.</p> <p>Em resposta à SA nº 201601460-4, item 1, o Gestor informou o seguinte: <i>“atualmente o órgão ainda não possui um mecanismo de controle interno para prevenir ou identificar as acumulações ilegais.”</i></p> <p>Diante de tal afirmação, realizamos consulta a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2014 de todos os servidores da Unidade e solicitamos a disponibilização dos assentamentos funcionais dos 17 (dezesete) primeiros servidores com maior número de horas registrado na citada relação para averiguação quanto ao preenchimento da declaração de não acumulação de cargos e a licitude da acumulação quando existente.</p> <p><i>Servidores do IFAL cujas pastas funcionais foram analisadas, para verificar a legalidade e a compatibilidade de horários da acumulação de cargos.</i></p> <p>Com base nas análises realizadas, identificamos 10 acumulações ilegais de cargos/emprego /função no IFAL. Tais cargos não podem ser acumulados, conforme vedação do artigo 37 da CF. A seguir apresenta-se detalhamento dos vínculos acumulados ilegalmente:</p> <p><i>Vínculos empregatícios acumulados irregularmente</i></p> <p>Dado o desconhecimento dos demais cargos, empregos ou funções e a forma não eficaz de conhecimento de acumulações (informação do</p>			
--	--	--	--	--

próprio servidor) utilizada pelo IFAL, evidenciam fragilidade nos controles para identificar e tratar as acumulações ilegais.

2) Servidores com participação na gerência ou administração de empresa.

Identificou-se profissionais com participação na gerência ou administração de empresas. A situação em questão é vedada para todo e qualquer servidor, conforme inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112/90.

“Art. 117. Ao servidor é proibido:

...

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;”

A seguir relação de servidores nessa situação:

Servidores do IFAL, com participação na gerência ou administração de empresa

3) Servidores com dedicação exclusiva apresentando outro vínculo empregatício.

Foi solicitada ao Gestor a relação dos servidores que exercem cargos com dedicação exclusiva ou tempo integral, bem como os normativos que os instituíram, ou declaração de que a unidade não possui quadro de dedicação exclusiva ou tempo integral.

Em resposta à SA nº 201601460-4, item 3, o Gestor apresentou a relação dos servidores com dedicação exclusiva e anexou a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a Resolução IFAL nº

19/CS, de 08 de agosto de 2011.

Sobre a figura jurídica da “dedicação exclusiva” o Decreto nº 94.664/1987, assim prescreve:

“Art. 14. O Professor da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;

II - tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

§ 1º No regime de dedicação exclusiva admitir-se-á:

a) participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério;

b) participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa;

c) percepção de direitos autorais ou correlatos;

d) colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.

§ 2º Excepcionalmente, a IFE, mediante aprovação de seu colegiado superior competente, poderá adotar o regime de quarenta horas semanais de trabalho para áreas com características específicas.

Art. 15. O professor da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;

II - tempo integral de quarenta horas semanais de trabalho, em dois turnos diários completos;

III - tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

§ 1º Aos docentes de 1º e 2º Graus das instituições de ensino superior não se aplica o disposto no item II.

§ 2º No regime de dedicação exclusiva o professor da carreira de Magistério de 1º e 2º Graus poderá exercer as atividades de que tratam as alíneas do § 1º do art. 14.”

Por sua vez a Lei n.º 12.772, 2012, que dispôs sobre o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Federal, veda expressamente o exercício de qualquer outra atividade ao docente submetido ao regime de dedicação exclusiva, exceto as expressamente elencadas:

“Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

...

§ 4 O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a [Lei n 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#), nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e

II - ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a [Lei n 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#), mediante deliberação do Conselho Superior da IFE.

...

Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:

I - remuneração de cargos de direção ou funções de confiança;

II - retribuição por participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão, quando for o caso;

III - bolsa de ensino, pesquisa, extensão ou estímulo à inovação paga por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional;

IV - bolsa pelo desempenho de atividades de formação de professores da educação básica, no

	<p>âmbito da Universidade Aberta do Brasil ou de outros programas oficiais de formação de professores;</p> <p>V - bolsa para qualificação docente, paga por agências oficiais de fomento ou organismos nacionais e internacionais congêneres;</p> <p>VI - direitos autorais ou direitos de propriedade intelectual, nos termos da legislação própria, e ganhos econômicos resultantes de projetos de inovação tecnológica, nos termos do art. 13 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004;</p> <p>VII - outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pelas IFE, nos termos de regulamentação de seus órgãos colegiados superiores;</p> <p>VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente;</p> <p>IX - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990;</p> <p>X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;</p> <p>XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e</p> <p>XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, devida-</p>			
--	--	--	--	--

mente autorizada pela IFE de acordo com suas regras.”

Foi realizada consulta a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2014 de todos os servidores com dedicação exclusiva da Unidade, haja vista que nenhum deles poderia apresentar outro vínculo além daquele existente com o IFAL.

Desta consulta, foram identificados 52 servidores com dedicação exclusiva que exerciam outra atividade remunerada em órgãos públicos ou entidades privadas, conforme detalhado a seguir:

Servidores do IFAL com dedicação exclusiva apresentando outro vínculo

4) Servidores com dedicação exclusiva e participação na gerência ou administração de empresa.

Identificou-se profissionais com dedicação exclusiva com participação na gerência ou administração de empresas. A situação em questão é vedada para todo e qualquer servidor, conforme inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112/90.

“Art. 117. Ao servidor é proibido:

...

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;”

A seguir relação de servidores com DE nessa situação:

			<p><i>Servidores do IFAL com dedicação exclusiva, participando da gerência ou administração de empresas</i></p> <p><i>Dado o desconhecimento dos demais cargos, empregos ou funções e a forma não eficaz de conhecimento de acumulações (informação do próprio servidor) utilizada pelo IFAL, evidenciam fragilidade nos controles para identificar e tratar as acumulações ilegais.</i></p>		
20	CGU	201601460-11, de 30/05/2016.	<p>Os objetivos específicos foram verificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o fornecimento dos auxílios transporte e alimentação, de que forma eram repassados, se o auxílio transporte era suficiente para os alunos frequentarem as aulas bem como se a assistência estudantil era fornecida tempestivamente; • se a unidade de ensino realiza cobrança de taxas, mensalidades ou quaisquer outras contribuições aos estudantes do curso avaliado; • se os materiais didáticos (livros, apostilas etc) e os materiais escolares (lápiz, caderno, borracha etc) haviam sido entregues, se a entrega ocorreu no início dos cursos e se o material entregue tinha qualidade; • a qualidade das aulas ministradas pelos professores, na opinião dos discentes; • se os alunos percebiam a existência de acompanhamento pedagógico pela respectiva unidade de ensino; • se havia estrutura física (biblioteca, laboratório de prática, laboratório de informática etc) para o aluno complementar sua aprendizagem; 	Até 06/06/2016 às 09h00	Em andamento.

	<ul style="list-style-type: none">• se o Ifal dispunha de procedimentos de acompanhamento dos alunos egressos, especialmente sobre sua colocação no mercado de trabalho;• a satisfação geral dos discentes com os respectivos cursos. <p>Verificou-se que os alunos do Pronatec no Ifal estão satisfeitos com os cursos do Programa ministrados pelo Instituto, tendo em vista que 78,5% consideram os cursos excelentes ou muito bons e 20% consideram os cursos bons. Não houve avaliação ruim ou péssima. Apenas 1,5% dos entrevistados não responderam. Destaque para o curso de Confeiteiro do Programa Mulheres Mil, avaliado como excelente ou muito bom por 93,7%, e como bom, por 6,3% das alunas.</p> <p>Por outro lado, conforme detalhado em constatações específicas neste Relatório:</p> <ul style="list-style-type: none">- houve reclamação frequente quanto ao atraso no pagamento da assistência estudantil, sendo que 29% dos alunos chegaram a consignar essa informação em seus questionários;- quanto ao acompanhamento pedagógico, 24,3% informaram que não sabiam de sua existência, enquanto outros 64% informaram que não existia. No caso dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ministrados no Programa Mulheres Mil, 80% não sabiam da existência desse acompanhamento e 20% informaram que não existia. Porém, no caso dos cursos FIC, do Programa Mulheres Mil, nenhuma aluna alegou dificuldades em acompanhar o assunto ensinado, o mesmo não acontecendo com os alunos dos cursos técnicos, dos quais 25,7% alegaram ter dificuldades de acompanhamento, necessitando de			
--	---	--	--	--

		<p>aulas de reforço ou plantão para tirar dúvidas. Preocupante é a situação dos alunos do curso técnico de segurança do trabalho, no campus Arapiraca, já que 93,8% deles informaram que ou não sabiam da existência do acompanhamento pedagógico ou que ele não existia e, ao mesmo tempo, 40,6% deles declararam ter dificuldade para acompanhar o assunto;</p> <p>- quanto à possibilidade de solicitar livros emprestados nas bibliotecas do Instituto, 66,4% informaram que ou não sabiam ou que não havia esta possibilidade, sendo que 90% das entrevistadas do Programa Mulheres Mil afirmaram que não sabiam;</p> <p>- quanto à existência de espaços para o aluno praticar o que aprendeu em sala de aula, 32,1% afirmaram que ou não sabiam da sua existência ou que estes não existiam. Resultado preocupante para o curso de mecânica de motocicletas, no campus Maceió, onde 68,6% dos alunos afirmaram não existir, ou que não sabiam da existência, de laboratório para aulas práticas.</p> <p>Foi constatado que os docentes possuíam formação ou experiência na área de atuação da disciplina que lecionavam. Houve reclamações quanto ao atraso no pagamento da bolsa formação, havendo docentes que, quando da entrevista, já tinham três meses a receber.</p> <p>Foi constatado que o Ifal não dispõe de um acompanhamento sistemático e uniforme, padronizado para todo o Instituto, da situação dos alunos egressos, especialmente quanto à colocação no mercado de trabalho. Apenas os campi de Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro forneceram listagens nominais de alunos que cursaram o Pronatec nos respectivos campi e que estariam empregados. O campus</p>		
--	--	---	--	--

			de São Miguel informou a existência de três alunos que estariam empregados na empresa Granbio, mas não listou os nomes. Relativamente ao Pronatec Mulheres Mil, a coordenadora informou que não dispõe de estrutura para esse acompanhamento.			
21	CGU	SA n° 201601460-12, de 08/06/2016.	<p>1. Conforme previsto no item 6.2 da norma de Execução aprovada pela Portaria CGU/SE n° 500/2016, apresento, em anexo, registros elaborados pela equipe sob minha supervisão, a fim que a unidade auditada possa produzir manifestação específica para cada fato apontado a ser apreciada no Relatório de Auditoria.</p> <p>2. Ressalto que, conforme item 6.2.4 da referida norma, deverão ser coletadas e apresentadas as manifestações, justificativas e esclarecimentos de indivíduos pertencentes ou não ao rol de responsáveis da UJ que sejam responsáveis por ocorrências relatadas, ainda que estejam mais a serviço da unidade.</p> <p>3. a resposta deve ser entregue ao Coordenador de Equipe ou encaminhada à CGU até 13/06/2016 para que seja devidamente analisada antes da reunião de Busca conjunta de Soluções, cujo agendamento será acordado por meio de contatos telefônicos e do ofício que encaminhará o Relatório preliminar.</p>	Até 13/06/2016		
22	CGU	SA n° 201601460-13, de 21/07/2016.	Com vistas a subsidiar os trabalhos de auditoria anual das contas do IFAL, exercício de 2015, e em consonância com o disposto no artigo 26 da Lei n° 10.180, de 06/02/2001, solicitamos a V. Senhoria os documentos e informações a seguir, que devem ser encaminhadas em meio magnético ou eletrônico, para os <i>emails</i> : cgual@cgu.gov.br e diana.vasconcelos@cgu.gov.br . Acrescenta-se que todas as questões devem ser respondidas e que para aquelas em que não forem	Até 28/07/2016, às 15:00h.	Resposta enviada à CGU através do processo n° 23041.023441/2016-74, emitido pela Pro-Reitoria de Pesquisa e Inovação/REIT, contendo Solicitação de Auditoria n° 201601460-13, de 21/07/2016 (fl.1), Carimbo contendo n° de peças e volume devidamente assinado (fl.2), Despacho do Chefe de departamento de Pesquisa e Inovação para abertura de processo e	Concluído.

	<p>disponibilizados os documentos solicitados deve ser encaminhada justificativa.</p> <p><u>Disponibilizar, até 28/07/2016, às 15:00h:</u></p> <p>1. Informações sobre a existência de Fundações de Apoio instituídas pelo IFAL com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação;</p> <p>2. Informações sobre a contratação, se houveram, de Fundações de Apoio instituídas pelos demais institutos ou universidades federais, contendo no mínimo os seguintes dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) número do contrato; (ii) objeto; (iii) identificação da Fundação e dos subcontratados; (iv) montante; (v) situação da execução (inclusive da prestação de contas, se for o caso). 		<p>encaminhamento à PROAD (fl.3) 17 folhas devidamente numeradas e assinadas, Portaria Conjunta nº 50, de 12/07/2016 autorizando por um período de um ano a Fundação Universitária de Desenvolvimento, Extensão e pesquisa – FUNDEPES para atuar como fundação de apoio ao instituto Federal de Alagoas – IFAL (fl. 4), Despacho à Pro-Reitoria de administração e em seguida à Auditoria Interna, (fl. 4), Contrato nº 37/2015/Reitoria (fls. 5-9), Termo do contrato de prestação de serviço nº 19/2016-Reitoria (fls. 10-13), Processo nº 23041.002100/2015-84, conforme anexos, seguem as informações dos contratos vigentes e geridos pela Reitoria, em atenção ao item 2 da solicitação CGU/AL (fl.01), de 09/08/2016, devidamente assinado pelo Assistente em administração-PROAD-IFAL:</p> <p>Contratos nº 37/2015-Reitoria- Contratação de empresa especializada em concursos públicos para realizar fiscalização da aplicação do exame de seleção de 2016.1 do IFAL para ingresso de alunos na educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, para os campi Maceió, Satuba, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Arapiraca, Maragogi, São Luiz do Quitunde, Murici, Santana do Ipanema, Piranhas, São Miguel dos Campos, Penedo, Viçosa, Coruripe, Batalha e Rio Largo – Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES</p>	
--	--	--	---	--

						– montante R\$ 270.000,00 – Em execução; Contrato nº 19/2016-Reitoria – Concurso Público para provimento de cargos técnico-administrativo – Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES – montante nº 3.723.565,140 – Em execução.
--	--	--	--	--	--	--

23	CGU	Solicitação de esclarecimentos sobre Manifestação e-OUV nº 00106008047/2016-17 – Enviado por e-mail.	<p>Senhor(a) Ouvidor(a),</p> <p>Cumprimentando cordialmente, informamos que esta Ouvidoria-Geral da União (OGU) recebeu a manifestação nº 00106.008047/2016-17, em anexo, reclamando sobre a falta de atendimento às manifestações 23546009421201618 e 23546009519201667, protocoladas no e-OUV (direcionadas ao IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas), e sobre transtornos sofridos no âmbito do Instituto Federal.</p> <p>Considerando a natureza da matéria, encaminhamos conhecimento e providências que Vossa Senhoria julgar necessárias, solicitando esclarecimentos quanto aos fatos e questionamentos apresentados, de modo a subsidiar resposta ao interessado.</p> <p>Tendo em vista o determinado na Instrução Normativa nº 01, da Ouvidoria-Geral da União, o prazo estipulado para que esta Coordenação responda ao cidadão é de até 01/09/2016, desta forma, agradeceríamos se nos enviasse a minuta de resposta para que possamos encerrar o procedimento em curso nesta OGU.</p>	01/09/2016		<p>Em andamento.</p> <p>Despacho da Auditoria Interna para Ouvidoria do IFAL em 08/08/2016.</p> <p>Após acessar o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, constatamos a existência da Manifestação NUP: 00106.008047/2016-17 motivada por possível bullying sofrido por alunos do Campus Palmeira dos Índios. Solicitamos abertura de procedimento investigativo junto a Direção daquele Campus com vistas a apurar conduta de seus servidores. (doc. Anexo)</p>
----	-----	--	--	------------	--	--

			<p>Em caso de dúvida ou encaminhamento indevido, entrar em contato por meio do telefone (61) 2020.6806 ou pelo e-mail cgcid@cgu.gov.br.</p> <p>Sem mais para o momento, estamos à disposição para outros esclarecimentos.</p>			
24	CGU	Relatório 201601460, referente ao exercício 2015.	Relatório 201601460, referente ao exercício 2015, contendo 4 itens direcionados à DGP, PRAP, PRPI,	10 dias após recebimento.	Rol de Responsáveis encaminhado através de e-mail para a CGU, em 12/08/2016. E Reenviada em 15/08/2016 uma vez que não recebemos confirmação de recebimento.	Concluída.
25	CGU	E-OUV nº 00106.008358/2016-78	<p>Solicita esclarecimento sobre Manifestação e-OUV nº 00106.008358/2016-78.</p> <p>Cumprimentando cordialmente, informamos que esta Ouvidoria-Geral da União (OGU) recebeu a manifestação nº 00106.008358/2016-78, em anexo, versando sobre recurso contra indeferimento de aproveitamento de estudos.</p> <p>Considerando a natureza da matéria, encaminhamos conhecimento e providências que Vossa Senhoria julgar necessárias, solicitando esclarecimentos quanto aos fatos e questionamentos apresentados, de modo a subsidiar resposta ao interessado.</p> <p>Ressaltamos que, conforme Artigo 3º da Instrução Normativa Conjunta nº 01 CRG/OGU, de 24/06/2014, sempre que solicitado, a ouvidoria deve garantir acesso</p>	Até 14/09/2016.	Esta Auditoria Interna encaminhado Solicitação para Ouvidoria em 18/08/2016.	

		<p>restrito à identidade do requerente e às demais informações pessoais constantes das manifestações recebidas, encaminhando a manifestação aos órgãos de apuração sem o nome do demandante, ou caso indispensável à apuração dos fatos, o nome do demandante será encaminhado ao órgão apuratório, que ficará responsável por restringir o acesso à identidade do manifestante a terceiros.</p> <p>Tendo em vista o determinado na Instrução Normativa nº 01, da Ouvidoria-Geral da União, o prazo estipulado para que esta Coordenação responda ao cidadão é de até 14/09/2016, desta forma, agradeceríamos se nos enviasse a minuta de resposta para que possamos encerrar o procedimento em curso nesta OGU.</p> <p>Em caso de dúvida ou encaminhamento indevido, entrar em contato por meio do telefone (61) 2020.6806 ou pelo e-mail cgcid@cgu.gov.br.</p> <p>Dados Básicos da Manifestação Tipo de Manifestação: Denúncia NUP: 00106.008358/2016-78 Órgão Destinatário: CGU-Controladoria Geral da União Órgão de Interesse: IFAL_Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Assunto: Administração Data de Cadastro: 12/08/2016 Situação: Resposta intermediária. Data limite para resposta: 16/09/2016 Canal de Entrada: Não Informado Registrado Por: Cidadão</p>				
26	CGU	E-OUV	Tipo de Manifestação: Reclamação	Até	Resposta encaminhada pela	Concluído

		<p>NUP 00106.00804 7/2016-17</p> <p>NUP: 00106.008047/2016-17</p> <p>Órgão Destinatário: CGU – Controladoria Geral da União</p> <p>Órgão de Interesse: IFAL – Instituto federal de Educação, ciência e Tecnologia de Alagoas</p> <p>Assunto: Educação Superior</p> <p>Subassunto:</p> <p>Data de Cadastro: 04/08/2016</p> <p>Situação: Resposta Intermediária</p> <p>Data limite para resposta: 05/09/2016</p> <p>Canal de Entrada: Não Informado</p> <p>Registrado Por: Cidadão</p>	05/09/2016.	<p>Direção do Campus através do Processo nº 23041.023340/2016-01, em 23 de agosto de 2016. O referido Processo foi encaminhado à Secretaria do Gabinete do Reitor para elaboração de Ofício endereçado CGU em 01/09/2016.</p>	
27	CGU	<p>Ofício nº 16738/2016/CGU-Regional/AL</p> <p>Indicação de Informações sujeitas a sigilo no Relatório nº 201601460.</p> <p>1. Informo a Vossa Magnificência que os arquivos eletrônicos relativos ao Relatório de Auditoria, ao Certificado de Auditoria e ao Parecer do Dirigente do Controle interno, que serão objeto de publicação na internet nos termos do art. 2º da portaria CGU nº 262/2005, já se encontram disponíveis no sistema e-Contas do Tribunal de Contas da União.</p> <p>2. Solicitamos que as informações contidas naqueles arquivos sejam avaliadas quanto à exigência de dados sigilosos e que sejam indicados à Controladoria Geral da União – CGU, em até 15 dias corridos do recebimento deste ofício, os trechos que se enquadram nas hipóteses legais de sigilo,</p>	Até 15 dias corridos do recebimento deste ofício.		

		<p>com a devida fundamentação legal.</p> <p>3. Informo que, no caso haja a indicação de informações sigilosas, as peças serão publicadas provisoriamente com a supressão dos trechos indicados por Vossa Magnificência. A CGU procederá à análise das indicações de sigilo e, em caso de não concordância, as peças serão republicadas contendo os trechos anteriormente suprimidos.</p> <p>4. Na falta de manifestação no prazo indicado no 2º parágrafo, considerar-se-á a inexistência de informações sigilosas, e os arquivos serão integralmente publicados na internet por esta CGU.</p> <p>5. A Unidade deverá manter, em seu sítio eletrônico na internet, página com o título “Processos de Contas Anuais”, com âncora apontando para o endereço eletrônico a ser disponibilizado pela CGU, que conterá arquivo com Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Controle Interno.</p> <p>6. Por oportuno, destaco que as providências adotadas para o atendimento das recomendações constantes do Plano de Providências Permanente deverão ser encaminhadas à CGU, por meio do Sistema monitor, no prazo de 30 dias a contar do recebimento deste ofício, nos termos da Portaria CGU nº 500/2016.</p> <p>7. Caso haja dúvidas relacionadas aos assuntos tratados neste documento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.</p>		
--	--	---	--	--

9.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

A apuração de responsabilidade por dano ao Erário ocorre por meio de processo administrativo disciplinar e de sindicância, os quais tramitam em conformidade com a legislação, somente gerando efeitos após a provação pela Procuradoria Federal. Em 2015, ocorreram duas condenações de servidores para devolução de valores ao erário, e os descontos continuam no ano de 2016.

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o dispositivo no Art. 5º da Lei 8.666/1993

O IFAL se empenhou em cumprir as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Contudo, a situação de limitações financeiras vivenciadas em 2016, já relatadas neste relatório, prejudicaram cumprimento deste item.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O IFAL não possui nenhum contrato com empresas que se enquadrem na Lei 12.546/11 e Decreto 7.828/12.

9.6. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 39 – Relação de cursos de graduação com disciplinas de Libras

Cursos de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Matemática	1.103.556	Maceió	Curso está ofertando a disciplina de Libras	http://www2.ifal.edu.br/aluno/cursos/graduacao-1/cursos-de-licenciatura

Química	5.000.568	Maceió	Curso está ofertando a disciplina de Libras	http://www2.ifal.edu.br/aluno/cursos/graduacao-1/cursos-de-licenciatura
Letras/Português	1.161.927	Maceió	Curso está ofertando a disciplina de Libras	http://www2.ifal.edu.br/aluno/cursos/graduacao-1/cursos-de-licenciatura
Ciências Biológicas	1.161.928	Maceió	Curso está ofertando a disciplina de Libras	http://www2.ifal.edu.br/aluno/cursos/graduacao-1/cursos-de-licenciatura

